

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

ODAIR SANTO GOSSLER

**A REGIONALIZAÇÃO DE ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MATO GROSSO DO SUL**

**Dourados-MS
2024**

ODAIR SANTO GOSSLER

**A REGIONALIZAÇÃO DE ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MATO GROSSO DO SUL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação –
Doutorado em Geografia, da Faculdade de Ciências
Humanas, da Universidade Federal da Grande
Dourados como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bergamin Vieira

**Dourados-MS
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

G678r Gossler, Odair Santo

**A REGIONALIZAÇÃO DE ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MATO**

GROSSO DO SUL [recurso eletrônico] / Odair Santo Gossler. -- 2025.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Alexandre Bergamin Vieira.

**Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal da Grande
Dourados, 2024. Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:**

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

**1. Regionalização acadêmica. 2. Política de cotas. 3. Mobilidade Acadêmica. I. Vieira,
Alexandre Bergamin. II. Título.**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO APRESENTADA POR ODAIR SANTO GOSSLER, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL E FRONTEIRA".

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às oito horas, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Tese de Doutorado intitulada "**A REGIONALIZAÇÃO DE ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**", apresentada pelo doutorando Odair Santo Gossler, do Programa de Pós-graduação em Geografia, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof. Dr. Alexandre Bergamin Vieira/UFGD (presidente/orientador), Prof.^a Dr.^a Lisandra Pereira Lamoso/UFGD (membro titular interno), Prof.^a Dr. Edgar Aparecido da Costa/UFMS (membro titular externo), Prof. Dr. Marcelino de Andrade Gonçalves/UFMS (membro titular externo), Prof. Dr. Marcelo Matias de Almeida/UFGD (membro titular externo). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da banca as normas a serem observadas na apresentação da Tese. Após o candidato ter apresentado a sua Tese, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido o candidato considerado APROVADO. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados/MS, 02 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA
Data: 02/12/2024 12:48:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alexandre Bergamin Vieira
Presidente/orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br LISANDRA PEREIRA LAMOSO
Data: 02/12/2024 18:07:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Lisandra Pereira Lamoso
Membro Titular Interno

Documento assinado digitalmente
gov.br EDGAR APARECIDO DA COSTA
Data: 02/12/2024 14:29:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr. Edgar Aparecido da Costa
Membro Titular Externo

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCELINO DE ANDRADE GONÇALVES
Data: 02/12/2024 12:51:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcelino de Andrade Gonçalves
Membro Titular Externo

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCELO MATIAS DE ALMEIDA
Data: 02/12/2024 17:54:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcelo Matias de Almeida
Membro Titular Externo

(PARA USO EXCLUSIVO DA PROPP)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por permitir que tudo isso acontecesse ao longo da minha trajetória neste projeto.

Sou grato à minha esposa, Vanessa da Silva Alves Gossler, pelo apoio e incentivo. Obrigado do fundo do meu coração por compartilhar os inúmeros momentos de ansiedade e estresse.

Meu agradecimento ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados pela oportunidade de realizar esta pós-graduação.

Aos professores que, de alguma forma, contribuíram para a mudança no meu modo de pensar as geografias que nos cercam.

Ao meu orientador Alexandre Vieira Bergamin, que dedicou seu tempo para me guiar nesse caminho em busca do conhecimento.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pela possibilidade de qualificação e pelo fornecimento de dados e materiais que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa que possibilitou a realização deste trabalho.

Agradeço a toda equipe da UFMS/CPNA, pelo apoio e confiança nesse projeto.

Agradeço a Mary Celina Ferreira Dias, pelo apoio e orientações na elaboração desse trabalho.

Agradeço à minha família, parentes e amigos, toda a minha rede de afeto, que com seu incentivo me ajudaram a concluir este trabalho

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

RESUMO

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve sua trajetória iniciada na década de 1960 com a fundação da Faculdade de Farmácia e Odontologia. Desde então, passou por diversas fases de expansão, consolidando sua presença no sertão do Brasil, no então estado de Mato Grosso e, posteriormente, no estado de Mato Grosso do Sul, levando conhecimento e desenvolvimento ao interior do país. A UFMS está presente na capital do estado e em nove municípios: a Cidade Universitária em Campo Grande e os câmpus de Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. O presente trabalho buscou analisar a distribuição de origem dos acadêmicos matriculados na UFMS, comparando dois períodos distintos: 2011-2012 e 2013-2021, após a implantação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como “Lei de Cotas”. Os resultados mostram que a UFMS apresenta um perfil nacional de estudantes, com acadêmicos provenientes de todos os estados do país. Contudo, a maioria dos acadêmicos matriculados tem origem no estado de Mato Grosso do Sul, evidenciando sua atuação regional. Ao avaliar os períodos antes e após a implantação da lei de cotas, observa-se um aumento de aproximadamente 10% no número de matrículas de acadêmicos do estado de Mato Grosso do Sul no segundo período, indicando melhores condições de acesso à UFMS para os estudantes locais cotistas. Na análise das matrículas por cidade de origem, a maioria dos câmpus apresenta predominância de acadêmicos regionais, provenientes de cidades próximas. Esses dados permitem concluir que a universidade está cumprindo seu papel de interiorização do ensino público federal no estado de Mato Grosso do Sul, e que as políticas de incentivo aos estudantes cotistas têm alcançado êxito.

Palavras – chave: Regionalização acadêmica; Política de cotas; Mobilidade Acadêmica.

ABSTRACT

The Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS) began its trajectory in the 1960s with the founding of the School of Pharmacy and Dentistry. Since then, it has undergone several phases of expansion, consolidating its presence in the interior of Brazil, first in the then-state of Mato Grosso and later in the state of Mato Grosso do Sul, bringing knowledge and development to the country's inland regions. UFMS is present in the state capital and in nine municipalities: the University City in Campo Grande and the campuses of Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, and Três Lagoas. This study aimed to analyze the distribution of the students' places of origin enrolled at UFMS, comparing two distinct periods: 2011–2012 and 2013–2021, after the implementation of Law No. 12,711/2012, known as the “Quota Law.” The results show that UFMS has a national student profile, with students coming from all states in the country. However, the majority of enrolled students are from the state of Mato Grosso do Sul, highlighting the university's regional focus. When comparing the periods before and after the implementation of the Quota Law, there is an approximate 10% increase in the number of enrollments of students from Mato Grosso do Sul in the latter period, indicating improved access to UFMS for local quota students. In the analysis of enrollments by city of origin, most campuses show a predominance of regional students, coming from nearby cities. These findings indicate that the university is fulfilling its role in expanding federal public higher education into the interior of Mato Grosso do Sul and that the policies aimed at supporting quota students have been effective.

Keywords: Academic Regionalization; Quota Policy; Academic Mobility

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Campo Grande.....	34
Quadro 2 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento, câmpus de Três Lagoas.....	40
Quadro 3 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Corumbá.....	44
Quadro 4 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Aquidauana.	47
Quadro 5 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Coxim.	52
Quadro 6 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Paranaíba.....	54
Quadro 7 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Chapadão do Sul.....	56
Quadro 8 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Nova Andradina.....	58
Quadro 9 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Naviraí.	61
Quadro 10 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Ponta Porã.	63
Quadro 11 - Tipos de Auxílios Estudantis e fluxo de fornecimento na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em 2024.	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação dos valores orçamentários disponível da UFMS no período 2016 a 2021.	71
Tabela 2 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em Ampla concorrência, Cotas, outras entradas e soma total, em todos câmpus da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.	79
Tabela 3 - Número de matrículas de acadêmicos por estado de origem em ampla concorrência no período de 2011 e 2012 na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.	82
Tabela 4 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em Ampla concorrência, Cotas, outras entradas e soma total, câmpus de Campo Grande.	85
Tabela 5 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Campo Grande.	87
Tabela 6 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros Câmpus de Campo Grande.	88
Tabela 7 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em Ampla concorrência, Cotas, outras entradas e soma total, câmpus Três Lagoas.	91
Tabela 8 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Três Lagoas.	92
Tabela 9 – Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros câmpus de Três Lagoas.	93
Tabela 10 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em Ampla concorrência, Cotas, outras entradas e soma total, câmpus de Corumbá.	95
Tabela 11 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Corumbá.	96
Tabela 12 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros câmpus de Corumbá.	97

Tabela 13 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em ampla concorrência, cotas, outras entradas e soma total, câmpus de Aquidauana.	99
Tabela 14 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Aquidauana.....	100
Tabela 15 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros Câmpus de Aquidauana.....	101
Tabela 16 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em ampla concorrência, cotas, outras entradas e soma total, câmpus Coxim.	103
Tabela 17 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Coxim.	104
Tabela 18 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros, câmpus de Coxim.....	105
Tabela 19 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em Ampla concorrência, Cotas, outras entradas e soma total, câmpus de Paranaíba.....	107
Tabela 20 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Paranaíba.	107
Tabela 21 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros Câmpus de Paranaíba.	108
Tabela 22 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em ampla concorrência, cotas, outras entradas e soma total, câmpus Chapadão do Sul.	110
Tabela 23 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Chapadão do Sul.	111
Tabela 24 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros Câmpus de Chapadão do Sul.....	112
Tabela 25 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em ampla concorrência, cotas, outras entradas e soma total, câmpus de Nova Andradina.....	114
Tabela 26 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Nova Andradina.	114

Tabela 27 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros Câmpus de Nova Andradina.	115
Tabela 28 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em ampla concorrência, cotas, outras entradas e soma total, câmpus de Naviraí.	117
Tabela 29 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Naviraí.	118
Tabela 30 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros Câmpus de Naviraí.	119
Tabela 31 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em ampla concorrência, cotas, outras entradas e soma total, câmpus de Ponta Porã.	121
Tabela 32 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Ponta Porã.	122
Tabela 33 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros do Câmpus de Ponta Porã.	122

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização dos Câmpus da UFMS no Estado do Mato Grosso do Sul	19
Figura 2 - Unidade do Câmpus de Campo Grande na década de 70.....	30
Figura 3 - Cidade Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, cidade de Campo Grande MS.....	37
Figura 4 - Portal de entrada do câmpus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na cidade de Três Lagoas.....	40
Figura 5 - Vista da entrada do Câmpus da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul na cidade de Corumbá “Câmpus do Pantanal”	42
Figura 6 - Portal de entrada da Unidade II do Câmpus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na cidade de Aquidauana.....	44
Figura 7 - Centro pedagógico de Dourados na década de 70.	48
Figura 8 - Vista panorâmica da Universidade Federal da Grande Dourados, com Blocos da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul ao Fundo.....	49
Figura 9 - Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na cidade de Coxim-MS.	51
Figura 10 - Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na cidade de Paranaíba - MS.	53
Figura 11 - Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na cidade de Chapadão do Sul- MS.	55
Figura 12 - Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na cidade de Nova Andradina Mato Grosso do Sul- MS.	57
Figura 13 - Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na cidade de Naviraí Grosso do Sul- MS	60
Figura 14 - Bloco II. A) vista do corredor do Bloco II, B),vista dos dois prédios do Bloco II, C)vista da entrada do CPPP, D)vista frontal do Bloco II.....	61
Figura 15 - Valor orçamentário disponível da UFMS no período 2016 a 2021.	70
Figura 16 - Números de Auxílios fornecido nos anos de 2018 e 2019.	71
Figura 17 - Números de Auxílios fornecido nos anos de 2019 e 2020.	72
Figura 18 - Mapa geral de densidade de Acadêmicos da Universidade federal de Mato Grosso do Sul 2011-2012.	77

Figura 19 - Mapa da distribuição de densidade de Acadêmicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul 2013-2021.	77
Figura 20-Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de /Campo Grande 2011- 2012.	89
Figura 21-Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de /Campo Grande 2013- 2021.	90
Figura 22 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Três Lagoas 2011-2012.	94
Figura 23 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Três Lagoas 2013-2021.	94
Figura 24 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Corumbá 2011-2012.	98
Figura 25 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Corumbá, 2013-2021.	98
Figura 26 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Aquidauana 2011-2012.	102
Figura 27 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Aquidauana, 2013-2021.	102
Figura 28 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Coxim, 2011-2012.	105
Figura 29 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Coxim, 2013-2021.	106
Figura 30 - Distribuição espacial de acadêmicos da UFMS câmpus de Paranaíba 2011-2012.	109
Figura 31 - Distribuição espacial de acadêmicos da UFMS câmpus de Paranaíba, 2013-2021.	109
Figura 32 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Chapadão do Sul, 2011-2013.	112
Figura 33 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Chapadão do Sul, 2013-2021.	113
Figura 34 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Nova Andradina, 2011-2012.	116
Figura 35 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Nova Andradina, 2013-2021.	116

Figura 36 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Naviraí, 2011-2012.	119
Figura 37 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Naviraí, 2013-2021.	120
Figura 38 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Ponta Porã, 2011-2012.	123
Figura 39 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Ponta Porã, 2013-2021.	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMS- Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul
CAND – Colônia Agrícola Federal de Dourados
CEJAR- Centro Educacional Coronel José Alves Ribeiro
CEUA- Centro Universitário de Aquidauana
CEUD- Centro Pedagógicos de Dourados
COUN – Conselho Universitário
CPA- Centro Pedagógico de Aquidauana
CPAQ- Câmpus de Aquidauana
CPAR Câmpus de Paranaíba
CPBO- Câmpus de Bonito
CPCS- Câmpus de Chapadão do Sul
CPCX- Câmpus de Coxim
CPD - Centro pedagógico de Dourados
CPNA- Câmpus de Nova Andradina
CPNV- Câmpus de Naviraí
CPPP- Câmpus de Ponta Porã
CPTL: Centro pedagógico de Três Lagoas
EAD - Educação a distância
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enem - Exame Nacional do ensino médio
ESAN-Escola de Administração e Negócios
FAALC- Faculdade de Artes, Letras e Comunicação
FACFAN- Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição
FACH Faculdade de Ciências Humanas
FACOM- Faculdade de Computação
FADAFI: a Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras
FADIR -Faculdade de Direito e Relação Internacional
FAED- Faculdade de Educação
FAENG- Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia
FAMED -Faculdade de Medicina
FAMEZ - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
FAODO - Faculdade de Odontologia

FFOMT-Faculdade de Farmácia e Odontologia do Mato Grosso
FUFMS Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INBIO--Instituto de Biociências
INFI - Instituto de Física
INISA Instituto Integrado de Saúde
INMA - Instituto de Matemática
INQUI - Instituto de Química
ISPC- Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá
MEC- Ministério da Educação
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
NOB: Noroeste do Brasil
PASSE- Programa de Avaliação Seriada Seletiva da UFMS
PDI - Planos de desenvolvimento institucional
PDU- Plano de Desenvolvimento da Unidade
PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PLADESCO - Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste
PNAES- Programa Nacional de Assistência estudantil
PND- Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POLOCENTRO, PRODEGRAN
PPC- Proposta Pedagógica Curricular
PRODEGRAN - Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados
PRODEPAN- Programa de Desenvolvimento do Pantanal
PT- Partido dos Trabalhadores
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEMADE - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
SISU Sistema de Seleção Unificada
SMT - Sul do Mato Grosso
SUDECO- Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
UEMT: Universidade Estadual de Mato Grosso
UFMS: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso

SUMÁRIO

1	Introdução	19
1.1	O processo de construção do objeto de pesquisa e os caminhos metodológicos	21
	Capítulo II - FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL	24
2.1	Expansão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.....	24
2.1.2	Histórico do Câmpus de Campo Grande (Cidade Universitária).....	29
2.1.3	Histórico do Câmpus de Três Lagoas/CPTL	37
2.1.4	Histórico do Câmpus de Corumbá/ CPAN	41
2.1.5	Histórico do Câmpus de Aquidauana/CPAQ	44
2.1.6	Histórico do Câmpus da UFMS em Dourados/ CPDO	47
2.1.7	Histórico do Câmpus de Coxim/ CPCX	50
2.1.8	Histórico do Câmpus de Paranaíba/CPAR.....	52
2.1.9	Histórico do Câmpus de Chapadão do Sul/CPCS.....	54
2.1.10	Histórico do Câmpus de Nova Andradina/ CPNA	56
2.1.11	Histórico do Câmpus de Naviraí – CPNV	58
2.1.12	Histórico do Câmpus de Ponta Porã/ CPPP	61
2.1.13	Histórico do Câmpus de Bonito/ CPBO	64
2.2	Considerações sobre a expansão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul ..	65
2.3	Políticas de ações afirmativas	66
2.4	Mobilidade estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.....	73
	Capítulo iii - A MOBILIDADE ACADÊMICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	76
3.1	Análise geral da distribuição dos acadêmicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	76
3.2	Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus de Campo Grande.....	85
3.3	Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus de Três Lagoas.....	90
3.4	Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus de Corumbá	
3.4	Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus de Aquidauana	99

3.5	Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus de Coxim.....	103
3.6	Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do câmpus de Paranaíba	106
3.7	Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus de Chapadão do Sul.....	110
3.8	Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus Nova Andradina	113
3.9	Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus de Naviraí	117
3.10	Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus de Ponta Porã.....	120
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
	REFERENCIAS	128

1 INTRODUÇÃO

Considerando os projetos voltados ao desenvolvimento da região sul do estado de Mato Grosso durante a segunda metade do século XX, surgiu a necessidade de qualificar a população local para atender à demanda imposta pelo novo modelo de desenvolvimento planejado para essa área.

Com o objetivo de impulsionar o crescimento regional, entre os anos de 1966 e 1968 foram fundados institutos isolados de educação superior nas cidades de Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas e, posteriormente, centros pedagógicos em Aquidauana e Dourados.

Criados inicialmente como institutos pedagógicos, essas unidades foram transformadas em centros pedagógicos em 1970 e, nesse mesmo ano, incorporadas ao processo de fundação da Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), cuja reitoria foi instalada na cidade de Campo Grande.

Após a divisão do estado de Mato Grosso, ocorrida em 1977, a reitoria e os centros pedagógicos da UEMT localizados na região sul passaram pelo processo de federalização, resultando na criação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Pode-se considerar que, após sua federalização, a UFMS passou por mais três etapas de expansão, com a criação de novos câmpus: nos anos 2000, durante o Plano Plurianual (1996–1999); em 2006, no Plano Plurianual de 2004–2007; e em 2009, no Plano Plurianual de 2008–2011.

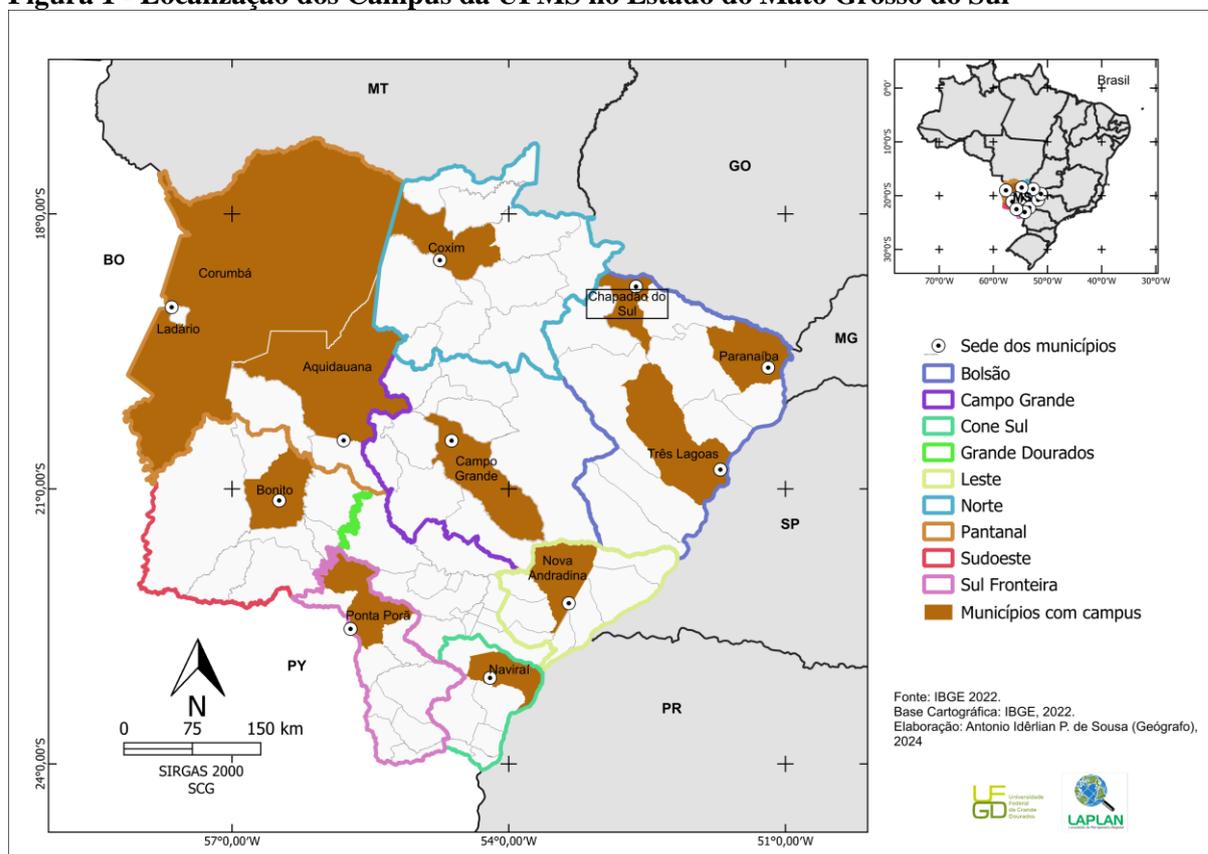
Destaca-se o ano de 2009, quando a universidade recebeu um volume significativo de investimentos destinados à abertura de novos câmpus e à ampliação de sua infraestrutura, no contexto da adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O objetivo do programa, segundo o decreto, era a “criação de condições de ampliação de acesso e permanência no ensino superior pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Almeida, 2017, p. 100).

O REUNI, como programa de desenvolvimento regional, teve importância fundamental enquanto política pública capaz de promover modificações estruturais nos territórios (Gumiero, 2022). Considerando os valores investidos, o programa proporcionou diversas transformações em vários municípios, tanto naqueles que receberam novos câmpus quanto naqueles que já os possuíam e foram contemplados com a ampliação de suas estruturas e quadros de pessoal.

Na Figura 1, observa-se a distribuição dos câmpus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul nos municípios do estado, destacando-se como a maior universidade pública do território sul-mato-grossense. Ressalta-se também a posição geográfica da instituição, em regiões limítrofes com outros estados brasileiros — Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso — e com os países Paraguai e Bolívia.

A universidade está presente na capital e em mais nove municípios (Figura 1): Cidade Universitária em Campo Grande, e os câmpus de Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, além do câmpus de Bonito, que atualmente se encontra com as atividades suspensas, tendo sido convertido em uma base de pesquisa.

Figura 1 - Localização dos Câmpus da UFMS no Estado do Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE 2022.

Atualmente, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) atende acadêmicos oriundos das cidades-polo onde estão localizados seus câmpus, bem como das regiões adjacentes e de estados vizinhos, com maior abrangência nos estados de São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso, além de estudantes provenientes dos países limítrofes Paraguai e Bolívia.

Além de contribuir para a qualificação da população em níveis local, regional e nacional, a universidade mantém um programa de intercâmbio internacional, com a participação de alunos estrangeiros. Essa iniciativa promove a internacionalização dos acadêmicos da instituição e também possibilita o acolhimento de estudantes de outros países.

Segundo dados publicados em seu portal, no primeiro semestre de 2024 a UFMS contava com 40.818 acadêmicos matriculados, sendo 29.497 em cursos de graduação e 11.321 na pós-graduação.

Nesse mesmo período, a universidade oferecia 138 cursos de graduação, dos quais 127 eram presenciais e 11 na modalidade de Educação a Distância (EAD). Além disso, dispunha de 67 cursos de pós-graduação *stricto sensu* — incluindo mestrados acadêmicos, mestrados profissionais e doutorados — e 39 cursos de pós-graduação *lato sensu*, entre eles residências médicas, especializações e cursos de Master in Business Administration (MBA).

Entre os principais processos seletivos realizados pela UFMS, destacam-se três modalidades: o Sistema de Seleção Unificada (SISU), no qual o candidato utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); o Programa de Avaliação Seriada Seletiva da UFMS (PASSE), em que o candidato realiza provas anuais durante o ensino médio e participa com a média final; e o vestibular, composto por uma prova única, aplicada presencialmente ou de forma remota nos câmpus da universidade.

A estrutura deste trabalho está organizada em três partes: a primeira aborda o histórico da fundação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e de seus câmpus; a segunda apresenta a análise da distribuição das matrículas por local de origem dos acadêmicos, por câmpus; e a terceira contempla as considerações finais.

1.1 O processo de construção do objeto de pesquisa e os caminhos metodológicos

O presente trabalho tem como finalidade investigar e analisar o raio de distribuição da origem dos acadêmicos matriculados na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a fim de determinar se essa abrangência ocorre em nível regional, estadual, nacional ou internacional. Além disso, busca-se examinar se a distribuição da origem dos acadêmicos foi influenciada pelas políticas de ações afirmativas previstas na Lei nº 12.711, de 2012 (Lei de Cotas).

Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa documental nos arquivos digitais da UFMS, por meio de seu boletim oficial e de documentos institucionais, como os relatórios de gestão, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Plano de

Desenvolvimento da Unidade (PDU), a Proposta Pedagógica Curricular (PPC), além de informações disponíveis no sítio eletrônico oficial da universidade. Adicionalmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, abrangendo teses, dissertações, livros, artigos científicos publicados em revistas e periódicos, materiais impressos e eletrônicos, bem como matérias jornalísticas extraídas dos portais das cidades-sede dos câmpus.

Como objeto de estudo, definiu-se a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Para a análise da abrangência territorial da distribuição das matrículas de acadêmicos na UFMS, considerou-se o número de matrículas com base nas informações disponibilizadas no portal <https://numeros.ufms.br/> (considerando a origem por estado), além do relatório da Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (AGETIC), que forneceu dados sobre a origem dos acadêmicos por município brasileiro. A análise abrangeu o período de 2011 a 2021, dividido em dois subperíodos: 2011–2012, anterior à implementação da Lei de Cotas, e 2013–2021, após sua vigência. Essa divisão permitiu avaliar o impacto das ações afirmativas implementadas pela Lei nº 12.711/2012.

Para fins de análise, considerou-se a UFMS em sua totalidade, incluindo a Cidade Universitária, sediada em Campo Grande, e seus nove câmpus: Aquidauana, Corumbá, Coxim, Paranaíba, Três Lagoas, Naviraí, Chapadão do Sul, Nova Andradina e Ponta Porã. A escolha da UFMS como objeto de estudo fundamenta-se em sua importância para o desenvolvimento do estado, considerando a distribuição territorial de seus câmpus em cidades estratégicas, conforme a divisão proposta pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul no documento “Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento – 2015”. Esse estudo aplicou os conceitos de polarização e liderança urbana, correlacionando os municípios por meio de eixos de ligação e relações de influência e dependência entre os municípios-polo e aqueles sob sua esfera de influência socioeconômica.

Outro fator decisivo para a escolha da UFMS foi minha atuação profissional como Técnico em Assuntos Educacionais na instituição, com lotação no câmpus de Nova Andradina. Nesse cargo, colaborei com diversos setores, como a secretaria acadêmica, o setor sociopedagógico e, atualmente, o setor de assistência estudantil. Ao longo dessa trajetória, tive contato direto com a realidade dos acadêmicos ingressantes, o que despertou meu interesse em investigar o perfil dos estudantes que acessam a universidade por meio das vagas reservadas pela Lei nº 12.711/2012. Muitos desses discentes são oriundos de localidades distintas dos câmpus e buscam, junto à assistência estudantil, orientações para participar das ações afirmativas implementadas pela instituição.

A análise da origem dos acadêmicos da UFMS, especialmente daqueles que ingressam por meio da reserva de vagas estabelecida pela Lei de Cotas, pode contribuir para o aprimoramento das políticas institucionais voltadas à equidade no acesso ao ensino superior. Os resultados obtidos poderão evidenciar, junto às autoridades públicas, a relevância de políticas que promovam o acesso à universidade, especialmente para os gestores dos municípios localizados no entorno dos câmpus da instituição.

CAPITULO II - FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL

2.1 Expansão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

A partir da década de 1950, com o avanço da industrialização no Brasil, o país passou a produzir bens utilizando novas tecnologias. Diante desse novo contexto, surgiu a necessidade de formação de mão de obra especializada, o que impulsionou a busca por qualificação em nível superior no interior do território nacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional. Segundo Benfica (2019), o propósito do Estado, ao incentivar a interiorização do ensino superior, era qualificar a população para atuar como força de trabalho especializada, por meio da oferta de formação superior.

O produto final, tanto das universidades quanto dos institutos ou faculdades isoladas, era a formação de mão de obra, regulamentada e legitimada pelo Estado, que conferia o status de formação de nível superior. A finalidade principal era a formação de professores que atuariam nas escolas do Estado, contribuindo para formar a base necessária para a instalação de cursos com maior impacto econômico na região (Benfica, 2019 p. 16).

A partir de 1964, a educação passou a ser utilizada como instrumento para estabilizar o sistema de governo implantado, integrando-se ao planejamento global do regime militar. Havia, por parte do governo, a intenção de transformar a educação em uma mercadoria e adotá-la sob um modelo tecnicista (Silva, 2011, p. 116). Alinhado ao movimento do capitalismo global, o governo buscava fomentar esse modelo no país e, para isso, necessitava difundir suas ideologias, implementadas por meio da inserção de seus princípios no ensino superior.

O plano de expansão e reestruturação das universidades brasileiras integrou a estratégia nacional-desenvolvimentista do governo militar, sendo um dos principais pilares de sua política de segurança nacional. Segundo Freitas (2004), esse plano se refletiu, entre outros aspectos, na criação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Oliveira (2016) destaca que a criação da UFMT era considerada inevitável, pois fazia parte da estratégia do regime militar de ocupação e integração do território nacional. Com o objetivo de difundir sua ideologia e conter os avanços do comunismo, o regime implementou uma reforma universitária que atendia aos seus interesses.

Com a crescente demanda por qualificação da população e os projetos voltados ao desenvolvimento do estado de Mato Grosso, foram criados, em 1967, dois institutos isolados de ensino superior: o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá, com cursos nas áreas de Ciências, História, Letras, Pedagogia e Psicologia; e o Instituto de Ciências Humanas e Letras de Três Lagoas, com cursos em Letras, Pedagogia, Geografia, Matemática e História (Pozzi, 2006, p. 56). Oliveira (2016, p. 147) observa que, apesar da autonomia prevista na legislação de criação dos institutos, estes foram utilizados como instrumentos para atender aos interesses das elites locais e beneficiar indivíduos ricos e influentes das cidades onde estavam instalados.

Na relação de docentes por centro, em Corumbá, do quadro de docentes, encontramos seis docentes de uma mesma família. O Centro Pedagógico de Corumbá pode ser usado como exemplo típico de um caso de empreguismo e de prevalência de interesses particulares ao público. Neste Centro, havia a previsão de implantar os cursos de Geologia, Zootecnia e Bovinocultura de Corte para atender à demanda local. No entanto, como destacado no Memorial Descritivo do Professor Osório (2014), os interesses particulares se sobrepuseram ao interesse público, e os cursos que funcionavam eram aqueles que favoreciam as filhas dos fazendeiros que, ao retornarem do Rio de Janeiro, onde estudaram, tornavam-se docentes nos cursos de sua formação (Oliveira, 2016, p. 147).

Nota-se que a implantação de uma instituição de ensino superior, além de beneficiar a população regional ao proporcionar sua qualificação e atender à demanda de desenvolvimento da região, também foi utilizada como meio de favorecimento na concessão de empregos a familiares dos “coronéis” locais.

Em 16 de setembro de 1969, o governo estadual sancionou a Lei nº 2.947, que criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), reunindo os centros pedagógicos localizados na região sul do estado, até então subordinados ao Instituto Biológico de Campo Grande, que passou a ser denominado Câmpus de Campo Grande, onde também foi instalada a reitoria.

Com o objetivo de formar o maior número possível de professores para atender à demanda das escolas primárias e secundárias da região sul do estado, foi criado, em 1970, o Centro Pedagógico de Aquidauana, inicialmente com os cursos de Letras/Inglês, Letras/Português e Estudos Sociais. No mês de dezembro do mesmo ano, foi criado o Centro Pedagógico de Dourados, oferecendo exclusivamente cursos de licenciatura em Letras, História e Estudos Sociais.

Na primeira metade da década de 1970, foram ofertadas licenciaturas curtas, organizadas em períodos intensivos durante as férias escolares. Esses cursos contaram com a atuação de professores oriundos de outros centros, como Corumbá, Dourados e Aquidauana,

visando à formação emergencial de professores. A partir dessa mobilização, foi concebido o projeto de criação do Centro Pedagógico de Rondonópolis (CPR), formalizado pelo reitor da UEMT no final de 1975 (Benfica, 2019, p. 17; Silva; Garnica, 2018, p. 284).

Após a divisão do estado, o Centro Pedagógico de Rondonópolis, por estar situado na região norte de Mato Grosso, passou à responsabilidade da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Em 1992, após reestruturação institucional, o CPR foi transformado no Câmpus Universitário de Rondonópolis (CUR) da UFMT. Ao final da década de 2010, ocorreu a emancipação do CUR, resultando na criação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), por meio da Lei nº 13.637, de 20 de março de 2018.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), ao longo de sua trajetória, passou por quatro fases distintas de expansão. A primeira ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, com a implantação do ensino superior em Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas, Dourados e Aquidauana. A segunda teve início no começo dos anos 2000, com a criação dos câmpus de Paranaíba e Coxim. Na terceira fase, foram contempladas as cidades de Nova Andradina e Chapadão do Sul. A quarta e mais recente fase abrangeu os câmpus de Naviraí, Bonito e Ponta Porã.

Durante a primeira fase, no então estado de Mato Grosso, foram priorizadas cidades em processo de desenvolvimento, atendidas por programas federais como o PRODEPAN, POLOCENTRO e PRODEGRAN, cujo foco era a qualificação da população regional. Na segunda fase, buscava-se atender aos objetivos do programa Avança Brasil, do governo Fernando Henrique Cardoso, que previa a ampliação da formação docente-pesquisadora em nível de pós-graduação, bem como o aumento da oferta de vagas, especialmente em cursos noturnos.

Especial atenção será dada ao aprimoramento do sistema público federal de ensino superior, que deverá assumir papel crescentemente estratégico no sistema universitário brasileiro, destacando-se pela excelência acadêmica, produtividade científica, formação de docentes pesquisadores ao nível de pós-graduação e oferta de serviços de extensão à comunidade. Será preciso aumentar a produtividade em todas essas áreas e ampliar o número de vagas e de alunos, sobretudo nos cursos noturnos (Cardoso, 2008, p. 63).

Dentro dessa perspectiva de ampliação da oferta de vagas para elevar os índices de formação em nível superior, foram implantados, no ano de 2000, os câmpus de Coxim e Paranaíba, atendendo às demandas das regiões norte e leste do estado. A política de expansão do ensino superior continuou com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, e houve uma aceleração no processo de interiorização da educação superior, por meio da

alocação de recursos que viabilizaram a criação de novos câmpus, bem como a ampliação da oferta nos já existentes.

Reconhecendo o papel estratégico das universidades, especialmente das públicas, no desenvolvimento econômico e social, o governo federal adotou uma série de medidas para expandir o acesso ao ensino superior público. O Programa Expandir, desenvolvido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), previu a criação de dez universidades federais — duas a partir de projetos totalmente novos, duas oriundas do desmembramento de instituições já existentes e seis originadas de escolas e faculdades especializadas —, além da implantação de 43 câmpus universitários em diferentes regiões do país (MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO, 2006, p. 193–194).

Em 2007, por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril, o governo federal instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que visava fornecer apoio às instituições que aderissem ao programa e se comprometessem com suas diretrizes.

Durante esse período de expansão da educação superior promovido pelas políticas do governo Lula, foram criadas 13 novas universidades federais e aproximadamente 100 novos câmpus universitários, caracterizando esse governo como o que mais expandiu a rede federal de educação superior no país (ALMEIDA, 2017, p. 120). O autor destaca a distribuição regional dessa expansão, com maior concentração nas regiões Norte e Nordeste, conforme a seguinte distribuição: Centro-Oeste (8), Sul (36), Sudeste (27), Norte (25) e Nordeste (51), corroborando a tese da interiorização do ensino superior no Brasil.

Essa fase, associada ao segundo momento de expansão promovido pelo REUNI, gerou um expressivo crescimento não apenas no número de universidades federais, mas também no número de câmpus no interior do país. Entre 2003 e 2010, o número de universidades federais passou de 45 para 59 — um aumento de 31% —, enquanto o número de câmpus e unidades saltou de 148 para 274, representando um crescimento de 85%. A interiorização também resultou em uma ampliação significativa da cobertura territorial: o número de municípios atendidos por universidades federais aumentou de 114 para 272, o que representa um crescimento de 138% (BRASIL, 2012).

Em relação às matrículas na graduação presencial, as universidades federais registraram um aumento de aproximadamente 111% na oferta de vagas entre 2003 e 2011. De acordo com o relatório de expansão das instituições federais (2003–2011), elaborado pelo MEC, os dados da graduação presencial evidenciam esse crescimento: 139.875 vagas em

2007; 150.869 em 2008; 186.984 em 2009; 218.152 em 2010; e 231.530 em 2011 (BRASIL, 2012).

Conforme publicado pelo Ministério da Educação, por meio do grupo de assessores designado pela Portaria nº 552/SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, o objetivo principal do REUNI foi definido como:

Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e o melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior" (Brasil, 2007 b).

Segundo Marques e Cepeda (2012, p. 187), na visão do Ministério da Educação (MEC), o processo de interiorização dos câmpus também possibilitaria promover a integração entre a universidade e a comunidade, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento de pesquisas e a formação de profissionais mais alinhados com a realidade regional. Isso permitiria à universidade uma participação efetiva no processo de desenvolvimento socioeconômico, cultural, regional e estadual, por meio da articulação com órgãos públicos, empresas e instituições privadas. Dessa forma, por meio de diversas modalidades de extensão, a universidade busca oferecer melhores condições para o desenvolvimento regional. A instalação de câmpus no interior proporcionaria a essas localidades oportunidades de interação com as instituições, estimulando a produção de tecnologias voltadas ao seu desenvolvimento.

Rolim e Serra (2009) corroboram a análise apresentada por Marques e Cepeda (2012), ao destacar que, com a alocação de instituições no interior, descentralizadas dos grandes centros urbanos, o governo proporcionou uma série de benefícios para essas localidades. As universidades podem, de fato, contribuir para a elevação do padrão de vida regional, por meio da qualidade dos profissionais formados, das pesquisas desenvolvidas e da transferência dos resultados para a sociedade. Além disso, oferecem ao entorno uma ampla gama de atividades culturais, que acabam por integrar o calendário promovido pela municipalidade.

Dário (2019), ao analisar as ações de assistência estudantil no câmpus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em Coxim, ressalta a importância da interiorização das políticas do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), sobretudo por viabilizar o acesso e a permanência dos acadêmicos na universidade. Segundo o autor:

“Essa expansão e interiorização nas dimensões quantitativa, geográfica e de acesso, voltada para o desenvolvimento local, abrangeu outras ações e projetos, principalmente a reformulação das formas de acesso e políticas para a permanência na universidade” (DÁRIO, 2019).

A adesão ao REUNI não previa apenas a ampliação do número de vagas, mas exigia também a implementação de condições que assegurassem o acesso e a permanência dos estudantes. A ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil visava garantir igualdade de oportunidades aos discentes em situação socioeconômica desfavorável. Tais medidas estão diretamente associadas à inclusão e à democratização do ensino superior, entendidas como partes integrantes de um projeto de nação (BRASIL, 2007, p. 6).

Assim, em outubro de 2007, por meio da Resolução nº 60, de 24 de outubro de 2007, do Conselho Universitário, a UFMS encaminhou a proposta de adesão ao programa, comprometendo-se a ampliar 1.726 vagas nos cursos de graduação presencial, por meio do aumento de vagas em cursos já existentes e da criação de mais 28 cursos no período de 2008 a 2012, distribuídos entre todos os seus câmpus.

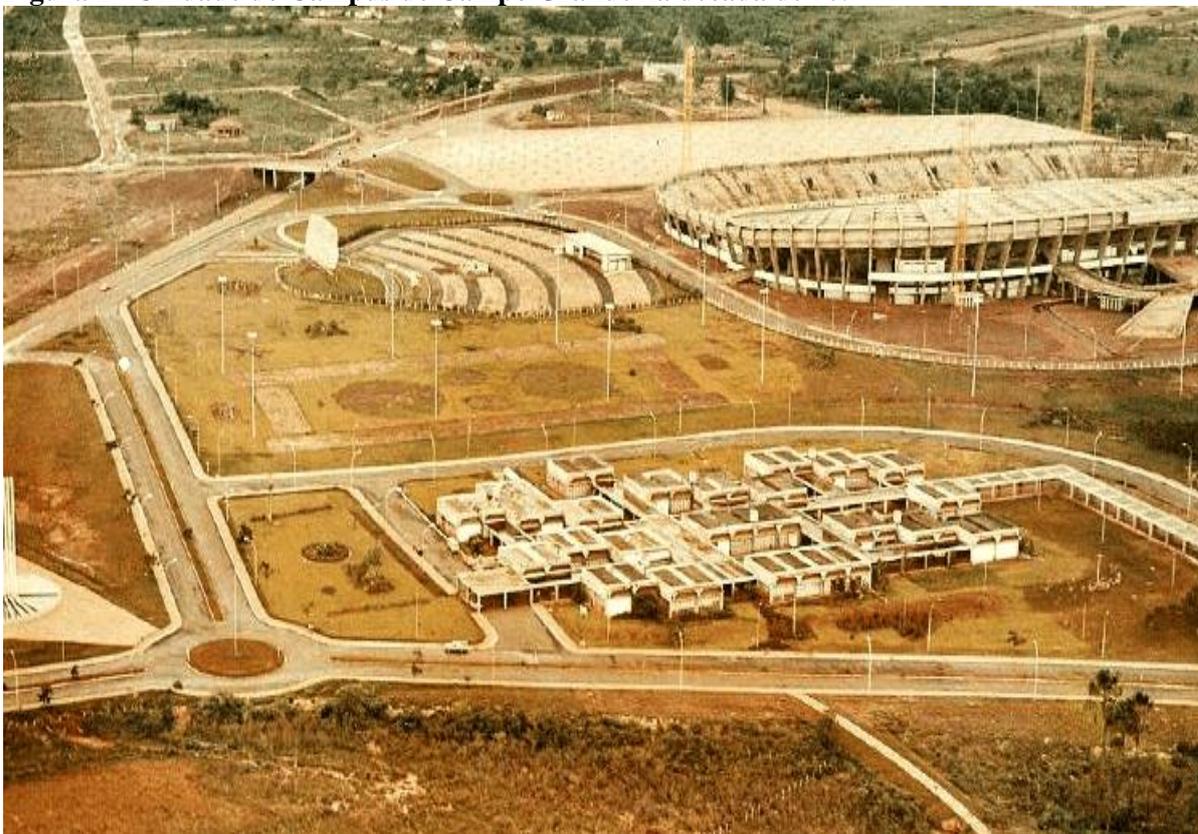
Com a adesão ao REUNI, a UFMS priorizou a oferta de cursos voltados à formação de professores, com o objetivo de atender à demanda da rede de educação básica nas cidades do interior. Para tanto, três novas cidades foram incluídas como Unidades Setoriais Acadêmicas: Naviraí, Bonito e Ponta Porã. Essas unidades foram estrategicamente inseridas no contexto macroeconômico do estado, contribuindo para a ampliação do processo de interiorização da educação superior em Mato Grosso do Sul (UFMS, 2009).

2.1.2 Histórico do Câmpus de Campo Grande (Cidade Universitária)

A história da fundação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul entrelaça-se com a disputa política entre as regiões norte e sul do então estado unificado de Mato Grosso. Freitas (2004) destaca que, até o ano de 1977, período que antecedeu a divisão territorial do estado, havia uma intensa disputa entre norte e sul pela hegemonia política. O sul, representado por Campo Grande, e o norte, por Cuiabá, protagonizavam esse embate, que extrapolava os limites da classe política e se estendia à sociedade civil, especialmente no que dizia respeito à educação superior pública. A disputa incluía a definição sobre qual das cidades abrigaria a sede da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso.

Nesse contexto, Campo Grande já possuía uma vantagem significativa, contando com uma estrutura física nova e imponente a seu favor (Figura 2).

Figura 2 - Unidade do Câmpus de Campo Grande na década de 70.



Fonte: <https://www.ufms.br/universidade/historico/>

Na porção sul do antigo estado de Mato Grosso, o primeiro ensaio para a criação de um curso público de ensino superior ocorreu em 1930, com a fundação, em Campo Grande, do curso denominado Farmácia e Odontologia da Faculdade Mato-Grossense. No entanto, esse curso foi extinto pouco tempo depois, devido a dificuldades para obter autorização de funcionamento. Essa faculdade formou apenas uma turma, encerrando suas atividades em seguida (Freitas, 2004, p. 52).

Em 1962, um novo movimento dos profissionais da área de saúde buscou criar um curso superior público na área de saúde no estado. A cidade escolhida novamente foi Campo Grande, onde foi fundada a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso (FFOMT). O governo apoiou a iniciativa, que obteve respaldo político da bancada da região sul do estado, resultando nos Decretos Legislativos nº 484, de 27 de outubro de 1962, e na Lei nº 1.755, de 9 de novembro de 1962, que conferiram legitimidade jurídica à FFOMT (Maymone,

1989, p. 70). Mesmo com a autorização jurídica, a FFOMT realizou seu primeiro processo seletivo para ingresso nos cursos de Farmácia e Odontologia em 1964, após obter autorização do Conselho Estadual de Educação.

No ano de 1966, por meio do Decreto nº 2.629, de 26/08/1966, o governador autorizou a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (Pozzi, 2006, p. 75). Esse instituto absorveu a Faculdade de Odontologia e Farmácia, abrindo possibilidades para a ampliação dos cursos na região sul do estado, inclusive do tão sonhado curso de Medicina, que tinha grande demanda nas cidades do interior.

A Lei Estadual nº 2.972, de 2 de janeiro de 1970, extinguiu o Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande e reuniu no câmpus de Campo Grande unidades denominadas Centros Pedagógicos, que agregaram unidades menores afins, denominadas Departamentos. No câmpus de Campo Grande, foram criados os seguintes Centros Pedagógicos: Centro de Estudos Sociais, Centro Tecnológico, Centro Aplicado, Centro de Ciências Biológicas e Centro de Educação Física. Essa mesma lei também criou os Centros Pedagógicos de Corumbá, Três Lagoas e Dourados, que poderiam atuar com os seguintes Departamentos: Química, Física, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Letras, História, Pedagogia, Geociências, Psicologia e Artes. Nessa normativa, foram criados os cursos de Engenharia, em Campo Grande, e Agronomia, em Dourados.

A administração da Secretaria de Educação Estadual relegou aos Centros Pedagógicos do interior os cursos de licenciatura, dando atenção secundária em seus planos de expansão. Assim, o câmpus de Campo Grande foi atendido com cursos de bacharelado em Farmácia, Odontologia, Medicina, Veterinária, Engenharia Civil e um único curso de licenciatura, o de Educação Física, enquanto os demais institutos do interior receberam predominantemente cursos de licenciatura, salvo exceções para Agronomia em Dourados e Psicologia em Corumbá. Benfica (2016), ao entrevistar professores dos antigos centros pedagógicos, relata que eles consideravam essa abordagem elitista, concentrando os cursos de maior investimento financeiro na sede do câmpus de Campo Grande e distribuindo os cursos com menor demanda financeira nos Centros Pedagógicos.

No trabalho de Benfica (2015), destaca-se a possibilidade de haver, naquele momento, uma reserva de mercado, visando deixar os cursos de licenciatura para os Centros Pedagógicos. Essa ação também buscava evitar concorrência com a Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (FADAFI), criada pelos padres salesianos em Campo Grande, que oferecia os cursos de licenciatura em Letras e Pedagogia desde 1962. Assim, mantinha-se um acordo tácito para evitar a disputa por acadêmicos nos cursos de licenciatura na cidade.

Silva e Garnica (2019, p. 287), em seu estudo sobre a formação de professores de matemática em licenciaturas curtas, consideram que essa distribuição dos cursos de licenciatura no interior visava suprir a falta de professores qualificados para atuar na rede ginásial naquele momento. No bojo da Lei nº 2.881, de 29 de novembro de 1968, que criou o Instituto de Três Lagoas, o legislador deixou explícito, no artigo 10, letra c, como objetivo a formação de professores para ampliação do quadro docente nas escolas de ensino médio e superior do estado. Assim, contrapõe-se à afirmação de Benfica (2019) de que a implantação de licenciaturas no interior seria pensamento elitista em relação ao instituto de Campo Grande, considerando que os projetos de desenvolvimento para o interior demandariam qualificação da população e, para isso, professores qualificados.

Durante o processo de divisão do estado de Mato Grosso, em 1977, a lei que previa a criação do estado de Mato Grosso do Sul já deixava explícita a federalização da Universidade Estadual de Mato Grosso, conforme o artigo 39 da Lei Complementar nº 31/10/1977: “Art. 39 - A União providenciará as medidas necessárias à federalização da Universidade Estadual de Mato Grosso, localizada na cidade de Campo Grande” (BRASIL, 1977). Esse fato foi regulamentado pela Lei nº 6.674, de 5 de julho de 1979, transformando o câmpus de Campo Grande e os Centros Pedagógicos de Corumbá, Três Lagoas, Dourados e Aquidauana na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Na década de 1980, o câmpus de Campo Grande continuou seu processo de expansão, com a abertura de 19 cursos nas áreas de: Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (6 cursos); Faculdade de Ciências Humanas (2); Faculdade de Computação (1); Educação (1); Faculdade de Engenharia, Arquitetura, Urbanismo e Geografia (1); Instituto de Biociências (2); Instituto de Física (3); Instituto de Matemática (2); Instituto de Química (2).

Na década de 1990, foram abertos mais 7 cursos nas seguintes faculdades: Artes, Letras e Comunicação (3 cursos); Ciências Humanas (1); Computação (1); Direito (2).

No início dos anos 2000, o câmpus de Campo Grande contava com 24 cursos de graduação distribuídos em três unidades setoriais: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS = 6: Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Odontologia, Medicina, Enfermagem, Farmácia); Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET = 7: Engenharia Elétrica, Matemática, Engenharia Civil, Química, Sistemas de Informação, Ciência da Computação, Física); Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS = 10: Administração, Ciências Econômicas, Artes Visuais, Comunicação Social – Jornalismo, Direito, Letras, Pedagogia, História, Ciências Sociais, Educação Física) (UFMS, 2020). Desses cursos, apenas oito eram licenciaturas voltadas para a formação de professores, enquanto os demais eram bacharelados,

mantendo a diretriz desde sua fundação de concentrar os cursos mais prestigiados socialmente na capital do estado.

Durante seu processo de expansão, o câmpus de Campo Grande ampliou sua estrutura e alterou seu organograma conforme incorporava mais cursos, subdividindo-se em unidades setoriais para agrupar as formações conforme suas afinidades. Em 2008, contava com 35 cursos de graduação divididos entre suas unidades: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS = 4); Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET = 11); Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS = 16); Faculdade de Medicina (FAMED = 1); Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ = 2); Faculdade de Odontologia (FAODO = 1) (UFMS, 2012).

Ao final de 2012, após a implantação dos cursos previstos no acordo do REUNI, o câmpus de Campo Grande ampliou sua oferta em mais 12 cursos, totalizando 47 cursos distribuídos nas unidades setoriais: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS = 7); Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET = 14); Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS = 13); Faculdade de Medicina (FAMED = 1); Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ = 2); Faculdade de Computação (FACOM = 5); Faculdade de Direito (FADIR = 2); Faculdade de Odontologia (FAODO = 1) (UFMS, 2012).

No ano de 2024, o câmpus de Campo Grande oferece 66 cursos de graduação (Quadro 1), distribuídos em 16 unidades setoriais: Escola de Administração e Negócios (ESAN) = 6; Instituto de Biociências (INBIO) = 3; Instituto Integrado de Saúde (INISA) = 2; Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (FACFAN) = 4; Faculdade de Ciências Humanas (FACH) = 5; Faculdade de Educação (FAED) = 5; Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC) = 9; Faculdade de Computação (FACOM) = 5; Faculdade de Direito (FADIR) = 2; Faculdade de Engenharias, Arquitetura, Urbanismo e Geografia (FAENG) = 10; Faculdade de Medicina (FAMED) = 1; Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ) = 2; Faculdade de Odontologia (FAODO) = 1; Instituto de Física (INFI) = 4; Instituto de Matemática (INMA) = 4; Instituto de Química (INQUI) = 3 (UFMS/Números, 2023).

Quadro 1 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Campo Grande.

FACULDADE/ INSTITUTO	CURSO	ANO DE INICIO	DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO/RECONHECI MENTO
ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS	Ciências econômicas	1991	PORTARIA/MEC Nº 165, DE 22/02/1996
	Administração	1995	PORTARIA/ MEC Nº120 DE 23/03/1984
	Administração integral	1995	PORTARIA /MEC Nº120 DE 23/03/1984
	Processo gerenciais	2010	PORTARIA-SERES/MEC Nº 346, D 3/06/2014
	Ciências contábeis	2014	PORTARIA SERES/MEC Nº 91, DE 2/02/2018
	Turismo	2014	PORTARIA-SERES/MEC Nº 382, DE 27/04/2017
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO	Artes visuais-hab em artes plásticas	1980	PORTARIA/MEC Nº 451, DE 01/11/1984
	Letras habilitação português/inglês	1988	PORTARIA /MEC Nº 1785, DE 04/12/1992
	Letras habilitação português s/espanhol	1988	PORTARIA /MEC Nº 486, DE 27/03/1997
	Letras português e espanhol	1988	PORTARIA /MEC Nº 486, DE 27/03/1997
	Letras português e inglês	1988	PORTARIA MEC Nº 17885, DE 04/12/1992
	Jornalismo	1989	PORTARIA/MEC Nº 1169, DE 10/08/1994
	Artes visuais	1995	PORTARIA /MEC 451 DE 01/11/1984
	Musica habilitação educação musical	2019	PORTARIA SESU/MEC Nº 1030, DE 07/12/2006
	Audiovisual	2019	PORTARIA/MEC Nº 124, DE 29/05/2023
FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS, ALIMENTOS E NUTRIÇÃO	Farmácia	1964	DECRETO FEDERAL Nº 67383, DE 15/10/1970
	Nutrição	2011	PORTARIA MEC Nº 617, DE 30/10/2014
	Alimento	2011	PORTARIA-SERES/MEC Nº 433, DE 30/07/2014
	Engenharia de alimento	2019	CONFORME ARTIGO 26 DA PORTARIA 1090 DE 25/10/2018
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS	História Licenciatura	1981	PORTARIA MEC Nº 4451, DE 22/12/2005
	Ciências sociais	1999	PORTARIA/MEC Nº 1922 DE 29/06/2004
	Psicologia	2001	PORTARIA/MEC Nº 1723, DE 02/12/2009
	Filosofia	2010	PORTARIA-SERES/MEC Nº 649, DE 10/12/2013
	História Bacharelado	2022	CONFORME ARTIGO 26 DA PORTARIA 1090 DE 25/10/2018

FACULDADE DE COMPUTAÇÃO	Ciência de computação	1987	PORTARIA/MEC Nº 704, DE 18/05/1992
	Sistema de informação	1996	PORTARIA/MEC Nº DE 05/02/2002
	Análise e desenvolvimento de sistema	2010	PORTARIA SERES/MEC Nº, DE 01/07/2016
	Engenharia de computação	2011	PORTARIA SERES/MEC 4, DE 24/03/2016
	Engenharia de software	2014	PORTARIA SERES/MEC Nº 30, DE 13/01/2021
FACULDADE DE DIREITO	Direito integral	1996	PORTARIA MEC Nº 436, DE 15/02/2002
	Direito noturno	1996	PORTARIA MEC Nº 436, DE 15/02/2002
EDUCAÇÃO	Educação física	1971	DECRETO FEDERAL Nº 77307, DE 17/03/1976
	Pedagogia	1981	PORTARIA /MEC Nº 460, DE 12/11/1984
	Educação do campo	2013	PORTARIA MEC Nº 584, DE 20/12/2019
	Educação física	2018	CONFORME ARTIGO 26 DA PORTARIA 1090 DE 25/10/2018
	Educação e processos de trabalhos: alimento escolar	2021	CONFORME ARTIGO 26 DA PORTARIA 1090 DE 25/10/2018
FACULDADE DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA	Engenharia civil matutino / vespertino	1970	DECRETO FEDERAL Nº 78889, DE 06/12/1976
	Engenharia elétrica	1988	PORTARIA MEC Nº 1548
	Engenharia ambiental	2000	PORTARIA MEC 678
	Arquitetura e urbanismo	2000	PORTARIA 560 DE 28/02/2005
	Eletrotécnica industrial	2010	PORTARIA –SERES/MEC Nº 136, DE 2/07/2012
	Engenharia civil vespertino/ noturno	2010	PORTARIA-SERES /MEC Nº 136, DE 27/07/2012
	Engenharia da produção	2010	PORTARIA MEC Nº 305, DE 16/04/2015
	Construções de edifícios	2011	PORTARIA –SERES/MEC Nº 432, DE 29/07/2014
	Saneamento ambiental	2011	PORTARIA-SERES/MEC Nº7 38, DE 14-02/2013
	Geografia	2011	PORTARIA SERES/MEC Nº 425, DE 28/07/2014
MEDICINA	Medicina	1968	DECRETO FEDERAL 72939
FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA	Medicina veterinária	1971	DECRETO FEDERAL Nº 77165, DE 02/12/1976
	Zootecnia	2001	PORTARIA / MEC Nº 4452, DE 22/12/2005

FACULDADE DE ODONTOLOGIA	Odontologia	1964	DECRETO FEDERAL Nº 67383, DE 15/10/1970
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS	Ciência biológicas noturno	1981	PORTARIA Nº 154, DE 17/04/1984
	Ciência biológicas integral	1981	PORTARIA Nº 154, DE 17/04/1984
	Ciência biológicas a distância	2009	PORTARIA /MEC Nº 226, DE 10/04/2014
INSTITUTO DE FÍSICA	Física integral	1981	PORTARIA/MEC Nº 246, DE 31/05/1984
	Física integral	1981	PORTARIA/MEC Nº 246, DE 31/05/1984
	Física noturna	1981	PORTARIA/MEC Nº 246, DE 31/05/1984
	Engenharia física	2019	RECONHECIDO CONFORME ARTIGO 26 DA PORTARIA DE 1095 DE 25/10/2018
INSTITUTO DE MATEMÁTICA	Matemática integral	1981	PORTARIA/MEC Nº 158, DE 17/04/1984
	Matemática noturno	1981	PORTARIA/MEC Nº 158, DE 17/04/1984
	Matemática a distância	2008	PORTARIA/MEC Nº 244, DE 31-05-2013
	Matemática matutino	2020	RECONHECIDO CONFORME ARTIGO 26 DA PORTARIA DE 1095 DE 25/10/2018
INSTITUTO DE QUÍMICA	Química integral	1981	PORTARIA/ MEC Nº 476, DE 19/11/1984
	Química noturno	1981	PORTARIA/ MEC Nº 476, DE 19/11/1984
	Engenharia química integral	2019	RECONHECIDO CONFORME ARTIGO 26 DA PORTARIA DE 1095 DE 25/10/2018
INSTITUTO INTEGRAL DE SAÚDE	Enfermagem	1991	PORTARIA/MEC Nº 082, DE 03/02/1995
	Fisioterapia	2008	PORTARIA MEC Nº 488, DE 22/02/2011

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do portal UFMS/graduação, outubro de 2023.

À medida que o estado de Mato Grosso do Sul se consolidou no cenário nacional e sua capital se tornou um polo de referência regional, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul acompanhou esse desenvolvimento da capital, ampliando sua estrutura (Figura 03) e oferta de cursos para atender à população com formação profissional nas mais diversas áreas e acolher aqueles que buscam um ensino superior de qualidade, optando por migrar para a cidade de Campo Grande.

Figura 3 – Vista aérea da cidade Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, cidade de Campo Grande MS.



Fonte: <https://www.ufms.br/video-institucional-da-ufms-esta-disponivel-para-download/>

2.1.3 Histórico do Câmpus de Três Lagoas/CPTL

A cidade de Três Lagoas, fundada em decorrência da construção da linha férrea da Noroeste do Brasil (NOB), está situada no trajeto que liga o estado de São Paulo à cidade de Campo Grande (Trubiliano, 2015, p. 238; Queiroz, 1997, p. 152), tendo se originado a partir de um assentamento de funcionários envolvidos nessa obra.

Durante a década de 1960, com o objetivo de atender ao interesse do então governador do estado de Mato Grosso e em consonância com as diretrizes da nova reforma do ensino superior implementada pelo regime militar — que visava formar mão de obra docente para suprir a demanda por profissionais nas escolas da região de Três Lagoas — foi criado, em 1968, o Instituto de Ciências Humanas e Letras de Três Lagoas, por meio da Lei n.º 2.881, de 29 de novembro de 1968 (Benfica, 2015, p. 62).

Graças à parceria entre os governos municipal e estadual, a construção da sede do Instituto foi viabilizada a partir de 1970. O município ficou responsável pela doação do terreno, enquanto o estado providenciou os recursos financeiros para a construção e

manutenção da instituição. No primeiro ano de funcionamento, o Instituto ofereceu vagas nos cursos de licenciatura destinados à formação de professores para os níveis de 1º e 2º ciclos, contemplando as áreas de Letras, Pedagogia, Geografia, Matemática e História (Benfica, 2015, p. 2), com a finalidade de atender às demandas das escolas da cidade e da região.

Benfica (2015), em seus estudos, apresenta os argumentos utilizados para justificar a escolha dos cursos de licenciatura oferecidos. Segundo o documento de autorização dos cursos do Instituto de Ciências Humanas e Letras de Três Lagoas, o município possuía características econômicas específicas e uma expressiva demanda por professores nas escolas locais e regionais.

Na documentação referente ao processo de autorização dos cursos do CPTL, é apresentado um breve perfil socioeconômico do município. A principal atividade econômica destacada era a pecuária, descrita por Pe. Jair Gonçalves como "uma das fontes do poderio econômico da cidade". Destaca-se também o comércio, com o registro de "991 estabelecimentos comerciais na cidade". No item ensino, registra-se que a cidade possui 55 estabelecimentos de ensino distribuídos entre níveis ginásial de 1º ciclo, 2º ciclo e primário. Entre as principais escolas, destacam-se: a) Centro Educacional de Três Lagoas; b) Patronato Bom Jesus (primário, ginásial e colegial); c) Colégio Trajano dos Santos (ginásio, colegial, normal); d) Escola Técnica e Comércio; e) Ginásio Estadual 2 de julho; f) Escola Normal Dom Aquino; g) Escola Técnica Marechal Rondon (química industrial, Pontes e Estradas); h) Nível primário (45 estabelecimentos) [sic] (Benfica, 2015, p. 65).

Ao ser encaminhado o projeto com a indicação da grande demanda por estabelecimentos de ensino ginásial existentes no município, evidenciou-se a necessidade de formação de mão de obra docente para atender a essas escolas, bem como às cidades do entorno, dada a distância em relação aos grandes centros urbanos formadores.

A Lei n.º 2.881, de 29 de novembro de 1968, que instituiu o Instituto de Três Lagoas, definiu em seu artigo 10 as competências iniciais da instituição, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional e formar profissionais (professores) voltados à qualificação da mão de obra local.

Artigo 10 - Compete ao Instituto:

- a) Ministrando cursos básicos e de graduação ou formação profissional superior nas áreas de ciências humanas e letras;
- b) - desenvolver programas de investigações científicas
- c) - formar professores, objetivando à ampliação do seu quadro docente e o atendimento das escolas de ensino médio e superior do Estado;
- d) - coordenar o planejamento regional de aplicação da ciência e tecnologias às necessidades socioeconômicas da região. (MT, 1968, p. 3)

Conforme aponta Benfica (2015), no ano de 1970, ao entrar em funcionamento, o Instituto de Três Lagoas enfrentou diversos contratemplos, exigindo da direção a adoção de estratégias que viabilizassem o desenvolvimento de suas atividades. Entre as dificuldades enfrentadas, destacam-se a baixa procura pelos cursos, a ausência de corpo administrativo e docente qualificado, o que levou à atuação de muitos voluntários da própria cidade. A principal limitação era a escassez de recursos financeiros para custear as atividades nos primeiros anos.

O projeto apenas se tornou viável após sua incorporação à Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), por meio da Lei Estadual n.º 2.972, de 2 de janeiro de 1970, que dispôs sobre a reestruturação e as diretrizes do ensino superior no Estado de Mato Grosso, incorporando os institutos de Três Lagoas, Corumbá e Dourados ao Câmpus de Campo Grande.

A responsabilidade pela manutenção financeira do Câmpus de Três Lagoas (CPTL) estava “garantida” pelo governo do Estado de Mato Grosso, conforme estabelecido na Lei n.º 2.881, de 29 de novembro de 1968, que criou o instituto. No entanto, os repasses financeiros não eram suficientes para cobrir todas as despesas. Com base na mesma lei, instituiu-se a cobrança de taxas dos alunos que não comprovassem situação de pobreza. Os valores arrecadados eram destinados à aquisição de livros e outros materiais didáticos, bem como à compra de materiais de expediente e ao custeio de pequenas despesas (Benfica, 2015, p. 16).

Apesar dos desafios enfrentados desde sua fundação, o Câmpus de Três Lagoas tem contribuído para os projetos de desenvolvimento da cidade, por meio da qualificação da população local. Inicialmente, oferecia cursos voltados à formação de professores para a educação primária e secundária. A partir da década de 1990, passou a ofertar cursos de bacharelado e, após o ano 2000, expandiu sua atuação para áreas da saúde.

Em 2024, o Câmpus de Três Lagoas (Figura 4) conta com 18 cursos de graduação, distribuídos entre suas duas unidades, conforme apresentado no Quadro 2. No âmbito da pós-graduação, o CPTL oferece dois cursos de doutorado (Letras e Geografia) e seis cursos de mestrado, sendo quatro acadêmicos (Enfermagem, Letras, Educação e Geografia) e dois profissionais (Matemática em Rede Nacional e Letras). Além disso, são oferecidos dois cursos de especialização: MBA em Gestão Estratégica de Organizações e Contabilidade Estratégica (UFMS/NÚMEROS, 2023).

Figura 4 - Portal de entrada do câmpus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na cidade de Três Lagoas.



Fonte: <https://www.campograndenews.com.br>

Quadro 2 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento, câmpus de Três Lagoas.

CURSO	ANO DE INÍCIO DO CURSO	DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO	DE
História	1970	DECRETO FEDERAL 76375	DE 02/10/1975
Geografia Noturno	1971	DECRETO FEDERAL N° 76788,	DE 15/12/1975
Letra Português /Inglês	1971	DECRETO FEDERAL N°760003,	DE 23/07/1975
Geografia bacharelado	1971	DECRETO FEDERAL N° 76788,	DE 15/09/1975
Geografia licenciatura	1971	DECRETO FEDERAL N° 76788,	DE 15/09/1975
Pedagogia	1971	DECRETO FEDERAL N° 76418	DE 10/10/1975
Ciências Biológicas licenciatura	1987	PORTARIA MEC N° 1023, DE 26/10/1990	
Matemática	1987	PORTARIA MEC N° 1023, DE 26/10/1990	
Administração	1991	PORTARIA-SERES/MEC N° 64,	DE

		14/01/1999
Ciências Contábeis	1992	PORTARIA MEC Nº 778, DE 5/14/1999
Direito	1996	PORTARIA MEC Nº 3888 DE 18/12/2003
Enfermagem	2000	POTARIA/MEC Nº 3536, DE 29/10/2004
Letras Português Literatura	2006	PORTARIA –SERES/MEC Nº 493 DE 20/12/2011
Letras Português/Espanhol	2009	PROTARIA –SERES/MEC Nº DE 30/10/2014
Engenharia da Produção	2009	PORTARIA-SERES/MEC Nº 408, DE 30/08/2013
Sistema de Informação	2010	PORTARIA SERES/MEC Nº 294, DE 8/07/2016
Medicina	2014	PORTATAIA/MEC Nº 779, DE 20/07/2022
Ciências Biológicas bacharelado	2022	PORTARIA –SERES/MEC Nº 459 DE 01/12/2023

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do portal UFMS/graduação, outubro de 2023.

2.1.4 Histórico do Câmpus de Corumbá/ CPAN

Desde sua fundação, a cidade de Corumbá tem sido considerada um centro de interesse estratégico por parte dos governantes. Durante o período das monções, ganhou relevância como ponto de passagem para o acesso às minas na região de Cuiabá, onde foi instalado um posto militar. Corumbá já se configurava como uma cidade comercial de grande importância para o estado de Mato Grosso, em razão de sua localização privilegiada às margens da via fluvial. Posteriormente, consolidou-se como o ponto final da ferrovia Noroeste do Brasil (NOB) no estado. Em função de sua relevância econômica, a cidade passou a receber diversas ações do Estado voltadas ao fomento do desenvolvimento regional (Queiroz, 2006, p. 156).

Por meio do Decreto n.º 402, de 13 de novembro de 1967, o governo estadual autorizou a criação do Instituto Isolado de Corumbá, complementando o projeto proposto pelo então deputado estadual Dr. José Ferreira de Freitas. Ainda por intermédio do parlamentar, em 27 de dezembro do mesmo ano, o Conselho Estadual de Educação concedeu autorização para a instalação do Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá – ISPC –, com cursos nas áreas de Ciências, História, Letras, Pedagogia e Psicologia (Pozzi, 2006, p. 77).

Abreu (2001), em sua pesquisa, ressalta a importância do Instituto de Pedagogia de Corumbá na oferta de vagas destinadas à qualificação da população residente nas regiões atendidas pelos programas de desenvolvimento da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

Dentro dessa perspectiva, procuraram promover a ampliação do número de salas de aula, além de cursos de formação de professores, no que foram incluídos os Centros Pedagógicos de Dourados e Corumbá, idealizados dentro da SUDECO e que foram criados como centros avançados da Universidade Estadual de Mato Grosso, pelo então governo estadual (Abreu, 2001, p. 97).

A iniciativa de instalar uma instituição de ensino superior em Corumbá, durante o regime militar, teve dois propósitos centrais: evitar a migração de jovens corumbaenses para os grandes centros urbanos e formar profissionais da educação para suprir a demanda por licenciados nas áreas de Pedagogia, Letras, Estudos Sociais, Psicologia e Ciências. Além disso, buscava atender às exigências do setor industrial, por meio da oferta dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, fomentados pelo PRODEPAN (Programa de Desenvolvimento do Pantanal), instituído pelo Governo Federal (Pozzi, 2006, p. 87).

Abreu (2001) observa que, no âmbito do programa da SUDECO, além da previsão de abertura de cursos de formação em nível superior, havia uma preocupação com a definição dos perfis dos profissionais a serem qualificados, bem como com a adaptação dos currículos às especificidades e necessidades regionais.

A preocupação com a formação de mão-de-obra está presente na SUDECO, também no que diz respeito à sua qualificação nas áreas-programas, e isso se evidencia através de sua integração ao Projeto Nacional de Recursos Humanos. Uma das propostas dos técnicos foi a adaptação dos currículos escolares às necessidades econômicas da região, tendo em vista a não-adaptação da estrutura escolar com a vida dos moradores da região - um fator importante para a pouca procura pela escola e o alto grau de analfabetismo, bem como para a desistência. Outra proposta seria a reformulação de seus conteúdos, não só com a preocupação de atender ao setor agrícola, mas também aos centros urbanos, formando profissionais para atividades comerciais e industriais (Abreu, 2001, p. 96).

O ano de 1974 marcou o início de uma nova fase para a região do Pantanal, com a criação do PRODEPAN (Programa de Desenvolvimento do Pantanal) pelo Governo Federal, que definiu Corumbá como polo prioritário para projetos nas áreas de transporte, energia, indústria e pecuária. Com os investimentos ampliados na região, a demanda por mão de obra qualificada tornou-se mais evidente, o que tornou necessário o fortalecimento do setor educacional, especialmente no ensino superior. Esse cenário favoreceu novos aportes financeiros e estimulou a ampliação do número de vagas no Centro Pedagógico de Corumbá. Em 1974, foram ofertadas vagas nos cursos de Pedagogia (45), Letras (19), História (23), Psicologia (21) e Ciências (50 matriculados) (Pozzi, 2006, p. 86).

Durante a década de 1980, houve investimento pontual no Câmpus de Corumbá, com a implantação dos cursos de bacharelado em Psicologia (1982), Geografia (1986), Matemática e Ciências Biológicas (1987), permanecendo por mais de uma década sem a criação de novos cursos. O câmpus voltou a receber investimentos em 2001, com a implantação do curso de Direito. Posteriormente, com a adesão ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foram implementados mais dois cursos: Educação Física, em 2009, e Sistemas de Informação, em 2010.

De acordo com dados disponíveis no portal da UFMS, referentes ao segundo semestre de 2021, o Câmpus de Corumbá (Figura 5) contava com 2.077 acadêmicos matriculados em seus 13 cursos de graduação (Quadro 3): Direito, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Psicologia (licenciatura), Psicologia (bacharelado), Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Educação Física e Sistemas de Informação (UFMS/NÚMEROS, 2023).

Figura 5 - Vista da entrada do Câmpus da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul na cidade de Corumbá “Câmpus do Pantanal”.



Fonte: <https://cpan.ufms.br/files/2024/09/Captura-de-tela-2024-09-11-165318-800x449.png>

Quadro 3 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Corumbá.

CURSO	ANO DE INÍCIO	DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO/EXTINÇÃO
Pedagogia Vespertino e Noturno	1970	DECRETO FEDERAL Nº 72.838 DE 25/09/1973
Pedagogia Noturno	1970	DECRETO FEDERAL Nº 72.838 DE 25/09/1973
Psicologia	1969	PORTARIA MEC Nº 18DE 08/01/1982
Letras Português e Inglês	1970	DECRETO FEDERAL Nº 72.838, DE 25-09-1973, D.O.U. DE 26-09-1973
Letras Português e Espanhol	2007	PORTARIA – SERES / MEC Nº 444 DE 1-11-2011, D.O.U. Nº 211, DE 3-11-2011
História	1972	DECRETO FEDERAL Nº 72.838 DE 25/09/1973
Ciências contábeis	1974	PORTARIA MEC/Nº 621 DE 16/12/1980
Administração	1974	PORTARIA MEC/Nº 621 DE 16/12/1980
Psicologia bacharel	1969	PORTARIA/ MEC Nº 18DE 08/01/1982
Geografia Licenciatura	1986	PORTARIA/ MEC Nº 1944 DE 28/10/1991
Geografia Bacharelado	1986	PORTARIA DE EXTINÇÃO 786 /07/2021
Matemática	1987	PORTARIA/ MEC Nº 2373 DE 13/12/1991
Ciências biológicas	1987	PORTARIA/MEC Nº 849 DE 6/09/1992
Direito	2001	PORTARIA SESU/MEC nº318 de 12-04-2007
Educação física	2009	PORTARIA SERES/MEC Nº 187 DE 1/10/2012
Sistema de informação Noturno	2010	PORTARIA SERES/MEC Nº 655 DE 11/12/2013
Sistema de informação Integral	2010	PORTARIA SERES/MEC Nº 655 DE 11/12/2013

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do portal UFMS/graduação, setembro de 2024; Portal e- MEC 2024.

2.1.5 Histórico do Câmpus de Aquidauana/CPAQ

A cidade de Aquidauana foi fundada em 15 de agosto de 1892, às margens do rio Mobotetueu, atual rio Aquidauana (Carvalho, 2019, p. 57). Sua fundação teve como motivação principal atender à demanda dos fazendeiros da região das baixadas do Pantanal, que necessitavam de um entreposto para a comercialização de seus produtos durante os períodos de cheia. A localização estratégica entre o Pantanal e a cidade de Campo Grande reforçou essa finalidade.

Segundo Carvalho (2014), além dos objetivos econômicos, a cidade foi concebida para oferecer suporte social, educacional, jurídico e administrativo à classe de pecuaristas responsável por sua fundação. Esses fazendeiros, muitas vezes reclusos em suas propriedades, viam na cidade uma oportunidade de proporcionar educação formal a seus filhos, sem a necessidade de enviá-los aos grandes centros do Sudeste em busca de ensino superior.

A fundação de Aquidauana, portanto, decorreu dos interesses de fazendeiros pantaneiros, motivados por determinações específicas, como facilitar as relações econômicas com Campo Grande e com o Sudeste do país. Isso visava garantir a continuidade das atividades comerciais durante o período das cheias. Para sustentar essas relações sociais e econômicas, tornou-se necessário estabelecer um aparato político, jurídico, administrativo e educacional, assegurando o poder e a influência nas mãos de seus idealizadores (Carvalho, 2014, p. 56).

No aspecto econômico, desde sua origem, Aquidauana se caracterizou pela relevância da pecuária extensiva, com destaque para a criação de bovinos (Carvalho, 2014, p. 57). Com a chegada da ferrovia em 1911, tanto a pecuária quanto as relações comerciais com o estado de São Paulo foram significativamente impulsionadas. A ferrovia facilitou a instalação de empresas de processamento de carne na região e dinamizou a comercialização de bovinos vivos para São Paulo, reduzindo os longos períodos de transporte pelas tradicionais estradas boiadeiras.

Em 21 de agosto de 1970, foi publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso o Decreto n.º 1.146, de 13 de agosto do mesmo ano, que criou o Centro Pedagógico de Aquidauana (CPA), integrado à Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), cuja sede estava localizada em Campo Grande (UFMS/Aquidauana, [2020?]).

O CPA iniciou suas atividades em 1971, funcionando provisoriamente no prédio cedido pela escola Centro Educacional Coronel José Alves Ribeiro (CEJAR). No ano seguinte, o então governador do Estado, José Fragelli, negociou com a Congregação dos Padres Redentoristas a aquisição da estrutura situada na Praça Nossa Senhora da Conceição, que incluía o Ginásio Imaculada Conceição, ainda inacabado. O prédio contava com mais de 2.500 metros quadrados de área construída, distribuída em três pavimentos, com nove salas de aula e outras destinadas a departamentos, laboratórios, biblioteca, administração, além de um auditório com capacidade para oitocentas pessoas (Aquidauana, 2015, p. 119). Essa estrutura passou a abrigar o CPA, atendendo às suas necessidades naquele momento.

Em março de 1971, o CPA realizou seu primeiro vestibular, ofertando inicialmente os cursos de Letras/Inglês, Letras/Português e Estudos Sociais. Esses cursos tinham como objetivo suprir a demanda por formação de professores na região, especialmente para atuação na educação básica.

Após a divisão do estado, em 1977, e a federalização da UEMT, em 1979, o CPA passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sendo renomeado como Centro Universitário de Aquidauana (CEUA) e, posteriormente, Câmpus de

Aquidauana (CPAQ) (UFMS/Aquidauana, [2020?]). Com o desenvolvimento urbano e o aumento da demanda por educação superior, o CPAQ adquiriu uma nova unidade para atender adequadamente suas turmas (Figura 6).

Figura 6 - Portal de entrada da Unidade II do Câmpus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na cidade de Aquidauana.



Fonte: <https://www.ufms.br/universidade/campus-ufms/campus/campus-de-aquidauana/>

No segundo semestre de 2021, o Câmpus de Aquidauana contava com 1.459 alunos matriculados, distribuídos em 13 cursos de graduação (Quadro 4), incluindo as licenciaturas em Ciências Biológicas, Letras, Geografia, História, Matemática, Pedagogia e Licenciatura Intercultural Indígena, além dos cursos de bacharelado em Geografia, Administração e Turismo (UFMS/NÚMEROS, 2023).

O curso de Turismo, apesar de diversas ações desenvolvidas em parceria entre a universidade e a Prefeitura Municipal de Aquidauana (CMAQUIDAUANA, 2014), voltadas à implementação de projetos na área turística e à inserção dos egressos no mercado de trabalho, não conseguiu reverter os baixos índices de demanda. Como consequência, foi iniciado o processo de extinção do curso no ano de 2020.

Quadro 4 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Aquidauana.

CURSO	ANO DE INÍCIO	DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO
Letra Português e Inglês	1971	DECRETO FEDERAL Nº 80028 DE 26/07/1977
Letras Português e literatura	1971	EM EXTINÇÃO- ULTIMO ENAD 2021
Matemática	1977	PORTARIA /MEC Nº 1771 DE 10/07/2003
Geografia Licenciatura	1983	PORTARIA/MEC Nº 93 DE 05/02/1988
História	1983	PORTARIA/MEC Nº DE 11/01/1988
Pedagogia	1997	PORTARIA/MEC Nº1228 DE 13/05/2004
Ciências Biológicas	1997	PORTARIA/MEC Nº 17 DE 11/01/1988
Turismo	2000	EM EXTINÇÃO- ULTIMO ENADE 2022
Geografia Bacharelado	2001	PORTARIA/MEC Nº93 DE 05/02/1988
Letras Português e Espanhol	2001	PORTARIA/SESU/MEC Nº 911 DE 1311/2006
Administração	2001	PORTARIA/MEC Nº 120, 23/03/1984
Licenciatura Intelectual Indígena	2010	PORTARIA/SERES/MEC Nº 1194 DE 24/11/2017
Pedagogia Intercultural Indígena	2024	RESOLUÇÃO UFMS 295/2023

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do portal UFMS/graduação, outubro de 2023; E-MEC 2024.

2.1.6 Histórico do Câmpus da UFMS em Dourados/ CPDO

A cidade de Dourados foi fundada em 1935, com seu território desmembrado do município de Ponta Porã. Sua formação ocorreu por meio da colonização de migrantes, principalmente provenientes do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Nas décadas de 1940 e 1950, registrou significativo aumento populacional devido à intervenção do governo federal por meio do programa de colonização "Marcha para Oeste", que deu início à formação da Colônia Agrícola de Dourados (CAND). A Colônia CAND recebeu migrantes de todo o território nacional, com destaque para a região Nordeste.

Com o expressivo aumento populacional, surgiu a necessidade de qualificação da mão de obra na região, considerando o desenvolvimento urbano do município e a demanda por serviços educacionais. Em 20 de dezembro de 1970, foi criado, pela Lei 2972/70, o Centro Pedagógico de Dourados (Figura 7).

Figura 7 - Centro pedagógico de Dourados na década de 70.



Fonte: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1061110876018609&set=nasceu-a->

O Centro Pedagógico de Dourados, em seu início, oferecia exclusivamente cursos de licenciatura, como Letras, História e Estudos Sociais. O objetivo inicial era suprir a demanda local por professores qualificados, não apenas para as escolas da cidade, mas também para os municípios do entorno.

A lei de criação do Centro Pedagógico de Dourados também previa a implantação de um curso de bacharelado em Engenharia Agrônoma. Apesar da previsão legal em 1970, esse curso foi efetivado apenas em 1978, sete anos depois. Conforme Abreu (2001), o curso de Agronomia foi viabilizado com recursos destinados pela SUDECO, por meio do programa PRODEGRAN, e esteve alinhado ao Programa de Formação de Profissionais para a Modernização da Agricultura, implementado na década de 1970. O PRODEGRAN previa a criação da Escola de Agronomia de Dourados, vinculada à Universidade Estadual de Mato Grosso. Assim, a implantação do Centro Pedagógico de Dourados foi respaldada por programas voltados à formação de profissionais, visando à qualificação da população local por meio de cursos de licenciatura e bacharelado, a fim de atender à crescente demanda gerada pelos investimentos na expansão da produção agrícola na região.

Em 2004, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Ministério da Educação (MEC), lançou o programa “Expandir”, com o objetivo de criar novas universidades no interior do país. Nessa fase, destacam-se a Universidade Federal do ABC, com sede em São Bernardo do Campo-SP; a Universidade Federal da Grande Dourados, com sede em Dourados-MS; a Universidade Federal do Recôncavo Baiano, em Cruz das Almas-BA; e a Universidade Federal do Pampa, em Bagé-RS (Farias, 2006).

No ano de 2005, por meio da Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005, foi oficializado o desmembramento do Câmpus de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, dando origem à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (Figura 8), com atuação na macrorregião de Dourados.

Figura 8 - Vista panorâmica da Universidade Federal da Grande Dourados, com Blocos da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul ao Fundo.



Foto Franz Mendes. Fonte <https://portal.ufgd.edu.br/noticias/dourados-85-anos-protagonismo-da-ufgd-impacta-o-desenvolvimento-da-maior-cidade-do-interior-de-ms>

Até o ano de 2005, a unidade administrativa de Dourados estava vinculada à UFMS e oferecia 12 cursos de graduação: História, Letras, Pedagogia, Agronomia, Geografia, Matemática, Ciências Contábeis, Ciências Biológicas, Análise de Sistemas, Medicina, Direito e Administração, além de três programas de pós-graduação: mestrado em Agronomia, História, Entomologia e Conservação da Biodiversidade, e doutorado em Agronomia (PDI/UFGD, 2013–2017).

Desde sua criação, a UFGD tem se consolidado como uma instituição de ensino superior importante na região. Atualmente, a UFGD oferece 47 cursos de graduação, 11 cursos de doutorado, 23 cursos de mestrado e sete especializações de residência (UFGD, 2023), atendendo à região da cidade de Dourados e seus municípios vizinhos.

2.1.7 Histórico do Câmpus de Coxim/ CPCX

O município de Coxim está situado na região norte do estado de Mato Grosso do Sul e é considerado um polo regional, exercendo influência sobre os municípios de Sonora, Pedro Gomes, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso e Alcinópolis.

Com o objetivo de promover a qualificação da população da região norte do estado de Mato Grosso do Sul, o Câmpus de Coxim (CPCX) foi inaugurado em 6 de agosto de 2001. Sua implementação foi viabilizada por meio de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conforme o Convênio nº 072/2001, assinado pelo então prefeito municipal, Oswaldo Mochi Júnior.

No que diz respeito às instalações, à época da criação do câmpus, este ainda não dispunha de sede própria, funcionando provisoriamente no prédio da Escola Estadual Silvio Ferreira, no centro da cidade, até o ano de 2002. Posteriormente, em 2003, o câmpus foi transferido para a Escola William Tavares, localizada no distrito coxinense de Silviolândia, onde permaneceu até junho de 2007. Em 2 de agosto de 2007, o Câmpus inaugurou sua sede própria, localizada na Avenida Márcio de Lima Nantes, s/n, Vila da Barra, Estrada do Pantanal (UFMS/CPCX, [?]).

Figura 9 - Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na cidade de Coxim- MS.



Foto: Cizenando Júnior <https://cpcx.ufms.br/historico-do-campus/galeria-de-fotos>

O primeiro processo seletivo foi realizado em junho de 2001, com a oferta de 100 vagas, distribuídas em duas turmas dos cursos de Licenciatura em História e Licenciatura em Letras, com habilitação em Português e Espanhol.

Em 2002, foi aprovada a implantação do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, com a oferta de 40 vagas. A estruturação do curso ocorreu ao longo do ano, culminando com a inauguração do Laboratório de Informática em março do ano seguinte (UFMS/CPCX, [?]).

Com a adesão da universidade ao Programa do Governo Federal "Reestruturação e Expansão das Universidades Federais" (REUNI), em 2007, foi aprovada, por meio da Resolução COUN nº 47, de 25 de agosto de 2009, a oferta do curso de Enfermagem, com 50 vagas, iniciado em 2 de agosto de 2010. Posteriormente, em 25 de março de 2014, foi aprovada, pela Resolução COUN nº 21, a criação do curso de Letras – Habilitação em Português, com a oferta de 50 vagas, substituindo o curso de Letras – Habilitação em Espanhol e Português.

No ano de 2024, o Câmpus de Coxim oferece os seguintes cursos (Quadro 5): Direito, Enfermagem, História, Sistemas de Informação, Letras, e Letras com habilitação em Espanhol e Português. No segundo semestre de 2022, o Câmpus de Coxim contava com 496 acadêmicos matriculados (UFMS/NÚMEROS, 2023).

Quadro 5 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Coxim.

CURSO	ANO DE INÍCIO	DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO
História	2001	EM EXTINÇÃO ULTIMO ENADE 2021
Sistema de Informação	2002	PORTARIA – SESUS/ MEC Nº919 DE 13/11/2006
Enfermagem	2010	PORTARIA /MEC Nº 674 DE 31/10/2016
Letras Português/ Espanhol	2014	PORTARIA DE EXTINÇÃO MEC Nº 1.101, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022
Direito	2021	AUTORIZAÇÃO PORTARIA SERES/MEC Nº 162 DE 05/06/2020

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do portal UFMS/graduação, outubro de 2023; Portal e -MEC, 2024.

2.1.8 Histórico do Câmpus de Paranaíba/CPAR

O município de Paranaíba está situado na porção leste do estado de Mato Grosso do Sul, integrando a microrregião homônima, composta pelos municípios de Cassilândia, Aparecida do Taboado e Inocência. Sua economia é fundamentada nos setores de comércio e agropecuária, com um processo de industrialização em expansão (IBGE/Paranaíba, 2020).

Em 24 de maio de 2000, o Conselho Universitário da UFMS aprovou, por meio da Resolução COUN nº 18, o Regimento Geral da universidade então vigente. No inciso VIII do Art. 17 do Capítulo II, referente à organização administrativa, consta o Câmpus de Paranaíba. No vestibular de inverno de 2001, foram ofertadas vagas para três novos cursos de graduação: Administração, Matemática e Psicologia. A implementação das atividades do Câmpus de Paranaíba ocorreu no Educandário Santa Clara – PREVÊ-Objetivo, por meio de convênio entre a prefeitura e a Associação Brasileira das Franciscanas de Agudos. Em 6 de maio de 2003, o deputado estadual Semy Ferraz (PT) indicou, na Assembleia Legislativa, a urgência da construção das instalações da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus de Paranaíba, considerando as estruturas então improvisadas e inadequadas para a demanda (ALMS, 2003).

Em 2003, devido à insuficiência de espaço físico, o CPAR foi transferido para a Escola Municipal Maria Luíza Corrêa Machado. Em agosto de 2005, uma parceria entre a prefeitura e o governo do estado possibilitou a utilização da Escola Educacional Valmir Lopes Cançado, onde permaneceu até 2007, período em que foram realizadas adequações nas instalações físicas (UFMS/Paranaíba, 2022).

Finalmente, em 17 de janeiro de 2006, teve início a construção do prédio definitivo do Câmpus de Paranaíba (Figura 10), em terreno doado pela prefeitura municipal. As atividades acadêmicas na nova sede tiveram início no segundo semestre de 2007.

Figura 10 - Câmpus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na cidade de Paranaíba - MS.



Fonte: <https://cpar.ufms.br/galeria-de-fotos/>

Em 2013, foi autorizada a implantação do curso de Medicina Veterinária. A UFMS, com o apoio da prefeitura, buscou meios para viabilizar sua implementação. Em 2014, por meio de convênio com a prefeitura, foi doada uma área de 110,81 hectares para a instalação da Fazenda Escola do curso de Medicina Veterinária (PDU/CPAR, 2020–2024, p. 9–10).

Considerando as dificuldades tanto na obtenção de recursos para a construção da infraestrutura necessária quanto na contratação de corpo docente para o início das atividades, somente em 2021 foram retomadas as discussões e providenciados os meios para a efetivação do curso, com a autorização de 40 vagas para a primeira turma, prevista para iniciar no primeiro semestre de 2022 (UFMS/Paranaíba, 2022).

De acordo com os registros acadêmicos disponibilizados pela UFMS, o Câmpus de Paranaíba contava, no segundo semestre de 2022, com 466 estudantes matriculados (UFMS/Números, 2023), distribuídos entre os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Matemática, Psicologia e Medicina Veterinária (Quadro 6).

Quadro 6 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Paranaíba.

CURSO	ANO DE INÍCIO	DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO
Administração	2001	PORTARIA SESU/MEC N1010, DE 29/11/2006
Psicologia	2001	PORTARIA SESU/MEC Nº 1528 DE 14/09/2009
Matemática	2001	PORTARIA –SESU/MEC 1009, DE 29/11/2006
Medicina Veterinária	2023	PORTARIA SESU/MEC Nº 646, de 30/10/ 2014

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do portal UFMS/graduação, outubro de 2023.

2.1.9 Histórico do Câmpus de Chapadão do Sul/CPCS

O município de Chapadão do Sul está situado na região nordeste do estado de Mato Grosso do Sul, marcando a tríplice divisa entre os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso. É reconhecido como um polo urbano com influência sobre os municípios de Alcinoópolis, Cassilândia, Costa Rica, Paraíso das Águas e Figueirão, no estado de Mato Grosso do Sul; Chapadão do Céu, Serranópolis, Itajá e Aporé, em Goiás; e Alto Taquari, no Mato Grosso (PMCHS, 2022).

A região sob a influência da cidade de Chapadão do Sul é considerada uma importante produtora de grãos e produtos florestais (SEMAGRO, 2020). No ano de 2019, o estado de Mato Grosso do Sul teve quatro municípios entre os cinco maiores produtores de eucalipto do país, a saber: Três Lagoas (1º), Ribas do Rio Pardo (2º), Água Clara (3º) e Brasilândia (4º) (IBGE, 2021, p. 6), o que justificou a escolha da localidade para a implantação de um câmpus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul com cursos voltados à área da Agronomia.

O Câmpus de Chapadão do Sul (CPCS), da UFMS, foi estabelecido em 2006 (Figura 11), por iniciativa do reitor Prof. Manoel Catarino Paes Però. Estrategicamente localizado na

principal região agrícola e florestal do estado, conhecida como Bolsão Sul-Mato-Grossense, o câmpus inicialmente ofertou o curso de Agronomia. Com a adesão da UFMS ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, e com o incentivo da reitora Profa. Dra. Célia Maria da Silva Oliveira, o câmpus abriu, em 2010, a primeira turma do curso de Engenharia Florestal. Em 2011, teve início o primeiro programa de pós-graduação stricto sensu da UFMS no câmpus, em nível de mestrado, na área de Agronomia.

Figura 11 - Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na cidade de Chapadão do Sul- MS.



Fonte: <https://www.ufms.br/universidade/campus-ufms/campus/campus-chapadao-do-sul/>

Diante de um cenário econômico promissor no município de Chapadão do Sul e nas cidades circunvizinhas, com o crescimento das empresas atuantes nos setores do agronegócio, de serviços e de outras áreas da economia, e para atender aos objetivos de expansão do CPCS, foi criado, em 2017, o curso de Bacharelado em Administração, no período noturno (CPCS/PDU, 2018, p. 6).

O Câmpus de Chapadão do Sul não inclui, em sua grade de cursos, programas de licenciatura; os três cursos ofertados são bacharelados (Quadro 7).

Quadro 7 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Chapadão do Sul.

CURSO	ANO DE INÍCIO	DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO
Agronomia	2006	PORTARIA/SERES/MEC Nº 406 DE 11/10/2011
Engenharia Florestal	2010	PORTARIA SERES/MEC Nº 300,DE 14/04/2015
Engenharia Florestal matutino	2010	PORTARIA SERES/MEC Nº 300,DE 14/04/2015
Administração	2018	PORTARIA/ MEC Nº 124 DE 29/05/2023

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do portal UFMS/graduação, outubro de 2023.

No segundo semestre de 2022, o Câmpus registrou 492 estudantes matriculados em seus três cursos de graduação, conforme dados do portal *UFMS em Números* (UFMS/Números, 2023).

2.1.10 Histórico do Câmpus de Nova Andradina/ CPNA

O Câmpus de Nova Andradina foi planejado para atender à região sudeste do estado de Mato Grosso do Sul, composta pelos municípios do Vale do Ivinhema — Nova Andradina, Ivinhema, Anaurilândia, Batayporã, Taquarussu e Angélica —, bem como a estudantes provenientes da região oeste dos estados do Paraná e de São Paulo. Pela sua localização geográfica na região sudeste do estado, o câmpus foi idealizado pelo então reitor Manoel Catarino Paes Però, juntamente com o ex-prefeito de Nova Andradina, Roberto Hashioka, e com o apoio dos deputados federais Vander Loubet e Antônio Carlos Biffi (PMNA, 2009).

O Câmpus de Nova Andradina (CPNA) foi criado pela UFMS por meio da Resolução COUN nº 64, de 12 de dezembro de 2005, em parceria com a Prefeitura Municipal. As atividades acadêmicas tiveram início com os cursos de licenciatura em Geografia e História, visando atender às demandas das escolas da região sudeste do estado. Inicialmente, as aulas foram ministradas na Escola Municipal João de Lima Paes, enquanto as atividades administrativas ocorriam em uma residência alugada pela prefeitura.

Por meio de convênio entre a Prefeitura Municipal de Nova Andradina e a UFMS, foi adquirido um terreno de 10 hectares localizado na Rodovia MS-134, km 3, saída para Casa Verde, onde foi construída a sede própria do câmpus (Figura 12), inaugurada em outubro de 2009 (Pierezan e Nogueira, 2016, p. 186).

Figura 12 - Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na cidade de Nova Andradina Mato Grosso do Sul- MS.



Fonte: <https://www.ufms.br/universidade/campus-ufms/campus/campus-de-nova-andradina/>

No Câmpus da UFMS em Nova Andradina, foram inicialmente implantados os cursos de graduação em História e Geografia, seguidos pelos cursos de Administração, Tecnologia em Gestão Financeira, Engenharia de Produção e Ciências Contábeis. No entanto, por decisão da Reitoria, diante da baixa procura pelo curso de Geografia, optou-se por sua descontinuação, com a suspensão da seleção de novos estudantes a partir de 2009. O curso de Gestão Financeira, por não atender aos parâmetros estipulados pela Reitoria e apresentar elevada taxa de evasão, foi igualmente descontinuado em 2020 (CPNA/PPC, HISTÓRIA, 2022, p. 7).

No segundo semestre de 2022, o câmpus de Nova Andradina contava com 586 estudantes matriculados nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Gestão Financeira, História e Engenharia de Produção (UFMS/Números, 2023). A partir de 2020, o câmpus passou a contar com um curso de Licenciatura e três de Bacharelado.

Quadro 8 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Nova Andradina.

CURSO	ANO DE INÍCIO	DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO
História	2009	PORTARIA /MEC 395, DE 23/09/2011
Administração	2009	PORTARIA-SERE/MEC 216, DE 31/10/2012
Gestão Financeira	2014	Em Extinção ultimo ENADE 2018
Ciência Contábeis	2018	PORTARIA SERES / MEC N° 25, DE 26-1-2024, D.O.U. N° 20, DE 29-1-2024
Engenharia da Produção Integral	2018	PORTARIA/MEC 124, DE 29/05/2023
Engenharia da produção noturno	2023	PORTARIA/MEC 124, DE 29/05/2023.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do portal UFMS/graduação, outubro de 2023.

2.1.11 Histórico do Câmpus de Naviraí – CPNV

O município de Naviraí está localizado na região sul do estado de Mato Grosso do Sul, fazendo divisa com o estado do Paraná. Situado na microrregião de Iguatemi, abrange os municípios de Naviraí, Itaquiraí, Ivinhema, Mundo Novo, Iguatemi, Coronel Sapucaia, Paranhos, Deodápolis, Eldorado, Tacuru, Sete Quedas, Angélica, Glória de Dourados, Japorã, Jateí e Novo Horizonte do Sul (NAVIRAÍ, 2025).

Naviraí é reconhecida como um polo econômico e de liderança urbana da região do Cone-Sul, englobando sete municípios: Naviraí, Juti, Itaquiraí, Iguatemi, Eldorado, Mundo Novo e Japorã (SEMADE, 2015, p. 45). A cidade abriga um considerável número de cooperativas e indústrias, incluindo a Usina Rio Amambai (açúcar e álcool), COPASUL (algodão, soja, milho), Frigorífico JBS, além de diversas outras indústrias em setores variados, como metalurgia, cerâmica, têxtil, montagem de bicicletas, produção de suplementos naturais, indústria de café, erva-mate e coalho (NAVIRAÍ, 2023). Atualmente, a economia municipal destaca-se na pecuária, cana-de-açúcar, milho, soja, algodão e feijão (IBGE/NAVIRAÍ, 2017). Na área urbana, observa-se uma complexa rede de articulações econômicas em serviços e bens de consumo, atendendo à população local e atraindo um fluxo de pessoas das cidades circunvizinhas (Aguilera & Silva, 2019, p. 2).

O Câmpus de Naviraí surgiu como parte do processo de expansão do Ensino Superior, uma meta do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), estabelecida pela UFMS. Essa iniciativa resultou da parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Prefeitura de Naviraí, que foi responsável pela doação do terreno para a construção das instalações do câmpus. A criação do câmpus foi

concebida durante uma reunião entre o reitor da UFMS, Manoel Catarino Paes Però, o deputado Onevan de Matos, o prefeito Zelmo de Brida e os vereadores Pavão, Gallo e Leila Matos (ALMS, 2006).

Dada a posição geográfica de Naviraí como cidade polo na região do Cone-Sul, a presença do Câmpus de Naviraí da UFMS contribui para o desenvolvimento intelectual e cultural não apenas da população local, mas também das cidades circunvizinhas. A criação do câmpus levou em consideração uma pesquisa na região que identificou a necessidade de formação de professores para atuar na educação básica. Assim, foram implementados o curso de Pedagogia, voltado para atuação na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e o curso de Ciências Sociais, destinado ao Ensino Médio (UFMS/CPNV, 2025).

As atividades do câmpus tiveram início em 2009, com a oferta de 60 vagas para os cursos de Ciências Sociais e Pedagogia. Inicialmente, as atividades foram realizadas nas instalações da Escola Municipal Marechal Rondon, por meio de um convênio entre a prefeitura municipal de Naviraí e a UFMS. Em 2010, com a conclusão da sede própria do câmpus, localizada na Rodovia MS 141, Km 2, saída para Ivinhema, tanto a parte didática quanto a administrativa foram transferidas para a nova estrutura (UFMS/CPNV, 2025).

Figura 13 - Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na cidade de Naviraí Grosso do Sul- MS



Fonte: <https://cpnv.ufms.br/files/2021/07/169-Aprova-PDU-CPNV.pdf>

Para possibilitar a ampliação da oferta de cursos do câmpus de Naviraí, foram realizadas pesquisas, buscando identificar quais cursos eram indicados pela população local e regional do Cone-Sul, apontando as áreas de engenharias, arquitetura e gestão (CGB-AEU/CPNV, 2023, p. 7). Visando atender às demandas mais urgentes com base na pesquisa realizada em 2016, foi aprovada a implantação do curso de Administração no CPNV, oferecendo 40 vagas no segundo semestre, no período noturno. Considerando as pesquisas realizadas com a comunidade local e entrevistas aos alunos nos últimos anos do ensino médio, que revelaram a arquitetura e urbanismo como uma das principais profissões a seguir após a conclusão do ensino médio, a administração do câmpus de Naviraí buscou meios para a implantação do curso (CGB-AEU/CPNV, 2023, p. 7).

Em 2020, por meio de emenda parlamentar estadual que destinou recursos para a ampliação do câmpus (FAPEC, 2020), foram construídos os laboratórios necessários para a implementação do curso de Arquitetura e Urbanismo, que, em seu primeiro processo seletivo, ofereceu 50 vagas. No segundo semestre de 2021, o CPNV contava com 501 acadêmicos

matriculados em quatro cursos, sendo dois de licenciatura e dois de bacharelado. Além disso, oferece pós-graduação lato sensu em MBA em Administração (UFMS/NÚMEROS, 2023).

Quadro 9 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Naviraí.

CURSO	ANO DE INÍCIO	DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO
Pedagogia	2009	PORTARIA SERES/MEC Nº 133 DE 28/07/2012
Ciências Sociais	2009	PORTARIA SERES/ MEC Nº 190, DE 1/10/2012
Administração	2016	PORTARIA SERES/MEC Nº 563, /09 / 2016
Arquitetura e Urbanismo	2019	ARTIGO 26 DA PORTARIA MEC 1095 DE 25/10 DE 2018

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do portal UFMS/graduação, outubro de 2023.

2.1.12 Histórico do Câmpus de Ponta Porã/ CPPP

Antes da Guerra do Paraguai, a região de Ponta Porã era território paraguaio, habitada por indígenas Guarani (Nhandevas e Kaiowás). A localidade também servia como ponto de parada para carreteiros que transportavam erva-mate durante a exploração dessa especiaria no sul do então território do estado de Mato Grosso (Benitez, 2019).

Santos (2018) relata a trajetória emancipatória do município de Ponta Porã, que, em 1912, deixou de ser distrito do município de Bela Vista e foi elevado à condição de município. Em 1943, por meio do Decreto-Lei Federal nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, o então município de Ponta Porã tornou-se sede do novo território composto por sete municípios: Porto Esperança, Bonito, Porto Murtinho, Bela Vista, Maracaju, Ponta Porã e Dourados.

Em 1946, o Território de Ponta Porã foi extinto, retornando à categoria de município do estado de Mato Grosso, juntamente com os demais municípios integrantes.

A cidade de Ponta Porã localiza-se na região sudoeste de Mato Grosso do Sul, integrando a microrregião de Dourados, que inclui os municípios de Dourados, Maracaju, Amambai, Rio Brillhante, Caarapó, Itaporã, Nova Alvorada do Sul, Fátima do Sul, Aral Moreira, Juti, Vicentina, Douradina e Laguna Carapã (IBGE/Ponta Porã, [?]).

Sua economia fundamenta-se na produção agrícola e agropecuária, com setores de comércio e indústria em desenvolvimento (Ponta Porã, 2022). Por fazer divisa seca com Pedro Juan Caballero, no Paraguai, Ponta Porã atrai um expressivo número de turistas para o chamado turismo de compras, impulsionando o crescimento de sua rede hoteleira.

Atualmente, a oferta de cursos de Medicina na cidade paraguaia — com nove instituições de ensino superior — resulta em um intenso afluxo de estudantes oriundos de diversas regiões do Brasil.

Embora o Câmpus de Ponta Porã já estivesse previsto na Resolução nº 55, de 30 de agosto de 2004, sua efetivação ocorreu apenas na quarta fase de expansão da UFMS, quando a instituição aderiu ao programa REUNI, por meio da Resolução nº 88, de 28 de outubro de 2008, do Conselho Universitário.

Em 2009, o câmpus realizou seu primeiro processo seletivo, oferecendo vagas para os cursos de Matemática — Licenciatura (50 vagas) — e Sistemas de Informação — Bacharelado (60 vagas). Em 2010, o câmpus passou por ampliações em sua estrutura física para atender às novas demandas (Figura 14), tendo início o curso de Ciência da Computação, com 50 vagas. Em 2013, foi criado o curso de Pedagogia, com início das aulas em 2014 e oferta de 50 vagas

Figura 14 - Bloco II. A) vista do corredor do Bloco II, B) vista dos dois prédios do Bloco II, C) vista da entrada do CPPP, D) vista frontal do Bloco II.



Fonte: <https://cPPP.ufms.br/historico/>

A escolha dos cursos considerou a necessidade de qualificar a população regional para acompanhar a evolução tecnológica nacional, além de proporcionar ensino público gratuito em áreas não atendidas pela rede pública local, conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Matemática do Câmpus de Ponta Porã.

Com o avanço tecnológico no Brasil as empresas passaram a ter necessidade de profissionais capacitados para trabalhar com a implementação computacional de modelos complexos que envolvem matemática, estatística e computação. Devido a essa necessidade de profissionais qualificados, que afeta não somente a região central do país, como também afeta as demais regiões, o Governo propôs metas e implantou programas relacionados aos cursos de formação profissional - técnicos e científicos, contribuindo assim para a abertura de novos cursos universitários, com novos Câmpus e novas especialidades.

A população local e da região pôde contar com meios para a qualificação profissional, capacitando pessoas para trabalhar em empresas, indústrias e escolas - esta última sofre com a escassez de professores de matemática na rede de Ensino Básico.

Outro motivo que levou a instalação da UFMS em Ponta Porã foi a pouca oferta de cursos de nível superior oferecidos por instituições públicas, que não tem como exigência o pagamento de mensalidades (PPC/MAT/PPP, 2020, p 7).

Atualmente, o CPPP oferece quatro cursos: Matemática, Ciência da Computação, Pedagogia e Sistemas de Informação (Quadro 10). O curso de Ciência da Computação, devido à baixa procura, encontra-se em processo de extinção, com suspensão da entrada de novos acadêmicos.

No segundo semestre de 2022, o câmpus de Ponta Porã contava com 429 acadêmicos matriculados em seus quatro cursos (UFMS/Números, 2023). O Câmpus de Ponta Porã da UFMS não atende apenas aos estudantes do município, mas também capta acadêmicos oriundos de municípios vizinhos, como Amambai, Bela Vista, Aral Moreira, Antônio João, Laguna Carapã, Maracaju, Dourados, além de estudantes de outros estados brasileiros e países vizinhos (PPC/Pedagogia/PPPP, 2022, p. 7).

Quadro 10 - Relação de cursos com data de início e documento de autorização ou reconhecimento do curso, câmpus de Ponta Porã.

CURSO	ANO DE INÍCIO	DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO/ RECONHECIMENTO
Matemática	2009	PORTARIA – SERES / MEC Nº 655, DE 11-12-2013, D.O.U. Nº 241 DE 12-12-2013
Sistemas de Informação	2009	PORTARIA – SERES / MEC Nº 655, DE 11-12-2013, D.O.U. Nº 241 DE 12-12-2013
Ciência da Computação	2010	PORTARIA – SERES / MEC Nº 655, DE 11-12-2013, D.O.U. Nº 241 DE 12-12-2013-

Pedagogia	2014	PORTARIA – SERES / MEC Nº 652, DE 29-6-2017 , D.O.U. Nº 124 DE 30-6-2017
-----------	------	--

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do portal UFMS/graduação, outubro de 2023.

2.1.13 Histórico do Câmpus de Bonito/ CPBO

A cidade de Bonito está localizada na região sudoeste de Mato Grosso do Sul, na microrregião de Bodoquena, juntamente com os municípios de Jardim, Bodoquena, Bela Vista, Nioaque, Guia Lopes da Laguna e Caracol (IBGE, s.d.).

O câmpus de Bonito teve seu primeiro processo seletivo em 2009, oferecendo 120 vagas, sendo 60 para o curso de Administração e 60 para o curso de Turismo e Meio Ambiente, ambos no período noturno. Inicialmente, foi firmado um convênio entre o município de Bonito e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) para a utilização das instalações da Escola Municipal João Alves da Nóbrega. No decorrer do ano, as atividades foram transferidas para a Escola Municipal Professora Durvalina Dorneles Teixeira (Bonito, 2010).

Em 29 de novembro de 2009, o câmpus de Bonito inaugurou sua sede própria, com capacidade para atender 520 alunos por turno, distribuídos em oito salas de aula, além de biblioteca, auditório, laboratório de informática, área de convivência e salas administrativas. A cerimônia de inauguração contou com a participação, por videoconferência, do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e de diversas autoridades, como o prefeito José Arthur, a reitora da UFMS, professora Célia Maria da Silva Oliveira, e o diretor do câmpus, professor Noslin de Paula Almeida, os quais destacaram a importância da unidade para a qualificação da população local e das cidades vizinhas, bem como as transformações proporcionadas pela instalação da universidade no município.

Embora os cursos de Administração e Turismo fossem voltados à dinâmica econômica local — cuja principal atividade é o turismo ecológico —, e a cidade contasse com uma ampla rede de hotelaria, demandando profissionais qualificados, observou-se, ao longo dos quatro anos de oferta, uma diminuição gradual na procura por esses cursos. Como consequência, em 2013, a UFMS suspendeu a oferta de vagas no vestibular e, em 2019, após a formação das últimas turmas, foi aprovada, por meio da Resolução COUN nº 50, de 27 de março de 2019, a extinção do câmpus de Bonito. A estrutura passou a funcionar, em parceria com a prefeitura,

como polo de treinamento municipal e unidade de apoio para cursos de Educação a Distância (EaD) da UFMS (UFMS, 2020, p. 15).

2.2 Considerações sobre a expansão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

A implantação do ensino superior no sul do antigo estado de Mato Grosso coincidiu com os programas do governo militar voltados à interiorização da população no Brasil, com o objetivo de povoar as terras do interior e garantir a soberania sobre o território nacional. Assim, seguindo um trajeto que inicialmente beneficiou cidades em desenvolvimento contempladas com projetos do governo — como, por exemplo, a construção da ferrovia Noroeste do Brasil (NOB) ou, em outro momento, a implantação de projetos agrícolas —, foram criadas instituições públicas de ensino superior com o intuito de qualificar as populações locais.

Considerando o histórico de implantação dos câmpus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), observa-se que, durante o processo de escolha dos cursos, a intenção era atender às demandas de qualificação da população regional. Na década de 1970, com a criação da universidade, iniciaram-se cursos voltados à licenciatura, visando à formação de professores para atender ao ensino ginásial e ampliar o quadro de servidores da própria universidade, reduzindo a dependência de docentes formados nos grandes centros do Nordeste e Sudeste.

Nos câmpus do interior, a maioria dos cursos inicialmente ofertados tinha como foco a formação docente, por meio de licenciaturas em diversas áreas do conhecimento. Atualmente, observa-se uma mudança nesse perfil, com a implantação de cursos de bacharelado que buscam responder às demandas geradas pelo desenvolvimento tecnológico regional, alterando, assim, a configuração dos cursos oferecidos.

Com a divisão do estado de Mato Grosso, em 1977, ocorreu a federalização da Universidade Estadual de Mato Grosso, que passou a constituir a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A nova universidade passou por três fases de expansão, atingindo nove câmpus, além da Cidade Universitária, localizada na capital do estado.

Atualmente, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul está presente em quase todas as microrregiões do estado, com exceção da microrregião de Dourados, que é atendida pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dessa forma, a UFMS contribui

para a qualificação da população local e promove o desenvolvimento regional por meio da distribuição territorial de seus câmpus em Mato Grosso do Sul.

2.3 Políticas de ações afirmativas

As políticas de ações afirmativas foram implementadas como instrumento para concretizar a igualdade material entre indivíduos historicamente desfavorecidos (Albuquerque; Peron, 2018, p. 55), com o objetivo de reparar um passado em que parte da população foi colocada à margem dos direitos e da ascensão social. No ensino superior público, tradicionalmente considerado um espaço restrito a poucos privilegiados, essas ações são apresentadas como ferramentas para mitigar desigualdades e ampliar o acesso de grupos marginalizados à educação superior.

Artes et al. (2016) destacam que um dos principais objetivos das ações afirmativas é promover maior diversidade e representatividade de grupos historicamente excluídos dos espaços sociais mais valorizados. Ao eliminar as barreiras invisíveis que dificultam o avanço social desses segmentos, a universidade passa a incluí-los em seu ambiente acadêmico, possibilitando o acesso a espaços antes restritos às elites econômicas e culturais.

No campo da educação, as políticas afirmativas ganharam força a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, considerada um dos pilares fundamentais da educação institucional brasileira, com foco na inclusão social (Pacheco, 2013, p. 8). Essas políticas tornaram-se essenciais no âmbito social, atendendo aos parâmetros estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (Santana, 2010, p. 739).

Ao se analisar o acesso ao ensino superior, observa-se que certos grupos sociais usufruem de mais vantagens que outros, especialmente quando se consideram suas condições socioeconômicas e étnico-raciais. A comparação entre os grupos com maior poder aquisitivo e aqueles historicamente “excluídos” (Albuquerque; Peron, 2018) evidencia um abismo entre os economicamente favorecidos e os que vivem em situação de vulnerabilidade social, o que reduz significativamente as chances de uma concorrência equitativa no ingresso ao ensino superior.

O acesso de negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e indivíduos de baixa renda a carreiras de maior prestígio social — como medicina, direito, odontologia e engenharias — é historicamente limitado nas instituições universitárias (Vanali; Silva, 2019, p. 97). A implementação das ações afirmativas no ensino superior público, por meio da Lei nº

12.711/2012, conhecida como "Lei de Cotas", ampliou as possibilidades de acesso desses grupos à universidade e, conseqüentemente, favoreceu sua mobilidade social, sem representar prejuízo aos estudantes não beneficiados por tais ações (Otero; Barahna; Dobbin, 2021, p. 33).

A promulgação da Lei nº 12.711, em 2012, representou um marco para a inclusão desses grupos historicamente excluídos no ensino superior (Santos et al., 2008; Vasconcelos; Galhardo, 2016; Santana, 2010). A partir desse momento, observa-se uma mudança no perfil discente e no próprio espaço acadêmico. Surgiu, assim, uma nova realidade: indivíduos que antes viam a universidade como um sonho distante passaram a acessá-la e, por meio da formação superior, promoveram transformações em suas condições de vida e nas de suas famílias.

Vasconcelos (2016) afirma que o principal marco legal das ações afirmativas no ensino superior foi a sanção da Lei nº 12.711, em 29 de agosto de 2012, que estabeleceu critérios para sua implementação. Essa legislação determinou que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação deveriam reservar, em cada processo seletivo, no mínimo 50% das vagas por curso e turno para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Adicionalmente, definiu que essas vagas devem ser preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas em proporção, no mínimo, equivalente à representatividade desses grupos na população da unidade da federação onde está localizada a instituição (Vasconcelos, 2016, p. 287).

Ao adotar as políticas afirmativas, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) passou a modificar o perfil de seu corpo discente, promovendo maior inclusão da população local e ampliando as oportunidades de ingresso de grupos historicamente menos favorecidos. Em estudo realizado por Santos e Marques (2023), que analisou o perfil dos acadêmicos dos cursos de Medicina e Psicologia, constatou-se essa mudança: em 2018, no curso de Medicina, 50% das vagas foram ocupadas por estudantes cotistas.

Com o ingresso de estudantes em situação de vulnerabilidade social, surgiu para a universidade a necessidade de desenvolver estratégias que garantissem sua permanência e conclusão do curso. Dessa forma, foi instituído um conjunto de políticas de ações afirmativas voltadas à permanência estudantil, conforme estabelecido na Resolução do Conselho Universitário nº 124/2021.

O artigo terceiro dessa resolução explicita os objetivos do Programa de Assistência Estudantil, reafirmando o compromisso da universidade em criar condições que favoreçam a continuidade dos estudos por parte dos acadêmicos. Essas ações repercutem, inclusive, na escolha dos cursos universitários, visto que os estudantes ingressam já com a expectativa de

contar com apoio financeiro que lhes permita custear despesas como moradia, alimentação, lazer e inserção social na vida acadêmica.

Art. 3º São objetivos do Programa de Assistência Estudantil da UFMS:

- I - Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- IV - Aumentar a taxa de sucesso nos cursos; e
- V - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (UFMS, 2021, p. 1).

As principais políticas de ações afirmativas desenvolvidas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) fundamentam-se no apoio financeiro, com o objetivo de viabilizar a permanência dos acadêmicos durante sua trajetória na instituição (Mattos, 2018, p. 77). O acesso a essas políticas ocorre por meio de editais de seleção, destinados a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cuja renda familiar per capita seja de, no máximo, um salário mínimo e meio vigente. No entanto, o número de bolsas ofertadas pela universidade é insuficiente para atender a totalidade dos estudantes que se enquadram nesse perfil.

Dentre as políticas de permanência adotadas pela UFMS, destacam-se os seguintes auxílios:

Auxílio Alimentação, que consiste em pagamento em pecúnia ou subsídio no restaurante universitário, nos câmpus que contam com essa estrutura, destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade;

Auxílio Permanência, que corresponde a um valor em pecúnia destinado a subsidiar despesas com lazer, saúde e demais custos pessoais durante o período de graduação. Esse benefício não exige prestação de contas nem contrapartida por parte do estudante;

Auxílio Creche, pagamento concedido ao responsável legal por crianças de até seis anos de idade, com a finalidade de favorecer a permanência dos responsáveis na universidade;

Auxílio Moradia, valor direcionado a estudantes em mobilidade acadêmica, oriundos de outros municípios e que não residem com seu núcleo familiar, podendo ser mantido enquanto perdurar essa condição.

Além dessas modalidades, a UFMS desenvolve outras iniciativas de apoio à permanência estudantil, tais como:

Auxílio Emergencial, benefício temporário, com duração de três meses, renovável por igual período durante o ano letivo, concedido em pecúnia;

Auxílio Financeiro para Apoio Pedagógico, destinado aos tutores que auxiliam estudantes em disciplinas previamente definidas;

Auxílio Financeiro para Participação em Eventos, que subsidia os custos de estudantes que apresentam trabalhos em eventos acadêmicos;

Auxílio Financeiro para Apoio ao Estudante com Deficiência e Altas Habilidades, pago a estudantes que atuam como tutores de colegas com deficiência ou com altas habilidades.

O acesso a esses auxílios se dá por meio da participação em editais específicos, os quais se organizam segundo o tipo de fluxo: fluxo anual, quando a oferta ocorre uma única vez ao ano; ou fluxo contínuo, com inscrições abertas ao longo de todo o ano letivo.

Quadro 11 - Tipos de Auxílios Estudantis e fluxo de fornecimento na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em 2024.

Auxílio	Fluxo
Auxílio Permanência	Anual
Auxílio-Creche	Anual
Auxílio-Alimentação	Anual
Auxílio-Moradia	Anual
Auxílio Financeiro para Participação em Eventos	Anual
Auxílio Financeiro para Apoio Pedagógico	Anual
Auxílio Financeiro para Apoio ao Estudante com Deficiência e Altas Habilidades	Anual
Auxílio Emergencial	Contínuo
Auxílio de Inclusão Digital	Contínuo
Auxílio Empréstimo de Equipamentos	Contínuo

Fonte: Elaborado pelo autor com base na instrução normativa nº27- -GAB/PROAES/UFMS, de 21 de setembro de 2023.

Conforme o Art. 3º da instrução normativa instrução normativa nº 27-GAB/PROAES/UFMS, de 21 de setembro de 2023:

Todos os auxílios podem ser acumulados entre si e com as bolsas de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação sob normas da UFMS, respeitando os Editais específicos de cada programa, desde que o montante financeiro, vinculado à Assistência Estudantil, aprovado por estudante da UFMS não ultrapasse o valor de novecentos e cinquenta reais (R\$950,00).

O recebimento do valor máximo dos auxílios não impede o acadêmico de acumulá-los com outros programas da universidade, desde que não haja impedimento previsto na normatização do respectivo programa. Os auxílios apresentados são custeados por meio da dotação orçamentária destinada pelo Ministério da Educação, na Ação 4002 — uma rubrica exclusiva de Assistência Estudantil — e consistem, atualmente, em recursos integralmente destinados ao custeio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no âmbito do

Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), conforme o Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010).

Na Figura 2 e na Tabela 1, visualizam-se os valores orçamentários executados para o custeio da Ação 4002, destinados à manutenção de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme o referido decreto, no período de 2016 a 2021. Observa-se que, entre 2016 e 2017, houve um aumento de 1,87% nos investimentos; em 2018, esse aumento foi de apenas 0,85% em relação ao ano anterior — uma variação 1,02% inferior à registrada entre 2016 e 2017. Em 2019, os investimentos aumentaram 9,13% em comparação com 2018, no final do governo de Michel Temer. No entanto, com a posse do novo governo federal, sob a presidência de Jair Bolsonaro, em 2019, ocorreram alterações nas diretrizes de financiamento da educação, resultando na redução dos recursos voltados à assistência estudantil: 3,34% de decréscimo entre 2019 e 2020 e uma acentuada queda de 21,80% entre 2020 e 2021. Além da retração nos investimentos, o período foi marcado por uma inflação acumulada de 31,88%, o que agravou ainda mais o impacto da redução orçamentária, tornando os valores investidos significativamente insuficientes.

Figura 15 - Valor orçamentário disponível da UFMS no período 2016 a 2021.



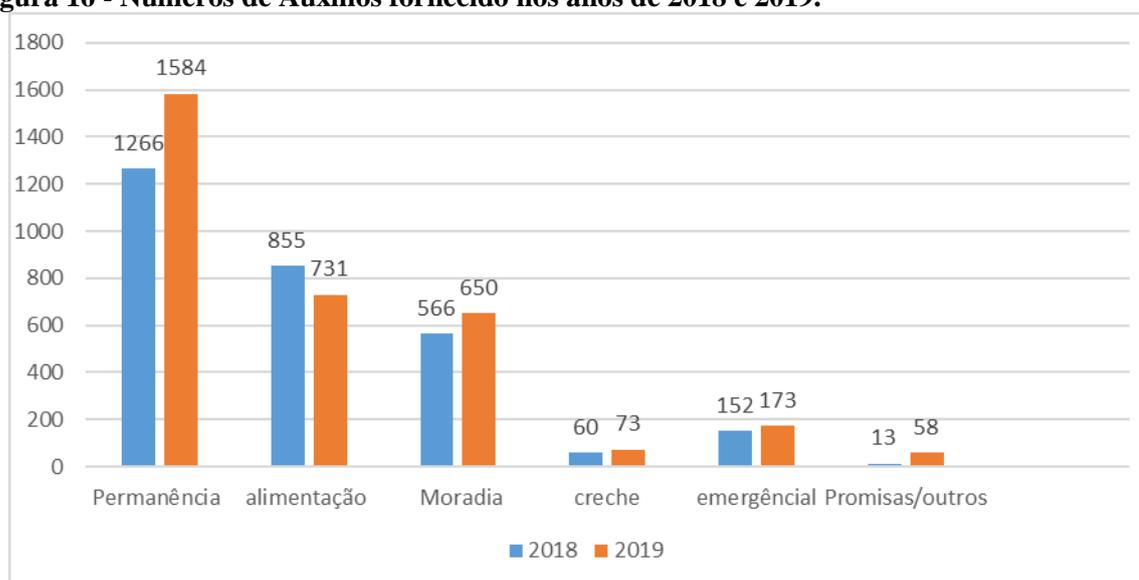
Fonte: Elaborado pelo Autor com base no relatório de gestão UFMS 2021.

Tabela 1 - Comparação dos valores orçamentários disponível da UFMS no período 2016 a 2021.

Ano	Total recurso	Anos comparados	Variação %
2016	14.662.989,00	2016-2017	1,87%
2017	14.936.827,00		
2018	15.063.982,00	2017-2018	0,85%
2019	16.438.790,00	2018-2019	9,13%
2020	15.889.242,00	2019-2020	-3,34%
2021	12.396.927,00	2020-2021	-21,98%

Fonte: Elaborado pelo Autor com base no relatório de gestão UFMS 2021.

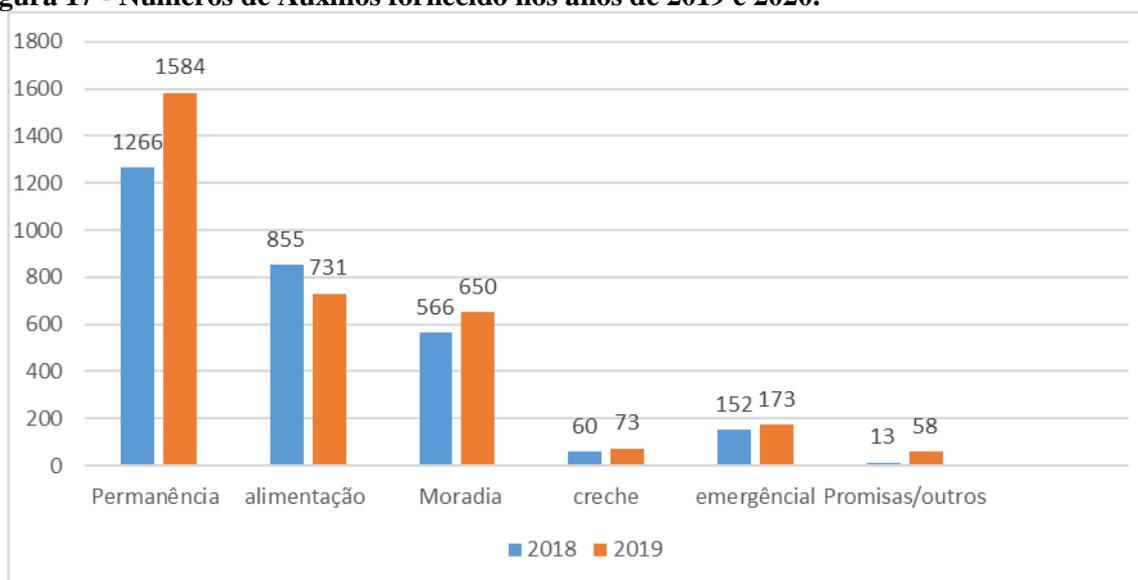
Na Figura 16, observa-se a aplicação dos recursos destinados à assistência estudantil, com a respectiva distribuição dos auxílios nos anos de 2018 e 2019. Nota-se uma progressão nos quantitativos, com ênfase na ampliação do atendimento por meio do Auxílio Permanência e do Auxílio Moradia. Em 2018, foram concedidos 2.912 auxílios, enquanto em 2019 esse número aumentou para 3.269, representando um crescimento de 12% na oferta.

Figura 16 - Números de Auxílios fornecido nos anos de 2018 e 2019.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no relatório de Avaliação do PDI UFMS – Ano Base 2019.

Na Figura 17, verifica-se a evolução na concessão de auxílios entre os anos de 2019 e 2020. Em 2019, foram registrados 3.269 auxílios concedidos, enquanto em 2020 esse total subiu para 4.280, resultando em um aumento de 30,92%. É relevante destacar que esse crescimento está relacionado, em grande medida, à ampliação da oferta do Auxílio Emergencial, em resposta à pandemia de COVID-19 e à suspensão das atividades presenciais na universidade a partir de março de 2020.

Figura 17 - Números de Auxílios fornecido nos anos de 2019 e 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no relatório de avaliação do PDI UFMS – ANO BASE 2020.

Devido à ausência de dados detalhados, não foi possível elaborar o demonstrativo referente ao período de 2020 a 2021. Tal limitação ocorreu porque o relatório de avaliação do PDI apresentou apenas o número total de atendimentos a acadêmicos pela PROAES, o que inviabilizou a análise específica e a comparação entre as ações implementadas.

Por meio das ações desenvolvidas pela UFMS, com recursos oriundos do Decreto nº 7.234/2010 (PNAES), a universidade atende parte dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, muitos dos quais ingressaram por meio das ações afirmativas previstas na Lei de Cotas. Embora a universidade disponha de um programa que contempla diversas iniciativas de ação afirmativa, a impossibilidade de atender a totalidade dos discentes que se enquadram nesse perfil configura um fator de desestímulo, especialmente para aqueles que precisam se deslocar para outra localidade a fim de cursar o ensino superior.

Ainda que haja esforços para garantir o acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade ao ensino superior público, faz-se necessário o aumento dos investimentos em bolsas e na contratação de servidores, de modo que a política de acesso à universidade cumpra

efetivamente seu propósito. Para muitos acadêmicos, o acesso não é suficiente: é preciso assegurar condições de permanência digna na instituição.

2.4 Mobilidade estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

O processo de migração ou mobilidade pode ser compreendido como uma troca de experiências, na qual o indivíduo se desloca de um lugar para outro em busca de melhores condições de vida. Nesse deslocamento, o migrante carrega consigo não apenas seus bens materiais, mas também seus bens imateriais, como tradições, cultura e costumes. É por meio desse intercâmbio que o migrante contribui para as constantes transformações do local de destino (Matos-de Souza et al., 2021, p. 11).

Castro e Cabral Neto (2012) discutem as mudanças provocadas pelo migrante em sua passagem pelo local, refletindo sobre esse movimento de troca entre os indivíduos envolvidos no processo migratório. A mobilidade, enquanto fenômeno, envolve atualmente uma série de fatores e processos que fundamentam o sistema produtivo e o cotidiano das pessoas, abrangendo o sistema de transporte, a gestão dos espaços e as interações espaciais, até as dinâmicas geográficas específicas.

A migração pode ser classificada como espontânea, quando o indivíduo opta por mudar-se de seu local de origem em busca de melhores condições de vida para si ou para sua família, ou como forçada, quando fatores externos à sua vontade o obrigam a deixar seu local, como desastres naturais, perseguições políticas, religiosas ou guerras. Essa classificação destaca as principais condições que levam um indivíduo a migrar de seu local de moradia em busca de outro.

A migração também pode ser classificada quanto ao tempo de permanência fora do local de origem, sendo temporária, como no caso de estudantes que realizam seus estudos, podendo tornar-se permanente em muitos casos. Após a conclusão do curso, esse indivíduo torna-se uma força de trabalho especializada para o local, sendo essa possibilidade de transformar estudantes qualificados em residentes permanentes uma motivação para os formuladores de políticas de atração de acadêmicos promoverem a captação de estudantes de outras localidades.

Para fins deste trabalho, adota-se o termo "mobilidade estudantil", no qual o indivíduo se desloca de seu local de origem para se qualificar em outro local e retorna à sua origem após a conclusão dos estudos.

Ao analisar os dados sobre mobilidade estudantil nos estados brasileiros, é possível que o governo, em conjunto com as universidades de cada região, promova medidas de atração e fixação de jovens em determinados estados (Cardoso et al., 2022, p. 445). Pelegrini, Sá e França (2023) corroboram com Cardoso et al. (2022) ao referirem-se à necessidade de realizar pesquisas sobre a mobilidade estudantil para fornecer instrumentos que embasem a elaboração de políticas públicas e a tomada de decisões pelos gestores educacionais, bem como a promoção de melhorias no sistema de admissão universitária.

Destaca-se que a mobilidade estudantil é um fenômeno social relevante que traz benefícios para a formação dos estudantes, por meio de suas vivências em novas comunidades, além de fomentar a economia regional e as interações econômicas (Cardoso et al., 2022, p. 456).

Nesse contexto, ao analisar a mobilidade estudantil como objeto de estudo, Lopes (2008) relata o aumento da mobilidade estudantil como sendo desencadeado por um forte processo de desenvolvimento nos anos que sucederam ao final da Segunda Guerra Mundial, entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960. Esse período coincide com a necessidade de formação de trabalhadores especializados para atender às demandas surgidas no pós-guerra.

No Brasil, diversos estudos consideram o movimento de mobilidade estudantil como um fenômeno relativamente recente (Souza; Almeida, 2019, p. 29; Castro; Cabral Neto, 2012, p. 77), ainda carente de estudos e passível de múltiplas análises sobre os fatores que levam esses estudantes a se deslocarem de seu local de origem em busca de qualificação.

Entre os fatores que atraem os acadêmicos para a realização da mobilidade em busca de qualificação no ensino superior, destacam-se as características socioeconômicas do local, o contexto em que a instituição de ensino está inserida, as redes de relações e oportunidades oferecidas, sempre avaliando e prezando pela qualidade do ensino da instituição (Cardoso et al., 2022, p. 433).

Destaca-se o interesse desses estudantes em se desenvolver culturalmente no destino escolhido, os custos de viagem e manutenção no local de destino, as vantagens econômicas das instituições de ensino, a qualidade do processo de formação, currículo, pesquisa e a oferta restrita de cursos por parte de instituições locais (Souza; Almeida, 2019, p. 29). Além dessas características, também têm gerado interesse tanto dos acadêmicos quanto de seus familiares e de futuros empregadores os centros acadêmicos que fomentam pesquisas e formam profissionais cosmopolitas (Castro; Cabral Neto, 2012, p. 79).

Pelegriani, Sá e França (2023, p. 206), em seus estudos, observaram que os acadêmicos, ao escolherem uma instituição de ensino superior, consideram as características do local com base na reputação da universidade, na qualidade do ensino oferecido, na existência de projetos de internacionalização e na forma como é realizada a assistência estudantil, incluindo ofertas de bolsas e fomento econômico para a manutenção do acadêmico, fatores que influenciam diretamente a escolha da instituição.

O acadêmico, ao realizar o processo de mobilidade, busca não apenas aprendizado ou o certificado de um curso superior, mas também um processo de formação e vivência de novas realidades. Essa vivência é adquirida durante o processo de migração/mobilidade em sua formação acadêmica, por meio do contato com outras culturas, outros acadêmicos e outra localidade, moldando seu ser e levando consigo os conhecimentos adquiridos ao retornar ao seu local de origem após a conclusão dos estudos.

CAPITULO III - A MOBILIDADE ACADÊMICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos por meio da análise das matrículas dos acadêmicos da UFMS, considerando, inicialmente, a universidade como um todo e, posteriormente, sua divisão por câmpus, com base nos estados de origem dos estudantes. O objetivo da análise é evidenciar a mobilidade estudantil, identificando se houve deslocamento interestadual em busca do ensino superior.

Foram considerados dois períodos distintos para essa análise: de 2011 a 2012 e de 2013 a 2021, com a finalidade de verificar possíveis influências das políticas de ações afirmativas, especialmente da Lei de Cotas, na decisão dos acadêmicos quanto à escolha da instituição.

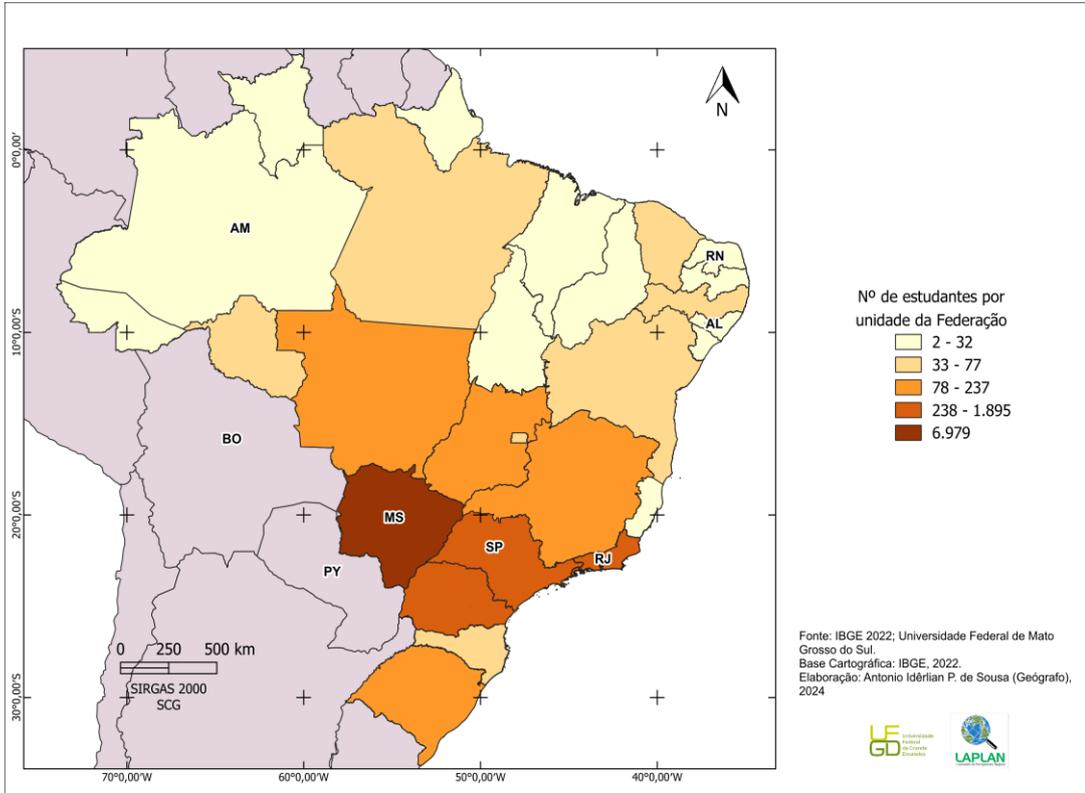
3.1 Análise geral da distribuição dos acadêmicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul possui registro de matrícula de acadêmicos oriundos de todos os estados do território brasileiro. Ao analisar os dados referentes à distribuição desses acadêmicos, considerando todos os câmpus e a Cidade Universitária, foram identificadas diferentes concentrações por estado.

Nas Figuras 18 e 19, foi realizada uma análise da concentração de acadêmicos, utilizando a divisão em cinco classes pelo método das quebras naturais. Essa análise buscou evidenciar a relação da concentração de acadêmicos por unidade federativa. O estado de Mato Grosso do Sul apresentou destaque nos dois períodos avaliados, enquanto seus estados vizinhos figuraram nas classes subsequentes. Observa-se uma relação inversamente proporcional entre o número de registros de acadêmicos e a distância em relação ao estado de Mato Grosso do Sul.

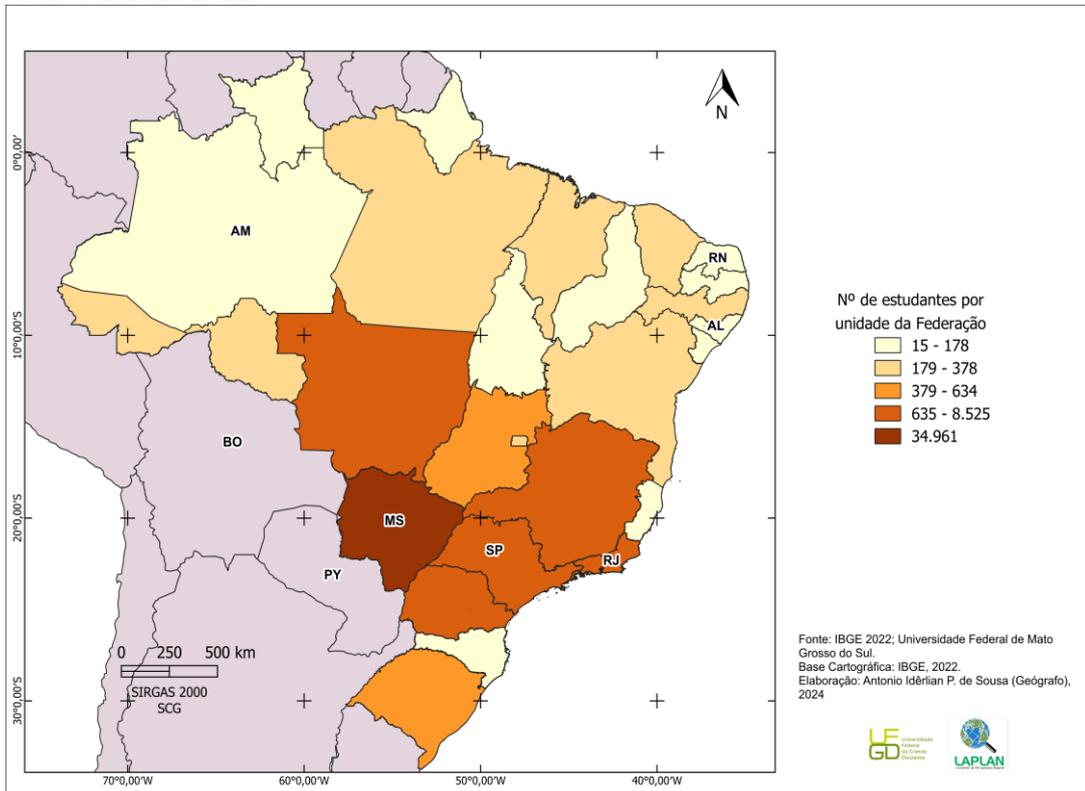
A posição geográfica dos câmpus influenciou diretamente na distribuição das matrículas, conforme demonstram as Figuras 18 e 19. Os estados limítrofes ao Mato Grosso do Sul apresentaram maior participação no número de matrículas, resultado que corrobora o estudo realizado por Campos (2021), o qual considera a distância entre o local de origem e o local de estudo como um fator influente na escolha da instituição de ensino superior.

Figura 18 - Mapa geral de densidade de Acadêmicos da Universidade federal de Mato Grosso do Sul 2011-2012.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Figura 19 - Mapa da distribuição de densidade de Acadêmicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul 2013-2021.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Ao analisar a origem dos acadêmicos matriculados na UFMS entre os anos de 2013 e 2021, observa-se que mais de 65,89% são oriundos do estado de Mato Grosso do Sul (Tabela 2), o que demonstra a característica regional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no atendimento aos estudantes.

O estado de São Paulo aparece como a segunda unidade federativa com maior número de acadêmicos matriculados na UFMS, com 15,92%, seguido pelos estados do Paraná (2,47%), Rio de Janeiro (2,67%), Mato Grosso (2,23%) e Minas Gerais (1,83%) (Tabela 2). Esses resultados indicam que a distância geográfica influencia a escolha da universidade pelos estudantes de outras unidades da federação, pois, com exceção do Rio de Janeiro, todos os demais estados mencionados fazem divisa com Mato Grosso do Sul. O caso do Rio de Janeiro revela uma particularidade relacionada à influência sobre o câmpus de Corumbá, que recebe estudantes oriundos desse estado devido à presença de militares da Marinha lotados nos municípios de Corumbá e Ladário.

Com a implementação de políticas públicas voltadas ao acesso ao ensino superior — por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), a partir de 2009 —, ampliou-se a mobilidade estudantil em âmbito nacional. O SiSU permite que estudantes com condições financeiras para se manter fora de seus locais de origem concorram a vagas em instituições de outros estados, já que o processo seletivo não exige a realização de provas presenciais, como nos vestibulares tradicionais. Além disso, possibilita ao candidato a escolha de duas opções de curso e a permanência em lista de espera para ambas.

Szerman (2015), ao tratar da mobilidade estudantil no contexto da descentralização do acesso ao ensino superior público, verificou que, no primeiro ano de implementação do SiSU, houve um aumento de 1,6 ponto percentual na probabilidade de migração entre estados e de 3,8 pontos percentuais na migração entre municípios. Cardoso et al. (2022), utilizando microdados do Censo da Educação Superior a partir de 2010, também evidenciaram o crescimento da migração interestadual nas universidades que adotaram o SiSU como sistema de seleção.

Nos resultados apresentados na Tabela 2, observa-se que o estado de Mato Grosso do Sul concentra o maior número de acadêmicos matriculados na UFMS, em comparação com os demais estados, o que sugere maior incidência de mobilidade estudantil intraestadual em relação à mobilidade interestadual. Resultado semelhante foi identificado por Gumiero (2022), em análise realizada na Universidade Federal da Grande Dourados, que categorizou a origem dos estudantes em três grupos: (1) estudantes oriundos do município de Dourados e

dos municípios da sub-região da Grande Dourados; (2) estudantes das demais sub-regiões de desenvolvimento do Mato Grosso do Sul; e (3) estudantes provenientes de outros estados da federação.

Ao comparar as categorias de estudantes cotistas e de ampla concorrência oriundos do estado de Mato Grosso do Sul, que ingressaram na universidade por meio das vagas reservadas pela Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), observa-se uma diferença de 1,33% a mais de cotistas locais em relação aos cotistas oriundos de outros estados (Tabela 2).

Tabela 2 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em Ampla concorrência, Cotas, outras entradas e soma total, em todos câmpus da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Estados/País de origem	Ampla Conc.		Cota		Outras entradas		Soma total	
	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.
Acre	21	0,07%	17	0,10%	213	2,65%	251	0,47%
Alagoas	66	0,23%	43	0,26%	20	0,25%	129	0,24%
Amapá	7	0,02%	6	0,04%	3	0,04%	16	0,03%
Amazonas	70	0,25%	49	0,30%	25	0,31%	144	0,27%
Bahia	145	0,51%	154	0,93%	73	0,91%	372	0,70%
Ceará	130	0,46%	77	0,46%	52	0,65%	259	0,49%
Distrito Federal	123	0,43%	46	0,28%	41	0,51%	210	0,39%
Espírito Santo	47	0,16%	34	0,20%	18	0,22%	99	0,19%
Goiás	359	1,26%	183	1,10%	91	1,13%	633	1,19%
Maranhão	94	0,33%	81	0,49%	23	0,29%	198	0,37%
Mato Grosso	579	2,03%	433	2,61%	175	2,18%	1187	2,23%
Mato Grosso do Sul	18857	66,01%	11180	67,34%	5012	62,41%	35049	65,89%
Minas Gerais	497	1,74%	339	2,04%	135	1,68%	971	1,83%
Pará	174	0,61%	134	0,81%	52	0,65%	360	0,68%
Paraíba	34	0,12%	20	0,12%	18	0,22%	72	0,14%
Paraná	741	2,59%	330	1,99%	244	3,04%	1315	2,47%
Pernambuco	128	0,45%	76	0,46%	68	0,85%	272	0,51%
Piauí	75	0,26%	24	0,14%	24	0,30%	123	0,23%
Rio de Janeiro	772	2,70%	358	2,16%	289	3,60%	1419	2,67%
Rio Grande do Norte	65	0,23%	27	0,16%	28	0,35%	120	0,23%
Rio Grande do Sul	325	1,14%	122	0,73%	123	1,53%	570	1,07%
Rondônia	168	0,59%	115	0,69%	55	0,68%	338	0,64%
Roraima	12	0,04%	7	0,04%	5	0,06%	24	0,05%
Santa Catarina	101	0,35%	39	0,23%	42	0,52%	182	0,34%
São Paulo	4749	16,63%	2616	15,76%	1103	13,73%	8468	15,92%
Sergipe	29	0,10%	14	0,08%	28	0,35%	71	0,13%
Tocantins	35	0,12%	17	0,10%	2	0,02%	54	0,10%
Afganistão	1	0,01%					1	0,00%

Angola					3	0,04%	3	0,01%
Argentina					2	0,02%	2	0,00%
Bolívia	12	0,04%	3	0,02%	8	0,10%	23	0,04%
Botswana	2	0,01%	1	0,01%	1	0,01%	4	0,01%
Bulgária	2	0,01%	1	0,01%			3	0,01%
Burundi	2	0,01%	2	0,01%	1	0,01%	5	0,01%
Butão	1	0,01%					1	0,00%
Cabo Verde					4	0,05%	4	0,01%
Camarões	1	0,01%					1	0,00%
Chile					2	0,02%	2	0,00%
China			1	0,01%			1	0,00%
Colômbia			1	0,01%			1	0,00%
Costa Rica	2	0,01%					2	0,00%
Cuba					2	0,02%	2	0,00%
Dinamarca	1	0,01%					1	0,00%
Egito	1	0,01%					1	0,00%
Estados Unidos	2	0,01%	1	0,01%			3	0,01%
Filipinas	2	0,01%					2	0,00%
França	2	0,01%					2	0,00%
Guatemala			1	0,01%	1	0,01%	2	0,00%
Gibraltar					3	0,04%	3	0,01%
Guiné-Bissau					1	0,01%	1	0,00%
Haiti	2	0,01%	2	0,01%	2	0,02%	6	0,01%
Honduras					1	0,01%	1	0,00%
Índia			1	0,01%			1	0,00%
Itália	1	0,01%					1	0,00%
Jamaica	1	0,01%			1	0,01%	2	0,00%
Japão	89	0,31%	31	0,19%	5	0,06%	125	0,23%
Moçambique	1	0,01%			1	0,01%	2	0,00%
Marrocos			1	0,01%			1	0,00%
Myanmar	1	0,01%					1	0,00%
Nigéria					1	0,01%	1	0,00%
Palestina	1	0,01%					1	0,00%
Paraguai	16	0,06%	10	0,06%	18	0,22%	44	0,08%
Peru	7	0,02%	1	0,01%	4	0,05%	12	0,02%
Portugal	8	0,03%	4	0,02%	2	0,01%	14	0,03%
República do Congo					1	0,01%	1	0,00%
São Tomé/Príncipe					1	0,01%	1	0,00%
Senegal					1	0,01%	1	0,00%
Síria	1	0,01%					1	0,00%
Tongo					1	0,01%	1	0,00%
Uruguai			1	0,01%			1	0,00%
Venezuela	1	0,01%			2	0,02%	3	0,01%
Total	28565	100%	16603	100,00%	8031	100,00%	53197	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico> Acesso em 23/01/2023.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

Nesse estudo ao analisar os dados referentes aos países que fazem fronteira com o estado do Mato Grosso do Sul, principalmente Paraguai e a Bolívia, dos câmpus das cidades de Ponta Porã e Corumbá apresentaram um baixo número de matrículas provenientes desses países. Em relato informal com servidores que trabalharam na secretaria de registro acadêmicos nos campus de fronteira, foi informado que muitos acadêmicos desses países utilizam de documentação e endereços localizados nas cidades brasileiras da fronteira para ter acesso ao ensino superior público brasileiro, assim entrando na estatística como residentes das cidades de origem do câmpus¹.

Ao comparar os dados das Tabelas 2 e 3, nota-se que, nos anos de 2011 a 2012 e de 2013 a 2021, os estados que apresentaram maior representatividade de acadêmicos matriculados na UFMS experimentaram uma diminuição na mobilidade estudantil com a implementação da Lei de Cotas. Os estados afetados por essa redução incluem São Paulo, Rio Neste estudo, ao analisar os dados referentes aos países que fazem fronteira com o estado de Mato Grosso do Sul — especialmente Paraguai e Bolívia — observou-se que os câmpus localizados nas cidades de Ponta Porã e Corumbá apresentaram um baixo número de matrículas provenientes desses países.

Segundo relatos informais de servidores que atuaram nas secretarias de registro acadêmico nos câmpus de fronteira, muitos estudantes estrangeiros utilizam documentação e endereços localizados nas cidades brasileiras da fronteira para acessar o ensino superior público brasileiro, sendo, portanto, contabilizados estatisticamente como residentes das cidades-sede dos respectivos câmpus.

Ao comparar os dados das Tabelas 2 e 3, observa-se que, nos períodos de 2011 a 2012 e de 2013 a 2021, os estados que anteriormente apresentavam maior representatividade entre os acadêmicos matriculados na UFMS experimentaram uma redução na mobilidade estudantil com a implementação da Lei de Cotas.

¹ O registro de matrícula dos acadêmicos dos países vizinhos Paraguai e Bolívia não foi objeto de estudo desse trabalho, porém é um tema que necessita de estudo mais aprofundado, pois pode demonstrar um número de registro de matrículas de origem desses países equivocado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Os estados afetados por essa redução incluem São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe. Essa diminuição no número de estudantes provenientes de outras unidades da federação reflete no aumento da participação de estudantes oriundos de Mato Grosso do Sul. Esse fenômeno pode ser atribuído à reserva de vagas para alunos de escolas públicas, o que reduziu as oportunidades para estudantes de outros estados em busca de mobilidade acadêmica.

Tabela 3 - Número de matrículas de acadêmicos por estado de origem em ampla concorrência no período de 2011 e 2012 na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Estado/País	Ampla concorr.		Outras entradas		Geral	
	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.
Acre	16	0,16%	9	1,06%	25	0,23%
Alagoas	16	0,16%	3	0,35%	19	0,18%
Amapá	2	0,02%	1	0,12%	3	0,03%
Amazonas	21	0,21%	1	0,12%	22	0,20%
Bahia	60	0,60%	2	0,24%	62	0,58%
Ceará	52	0,52%	5	0,59%	57	0,53%
Distrito Federal	44	0,44%	3	0,35%	47	0,44%
Espírito Santo	26	0,26%	9	1,06%	35	0,32%
Goiás	106	1,07%	14	1,65%	120	1,11%
Maranhão	43	0,43%	208	24,56%	251	2,33%
Mato Grosso	587	5,91%	129	15,23%	716	6,64%
Mato Grosso do Sul	5941	59,83%	203	23,97%	6144	57,02%
Minas Gerais	197	1,98%	5	0,59%	202	1,87%
Pará	52	0,52%	19	2,24%	71	0,66%
Paraíba	41	0,41%	12	1,42%	53	0,49%
Paraná	270	2,72%	17	2,01%	287	2,66%
Pernambuco	62	0,62%	5	0,59%	67	0,62%
Piauí	26	0,26%	5	0,59%	31	0,29%
Rio de Janeiro	327	3,29%	41	4,84%	368	3,41%
Rio Grande do Norte	25	0,25%	4	0,47%	29	0,27%
Rio Grande do Sul	119	1,20%	12	1,42%	131	1,22%
Rondônia	59	0,59%	4	0,47%	63	0,58%
Roraima	3	0,03%	1	0,12%	4	0,04%
Santa Catarina	41	0,41%	3	0,35%	44	0,41%
São Paulo	1747	17,59%	123	14,52%	1870	17,35%
Sergipe	10	0,10%	1	0,12%	11	0,10%
Tocantins	11	0,11%			11	0,10%
Afganistão	1	0,01%			1	0,01%
Angola	1	0,01%	1	0,12%	2	0,02%

Bolívia	2	0,02%	1	0,12%	3	0,03%
Bulgária	1	0,01%			1	0,01%
Camarões	1	0,01%			1	0,01%
China	5	0,05%	1	0,12%	6	0,06%
Espanha			1	0,12%	1	0,01%
Guiné-Bissau			2	0,24%	2	0,02%
Japão	5	0,05%	1	0,12%	6	0,06%
Malásia	1	0,01%			1	0,01%
Nigéria			1	0,12%	1	0,01%
Paraguai	2	0,02%			2	0,02%
Peru	1	0,01%			1	0,01%
Portugal	2	0,02%			2	0,02%
Republica Dominicana	1	0,01%			1	0,01%
Taiwan	2	0,02%			2	0,02%
Total	9929	100,00%	847	100,00%	10776	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

A avaliação da porcentagem de acadêmicos oriundos do estado de Mato Grosso do Sul matriculados na UFMS nos anos de 2011 e 2012, antes da implementação da Lei 12.711/2012, e de 2013 a 2021, após a adesão da UFMS a essa legislação, revela um aumento de 8,87% no número de matrículas de estudantes provenientes do estado, passando de 57,02% para 65,89% (conforme Tabelas 2 e 3). Esses resultados indicam que a implementação da política de cotas prevista na Lei 12.711/2012, aliada a outros fatores não mensurados neste trabalho — como a melhoria no poder aquisitivo da população, a redução das taxas de desemprego e o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado no segundo período analisado — contribuiu para que uma parcela significativa de estudantes sul-mato-grossenses tivesse acesso ao ensino superior público, promovendo, assim, a democratização do ensino no estado.

Com a implementação da Lei 12.711/2012, observou-se um aumento no número de acadêmicos matriculados oriundos dos seguintes estados: Acre, Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Esse crescimento está diretamente relacionado à possibilidade concedida aos estudantes que se enquadram no perfil atendido pelo programa de cotas, permitindo-lhes participar do processo seletivo sem a obrigatoriedade de realizar as provas presencialmente no estado de Mato Grosso do Sul, por meio da seleção via Sistema de Seleção Unificada (SiSU). A maioria desses estados está localizada nas regiões Norte e Nordeste do país, as quais, conforme o estudo de Nunes, Silva e Queiroz (2017), apresentam historicamente fluxos migratórios em direção às regiões Sudeste e Sul.

Paralelamente à implementação da Lei de Cotas, as universidades públicas, por meio das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), ampliaram suas políticas de ações afirmativas ao longo dos anos, promovendo mudanças significativas no perfil socioeconômico e regional dos seus estudantes. Essas ações servem como estímulo para que acadêmicos que se enquadram nos critérios das cotas optem pela UFMS como instituição de ensino superior.

As políticas de ações afirmativas, voltadas à permanência dos estudantes no ambiente universitário, são fundamentais para a inclusão social e acadêmica desses grupos. A partir delas, é possível que os discentes participem das diversas atividades vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Ao fomentar tais políticas, a universidade não apenas promove o acesso ao ensino superior, mas também assegura a inserção plena no meio acadêmico, oferecendo condições para que os estudantes se dediquem aos estudos e aproveitem plenamente as experiências vivenciadas no espaço institucional.

Campos (2021), em seu estudo sobre a territorialidade no câmpus de Três Lagoas, corrobora a importância das ações afirmativas para a inserção dos estudantes nas atividades acadêmicas. A autora destaca ainda a relevância dessas políticas na escolha dos discentes pelos diferentes câmpus.

Embora o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMS 2020–2024 destaque como objetivo formar profissionais que atendam aos anseios da sociedade, exercendo plenamente sua função como universidade pública, gratuita, de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada (PDI/UFMS 2020–2024, p. 18), a instituição ainda apresenta fragilidades na condução de suas políticas de ações afirmativas. Conforme aponta Mattos (2018, p. 79), a insuficiência de recursos financeiros compromete a capacidade de atendimento à demanda por assistência estudantil. Além disso, a carência de recursos humanos e a estrutura limitada da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) dificultam o cumprimento integral do Decreto nº 7.234/2010, que regulamenta as ações afirmativas no ensino superior.

Quando uma universidade incentiva a mobilidade acadêmica, ela não apenas amplia sua abrangência territorial, mas também contribui, de forma indireta, para o desenvolvimento regional do estado. Isso ocorre porque, ao atrair estudantes de outras localidades, há estímulo à movimentação da economia local. A implantação de um câmpus em uma cidade em desenvolvimento evidencia os impactos dessa mobilidade, especialmente por meio dos gastos dos acadêmicos com moradia, alimentação, lazer, saúde e transporte. O estudo realizado por Alves e Gumbowsky (2017, p. 57) evidencia a importância desses gastos para o comércio

local ao analisarem o impacto dos investimentos da Universidade do Contestado, câmpus Canoinhas (UnC), no desenvolvimento do município de Canoinhas (SC), entre os anos de 2003 e 2008. Concordamos com tal posicionamento, pois a criação de uma instituição federal de ensino superior modifica a dinâmica regional e potencializa o desenvolvimento territorial do espaço em que está inserida (Almeida, 2017, p. 198).

3.2 Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus de Campo Grande

O câmpus de Campo Grande (cidade Universitária), que é a unidade sede da UFMS onde está localizada a reitoria e suas pró-reitorias, no período avaliado contava com 50 cursos de graduação. Esse câmpus possui representantes acadêmicos de todos os estados brasileiros e de mais de 38 países conforme a Tabela 4. Ao avaliar os resultados gerais para todos os tipos de ingresso, o câmpus apresenta a maioria dos acadêmicos provenientes do estado de Mato Grosso do Sul, conforme a Tabela 4, representando 69,55%. Em seguida, o estado de São Paulo contribui com 11,43%, seguido por Mato Grosso com 3,18%, Paraná com 2,67% e Rio de Janeiro com 2,23%. Esse resultado, quando comparado ao obtido na Tabela 5, indica que, para o câmpus de Campo Grande, houve pouca variação após a implantação da Lei de Cotas e que não houve mudança na representatividade dos cinco principais estados.

Tabela 4 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em Ampla concorrência, Cotas, outras entradas e soma total, câmpus de Campo Grande.

Estados/País de origem	Ampla Conc.		Cota		Outras entradas		Soma total	
	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.
Acre	20	0,13%	13	0,12%	77	1,54%	110	0,35%
Alagoas	24	0,16%	16	0,15%	12	0,24%	52	0,17%
Amapá	4	0,03%	5	0,05%	1	0,02%	10	0,03%
Amazonas	46	0,30%	40	0,37%	13	0,26%	99	0,32%
Bahia	57	0,37%	55	0,51%	36	0,72%	148	0,48%
Ceará	60	0,39%	51	0,48%	34	0,68%	145	0,47%
Distrito Federal	74	0,48%	37	0,35%	31	0,62%	142	0,46%
Espírito Santo	15	0,10%	16	0,15%	5	0,10%	36	0,12%
Goiás	234	1,53%	104	0,97%	44	0,88%	382	1,23%
Maranhão	37	0,24%	35	0,33%	2469	0,48%	96	0,31%
Mato Grosso	351	2,29%	246	2,29%	390	7,78%	987	3,18%
Mato Grosso do Sul	10663	69,70%	7768	72,46%	3150	62,87%	21581	69,55%

Minas Gerais	258	1,69%	208	1,94%	76	1,52%	542	1,75%
Pará	76	0,50%	85	0,79%	36	0,72%	197	0,63%
Paraíba	14	0,09%	5	0,05%	11	0,22%	30	0,10%
Paraná	429	2,80%	231	2,15%	167	3,33%	827	2,67%
Pernambuco	59	0,39%	57	0,53%	40	0,80%	156	0,50%
Piauí	37	0,24%	18	0,17%	12	0,24%	67	0,22%
Rio de Janeiro	315	2,06%	217	2,02%	159	3,17%	691	2,23%
Rio Grande do Norte	36	0,24%	19	0,18%	11	0,22%	66	0,21%
Rio Grande do Sul	221	1,44%	130	1,21%	83	1,66%	434	1,40%
Rondônia	112	0,73%	101	0,94%	38	0,76%	251	0,81%
Roraima	4	0,03%	5	0,05%	4	0,08%	13	0,04%
Santa Catarina	82	0,54%	42	0,39%	25	0,50%	149	0,48%
São Paulo	1935	12,65%	1142	10,65%	469	9,36%	3546	11,43%
Sergipe	17	0,11%	11	0,10%	4	0,08%	32	0,10%
Tocantins	23	0,15%	8	0,07%			31	0,10%
Afeganistão	1	0,01%					1	0,00%
Angola					3	0,06%	3	0,01%
Argentina					2	0,04%	2	0,01%
Bolívia	3	0,02%	2	0,02%	7	0,14%	12	0,04%
Bini					1	0,02%	1	0,00%
Botswana	2	0,01%	3	0,03%			5	0,02%
Bulgária	2	0,01%	1	0,01%			3	0,01%
Burundi	4	0,03%	1	0,01%			5	0,02%
Butão	1	0,01%					1	0,00%
Cabo Verde					4	0,08%	4	0,01%
Camarões	1	0,01%	1	0,01%			2	0,01%
Colômbia	1	0,01%			1	0,02%	2	0,01%
Chile					1	0,02%	1	0,00%
Costa Rica	2	0,01%	2	0,02%			4	0,01%
Cuba					1	0,02%	1	0,00%
Espanha					1	0,02%	1	0,00%
Estado Unidos	1	0,01%	1	0,01%	1	0,02%	3	0,01%
Guatemala			1	0,01%	1	0,02%	2	0,01%
França	1	0,01%					1	0,00%
Filipinas	1	0,01%					1	0,00%
Haiti	2	0,01%	2	0,02%	1	0,02%	5	0,02%
Honduras					3	0,04%	2	0,01%
Irlanda					1	0,02%	1	0,00%
Jamaica					1	0,02%	1	0,00%
Japão	55	0,36%	35	0,33%	6	0,12%	96	0,31%
Líbano					1	0,02%	1	0,00%
Marrocos			1	0,01%			1	0,00%
Moçambique	1	0,01%					1	0,00%
Nigéria					1	0,02%	1	0,00%
Países Baixos			1	0,01%			1	0,00%
Palestina	1	0,01%					1	0,00%

Paraguai	7	0,05%	1	0,01%	11	0,22%	19	0,06%
Peru	3	0,02%	1	0,01%	6	0,12%	10	0,03%
Portugal	6	0,04%	2	0,02%	3	0,06%	11	0,04%
Síria	1	0,01%		0,00%			1	0,00%
Uruguai			1	0,01%			1	0,00%
Venezuela					1	0,02%	1	0,00%
Total	15299	100,00%	10721	100,00%	5010	100,00%	31030	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do portal UFMS/Números, outubro de 2023.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

Ao comparar os resultados referentes aos acadêmicos sul-mato-grossenses ingressantes por ampla concorrência (69,70%) com os ingressantes por meio de cotas (72,46%), entre os anos de 2012 e 2021, observa-se uma maior proporção de cotistas residentes no estado de Mato Grosso do Sul. Esse dado indica que, com a implementação da Lei de Cotas, o câmpus de Campo Grande passou a registrar uma participação ampliada de estudantes oriundos de escolas públicas do próprio estado.

Ao avaliar a presença de acadêmicos internacionais no câmpus de Campo Grande, entre os anos de 2011 e 2013, constata-se a matrícula de estudantes provenientes de seis países. No período de 2012 a 2021, esse número aumentou para 38 países, sendo que acadêmicos de 16 dessas nacionalidades ingressaram na universidade por meio de programas de ações afirmativas. Esse crescimento está relacionado a programas de cooperação internacional firmados entre a UFMS e diversas instituições de ensino superior do exterior, à existência de editais específicos para estrangeiros com visto de refugiado, visto humanitário ou visto por reunião familiar, bem como à adesão ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) (UFMS, 2023).

Dessa forma, o câmpus de Campo Grande conta com a participação de estudantes oriundos tanto do estado de Mato Grosso do Sul quanto de outras unidades da federação, além de discentes internacionais.

Tabela 5 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Campo Grande.

Estados/País de origem	Total	Porcentagem
	Nºacad.	Porcen.
Acre	8	0,16%
Alagoas	8	0,16%
Amapá	1	0,02%
Amazonas	14	0,27%
Bahia	24	0,47%
Ceará	21	0,41%

Distrito Federal	28	0,55%
Espírito Santo	7	0,14%
Goiás	70	1,37%
Maranhão	9	0,18%
Mato Grosso	108	2,11%
Mato Grosso do Sul	3538	69,02%
Minas Gerais	77	1,50%
Pará	23	0,45%
Paraíba	11	0,21%
Paraná	158	3,08%
Pernambuco	27	0,53%
Piauí	11	0,21%
Rio de Janeiro	128	2,50%
Rio Grande do Norte	11	0,21%
Rio Grande do Sul	81	1,58%
Rondônia	40	0,78%
Roraima	1	0,02%
Santa Catarina	24	0,47%
São Paulo	675	13,17%
Sergipe	7	0,14%
Tocantins	4	0,08%
China	4	0,08%
Japão	4	0,08%
Malásia	1	0,02%
Portugal	1	0,02%
Bolívia	1	0,02%
China	1	0,02%
Total	5126	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

Ao avaliar os períodos anterior e posterior a 2012, observa-se um aumento no número de matrículas de acadêmicos oriundos do estado de Mato Grosso do Sul, passando de 49,31% para 55,58% (Tabela 6).

Tabela 6 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros Câmpus de Campo Grande.

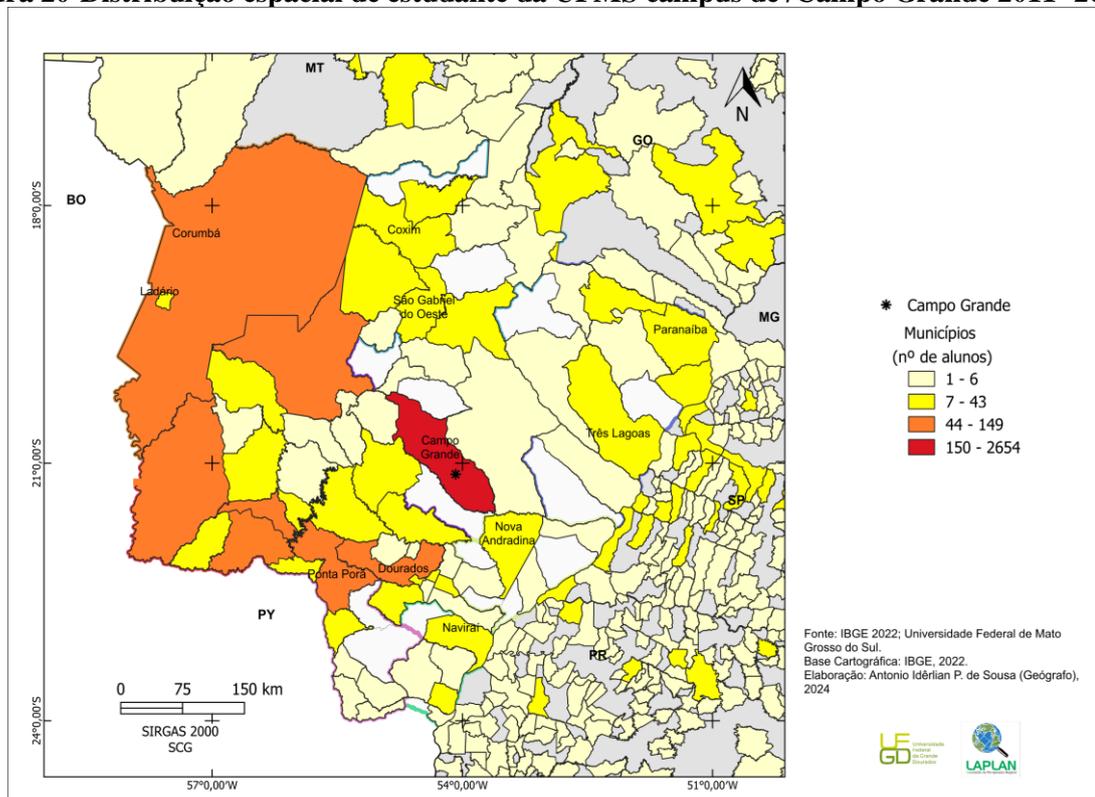
Tipo de Distribuição	2011-2012		2013-2021	
	Nº acadêmicos	porcentagem	Nº acadêmicos	Porcentagem
Regional	2858	49,31%	16462	55,58%
Estadual	1105	19,06%	4418	14,92%
Nacional	1833	31,63%	8741	29,51%
Total	5796	100,00%	29621	100,00%

Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Ao analisar a distribuição das matrículas por origem dos acadêmicos no câmpus de Campo Grande, bem como o nível de registros por município, constata-se que o câmpus apresenta uma configuração de abrangência regional. Isso se deve ao fato de que, entre os anos de 2013 e 2021, 55,58% de seus acadêmicos residiam em cidades localizadas nas proximidades do câmpus (conforme Tabela 6).

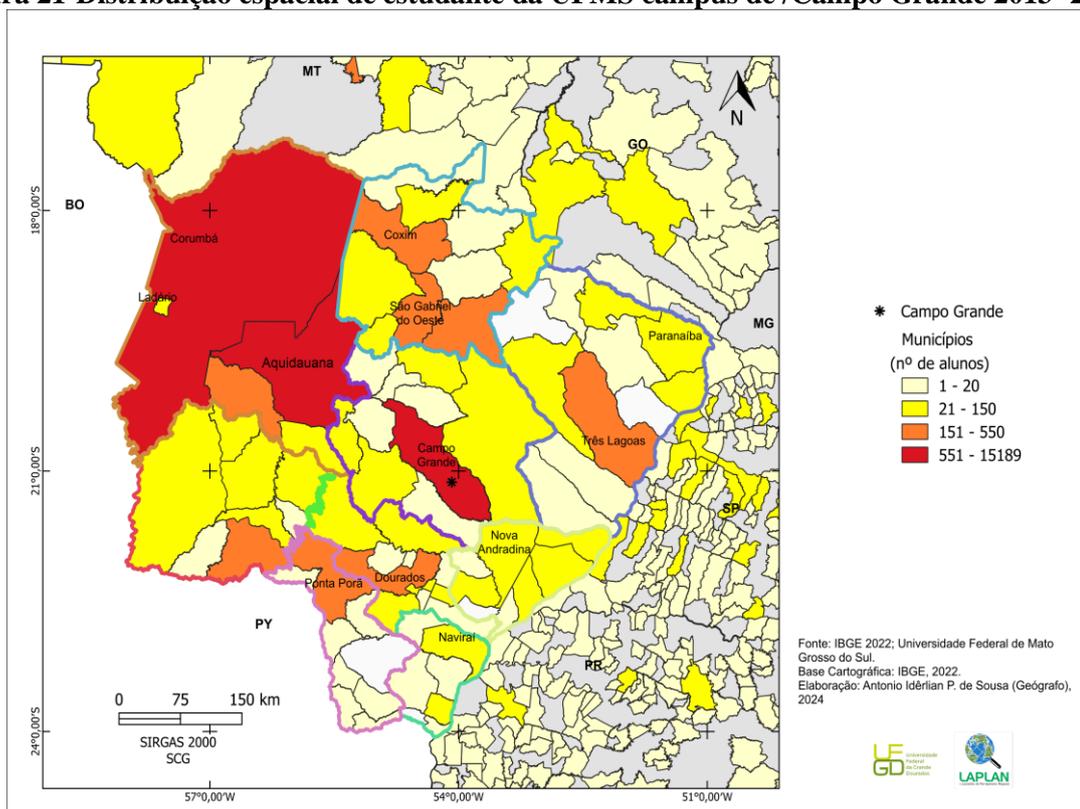
Por meio das Figuras 20 e 21, verifica-se que, durante o período analisado, a maioria dos municípios do estado apresenta representatividade nas matrículas de acadêmicos no câmpus de Campo Grande, cuja distribuição territorial ultrapassa os limites do estado, estendendo-se especialmente aos estados vizinhos.

Figura 20-Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de /Campo Grande 2011- 2012.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Figura 21-Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de /Campo Grande 2013- 2021.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Na comparação entre o primeiro e o segundo período, observa-se um aumento no número de municípios com registros de matrículas, indicando o crescimento da participação de acadêmicos oriundos do estado de Mato Grosso do Sul.

3.3 Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus de Três Lagoas

O estado com maior presença de acadêmicos matriculados foi São Paulo, com 51,49%, seguido por Mato Grosso do Sul, com 32,04% (Tabela 7). Esses resultados corroboram o estudo de Campos (2021), que, sob uma perspectiva territorial, justifica a atração de acadêmicos oriundos do estado de São Paulo em função da localização do município na Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul, situada na divisa entre os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. Tal configuração territorial se apresenta como um dos fatores que explicam a expressiva atração de estudantes para a UFMS.

Ao analisar a distribuição de acadêmicos matriculados por meio da ampla concorrência e do sistema de cotas, observa-se um padrão semelhante: São Paulo mantém a

maior atratividade, seguido por Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Isso indica que, embora o câmpus de Três Lagoas registre matrículas de acadêmicos oriundos de todos os estados brasileiros, mais de 86% de seus estudantes são provenientes de apenas três estados.

Tabela 7 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em Ampla concorrência, Cotas, outras entradas e soma total, câmpus Três Lagoas.

Estados/País de origem	Ampla Conc.		Cota		Outras entradas		Soma total	
	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.
Acre			2	0,09%	12	0,95%	14	0,19%
Alagoas	11	0,29%	11	0,48%	5	0,40%	27	0,37%
Amapá	3	0,08%	1	0,04%	0	0,00%	4	0,06%
Amazonas	5	0,13%	6	0,26%	0	0,00%	11	0,15%
Bahia	29	0,78%	37	1,63%	16	1,26%	82	1,13%
Ceará	13	0,35%	5	0,22%	4	0,32%	22	0,30%
Distrito Federal	15	0,40%	6	0,26%	7	0,55%	28	0,39%
Espírito Santo	14	0,38%	9	0,40%	6	0,47%	29	0,40%
Goiás	47	1,26%	36	1,59%	21	1,66%	104	1,43%
Maranhão	16	0,43%	15	0,66%	5	0,40%	36	0,50%
Mato Grosso	69	1,85%	35	1,54%	59	4,66%	163	2,24%
Mato Grosso do Sul	1238	33,19%	645	28,41%	445	35,18%	2328	32,04%
Minas Gerais	97	2,60%	86	3,79%	32	2,53%	215	2,96%
Pará	27	0,72%	19	0,84%	7	0,55%	53	0,73%
Paraíba	4	0,11%	1	0,04%	7	0,55%	12	0,17%
Paraná	91	2,44%	44	1,94%	29	2,29%	164	2,26%
Pernambuco	7	0,19%	16	0,70%	5	0,40%	28	0,39%
Piauí	3	0,08%	7	0,31%	3	0,24%	13	0,18%
Rio de Janeiro	36	0,97%	23	1,01%	23	1,82%	82	1,13%
Rio Grande do Norte	1	0,03%	2	0,09%	2	0,16%	5	0,07%
Rio Grande do Sul	17	0,46%	4	0,18%	8	0,63%	29	0,40%
Rondônia	15	0,40%	10	0,44%	7	0,55%	32	0,44%
Roraima	1	0,03%	0	0,00%	1	0,08%	2	0,03%
Santa Catarina	5	0,13%	3	0,13%	2	0,16%	10	0,14%
São Paulo	1951	52,31%	1236	54,45%	554	43,79%	3741	51,49%
Sergipe	4	0,11%	2	0,09%	1	0,08%	7	0,10%
Tocantins	1	0,03%	3	0,13%	1	0,08%	5	0,07%
Japão			2	0,09%		0,00%	2	0,03%
Paraguai	6	0,16%		0,00%		0,00%	6	0,08%
Angola	2	0,05%		0,00%		0,00%	2	0,03%
Portugal	1	0,03%	1	0,04%		0,00%	2	0,03%
Burundi	1	0,03%	1	0,04%		0,00%	2	0,03%
Benin			1	0,04%		0,00%	1	0,01%
Haiti			1	0,04%		0,00%	1	0,01%
Cabo verde					1	0,08%	1	0,01%

Cuba	1	0,08%	1	0,01%
São Tomé	1	0,08%	1	0,01%
Total	3730	100,00%	2270	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

No câmpus de Três Lagoas, o estado com maior representatividade foi São Paulo, com 51,49% do total de matrículas, sendo 54,45% entre os acadêmicos cotistas. Em segundo lugar, figura o estado de Mato Grosso do Sul, com 32,04% no total e 28,40% entre os cotistas. Minas Gerais ocupa a terceira posição, com 2,96% do total, distribuídos em 3,79% entre os cotistas, 2,60% na ampla concorrência e 2,53% em outras formas de ingresso. O estado de Mato Grosso aparece na quarta colocação, com 2,24% do total, sendo 1,54% entre os cotistas, 1,85% na ampla concorrência e 4,66% em outras formas de matrícula (Tabela 7).

Ao comparar os dados do ano anterior ao período de implantação da Lei de Cotas, observa-se que o estado de São Paulo se manteve como aquele com o maior número de acadêmicos matriculados (54,90%), seguido por Mato Grosso do Sul, com 32,04% (Tabela 8).

Tabela 8 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Três Lagoas.

Estados/País de origem	Ampla concorrência	Porcentagem
	Nºacad.	Porcen.
Acre	2	0,16%
Alagoas	1	0,08%
Amapá	1	0,08%
Amazonas	2	0,16%
Bahia	10	0,78%
Ceará	6	0,47%
Distrito Federal	3	0,23%
Espírito Santo	4	0,31%
Goiás	15	1,17%
Maranhão	1	0,08%
Mato Grosso	10	0,78%
Mato Grosso do Sul	412	32,04%
Minas Gerais	40	3,11%
Pará	6	0,47%
Paraíba	1	0,08%
Paraná	31	2,41%
Pernambuco	2	0,16%
Rio de Janeiro	13	1,01%
Rio Grande do Sul	3	0,23%
Rondônia	4	0,31%

Santa Catarina	5	0,39%
São Paulo	706	54,90%
Tocantins	6	0,47%
Japão	1	0,08%
Angola	1	0,08%
Total	1286	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

Ao analisar a distribuição espacial dos acadêmicos matriculados no câmpus de Três Lagoas, observa-se uma configuração voltada ao atendimento da população regional, com 55,94% das matrículas provenientes de municípios próximos, conforme apresentado na Tabela 9. Esse dado evidencia a influência das cidades do entorno sobre o câmpus.

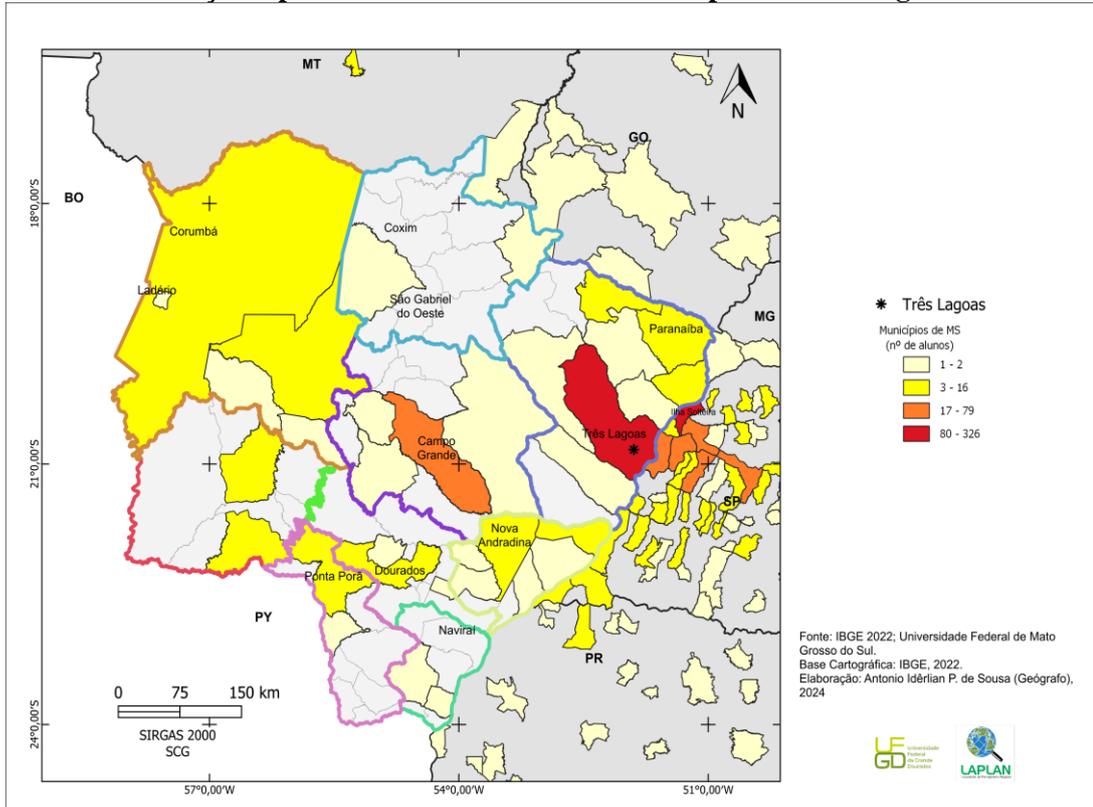
Tabela 9 – Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros câmpus de Três Lagoas.

Tipo de distribuição	2011-2012		2013-2021	
	Nº acadêmicos	Porcentagem	Nº acadêmicos	Porcentagem
Regional	769	55,64%	4019	55,94%
Estadual	88	6,37%	525	7,31%
Nacional	525	37,99%	2641	36,76%
Total	1382	100,00%	7185	100,00%

Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

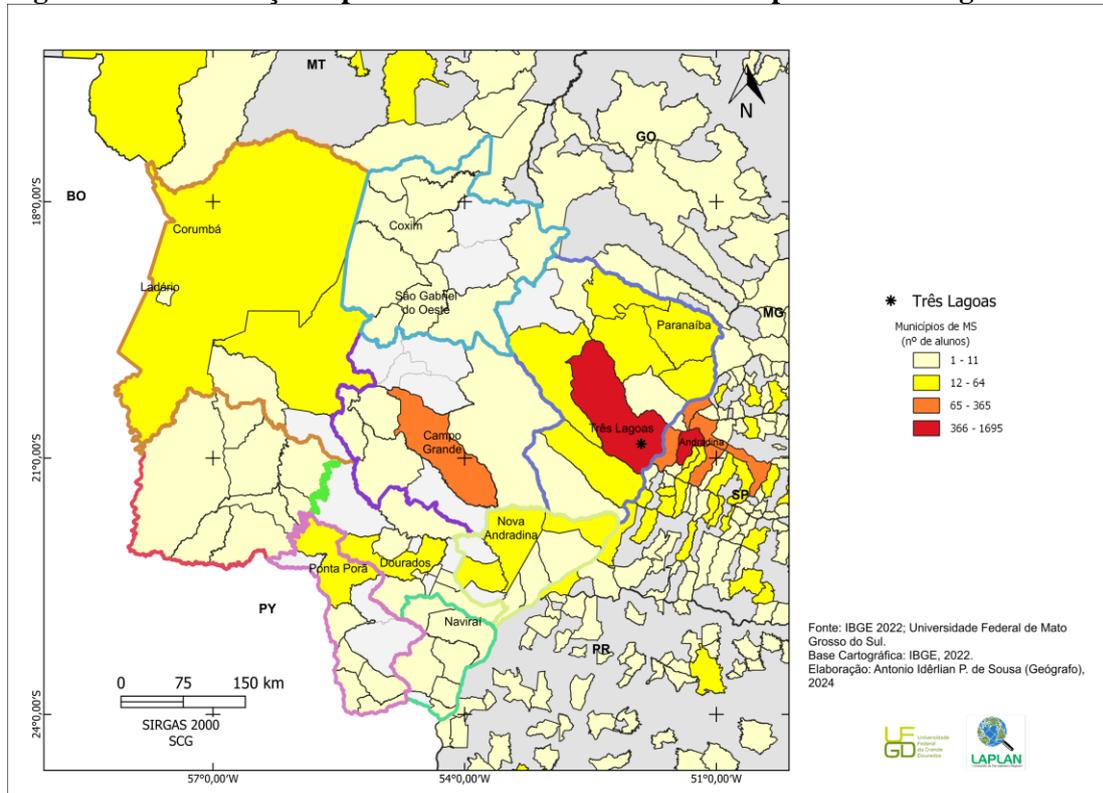
Conforme se observa nas Figuras 22 e 23, a distribuição das matrículas abrange majoritariamente o estado de São Paulo, o que indica que a territorialidade do câmpus de Três Lagoas extrapola os limites político-administrativos do estado de Mato Grosso do Sul.

Figura 22 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Três Lagoas 2011- 2012.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Figura 23 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Três Lagoas 2013- 2021.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

O fato de o câmpus estar localizado em uma região de divisa entre os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo favorece o trânsito pendular de acadêmicos provenientes do estado vizinho, os quais residem e trabalham em São Paulo, mas se deslocam regularmente até Três Lagoas para cursar o ensino superior na UFMS.

3.4 Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus de Corumbá

O câmpus de Corumbá, considerando sua posição geográfica no oeste do estado de Mato Grosso do Sul e sua localização fronteiriça com a Bolívia e o Paraguai, possui 70% dos acadêmicos oriundos do próprio estado. Em seguida, destacam-se os estados do Rio de Janeiro, com 11,12%; São Paulo, com 4,03%; Minas Gerais, com 1,65%; e Bahia, com 1,24% (Tabela 10).

A presença expressiva de acadêmicos do estado do Rio de Janeiro, que figura como a segunda maior origem entre os matriculados, está relacionada à atuação do 6º Distrito Naval, sediado no município de Ladário, e da Capitania Fluvial do Pantanal, em Corumbá. Tal fato deve-se à dinâmica da carreira militar na Marinha, que exige transferências periódicas dos servidores, geralmente entre 2 e 4 anos por localidade (Silva, 2017, p. 1).

Tabela 10 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em Ampla concorrência, Cotas, outras entradas e soma total, câmpus de Corumbá.

Estados/País de origem	Ampla Conc.		Cota		Outras entradas		Soma total	
	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.
Acre	0	0,00%	1	0,06%	36	4,47%	37	0,68%
Alagoas	12	0,42%	3	0,17%	4	0,50%	19	0,35%
Amazonas	15	0,53%	5	0,28%	4	0,50%	24	0,44%
Bahia	26	0,92%	25	1,42%	16	1,99%	67	1,24%
Ceará	32	1,13%	14	0,80%	7	0,87%	53	0,98%
Distrito Federal	12	0,42%	7	0,40%	5	0,62%	24	0,44%
Espírito Santo	11	0,39%	3	0,17%	3	0,37%	17	0,31%
Goiás	6	0,21%	4	0,23%	3	0,37%	13	0,24%
Maranhão	14	0,49%	6	0,34%	3	0,37%	23	0,43%
Mato Grosso	33	1,16%	15	0,85%	16	1,99%	64	1,18%
Mato Grosso do Sul	1942	68,43%	1389	78,88%	471	58,51%	3802	70,36%
Minas Gerais	53	1,87%	20	1,14%	16	1,99%	89	1,65%

Pará	42	1,48%	13	0,74%	10	1,24%	65	1,20%
Paraíba	4	0,14%	5	0,28%	3	0,37%	12	0,22%
Paraná	35	1,23%	10	0,57%	14	1,74%	59	1,09%
Pernambuco	40	1,41%	17	0,97%	12	1,49%	69	1,28%
Piauí	18	0,63%	2	0,11%	2	0,25%	22	0,41%
Rio de Janeiro	363	12,79%	128	7,27%	110	13,66%	601	11,12%
Rio Grande do Norte	16	0,56%	4	0,23%	12	1,49%	32	0,59%
Rio Grande do Sul	32	1,13%	12	0,68%	18	2,24%	62	1,15%
Rondônia	5	0,18%	1	0,06%	3	0,37%	9	0,17%
Roraima	3	0,11%	0	0,00%	0	0,00%	3	0,06%
Santa Catarina	1	0,04%	0	0,00%	1	0,12%	2	0,04%
São Paulo	114	4,02%	72	4,09%	32	3,98%	218	4,03%
Tocantins	4	0,14%	1	0,06%	0	0,00%	5	0,09%
Bolívia	2	0,07%	3	0,17%	3	0,37%	8	0,15%
Japão	1	0,04%		0,00%		0,00%	1	0,02%
Venezuela		0,00%		0,00%	1	0,12%	1	0,02%
Total	2836	100,00%	1760	100%	805	100,00%	5401	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

Quando comparado o número de matrículas após a implantação da lei de cotas, observa-se um leve aumento no número de acadêmicos do estado de Mato Grosso do Sul e uma diminuição no número de acadêmicos do estado de São Paulo (Tabela 11), seguindo o padrão geral da universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Tabela 11 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Corumbá.

Estado/País de origem	Ampla Conc.	
	Nºacad.	Porcen.
Acre	1	0,09%
Alagoas	2	0,18%
Amazonas	1	0,09%
Bahia	14	1,29%
Ceará	12	1,11%
Distrito Federal	5	0,46%
Espírito Santo	6	0,55%
Goiás	4	0,37%
Maranhão	9	0,83%
Mato Grosso	18	1,66%
Mato Grosso do Sul	678	62,49%
Minas Gerais	43	3,96%
Pará	14	1,29%

Paraíba	5	0,46%
Paraná	15	1,38%
Pernambuco	23	2,12%
Piauí	7	0,65%
Rio de Janeiro	147	13,55%
Rio Grande do Norte	13	1,20%
Rio Grande do Sul	8	0,74%
Rondônia	1	0,09%
Roraima	1	0,09%
Santa Catarina	5	0,46%
São Paulo	50	4,61%
Tocantins	1	0,09%
Bolívia	1	0,09%
Bulgária	1	0,09%
Total	1085	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

Ao analisar a distribuição espacial dos acadêmicos do câmpus de Corumbá, considerando os municípios de origem, observa-se que ele apresenta um tipo de distribuição regional dos acadêmicos (conforme Tabela 12), abrangendo principalmente os municípios de Corumbá (46,62%) e Ladário (6,15%) nos anos de 2011-2012, e Corumbá (57,88%) e Ladário (6,34%) do total de acadêmicos.

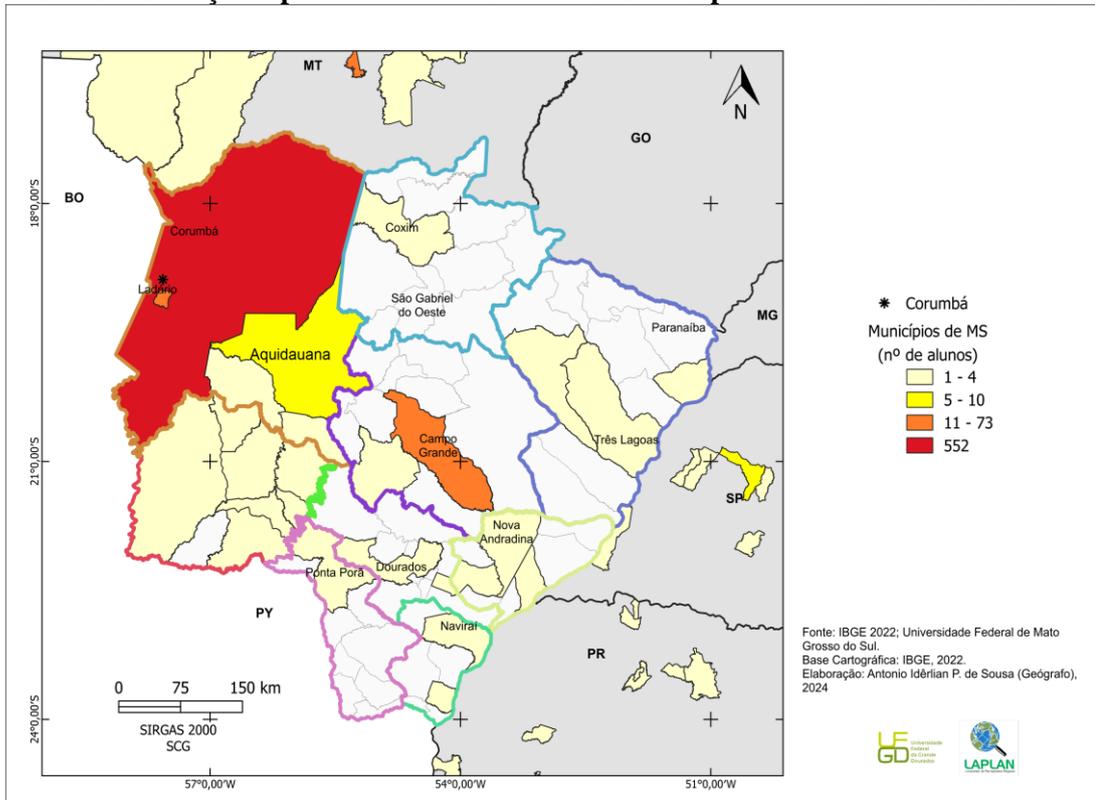
Tabela 12 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros câmpus de Corumbá.

Tipo de distribuição	2011-2012		2013-2021	
	Nº acadêmicos	Porcentagem	Nº acadêmicos	Porcentagem
Regional	626	52,78%	3434	64,22%
Estadual	95	8,01%	315	5,89%
Nacional	465	39,21%	1598	29,89%
Total	1186	100,00%	5347	100,00%

Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

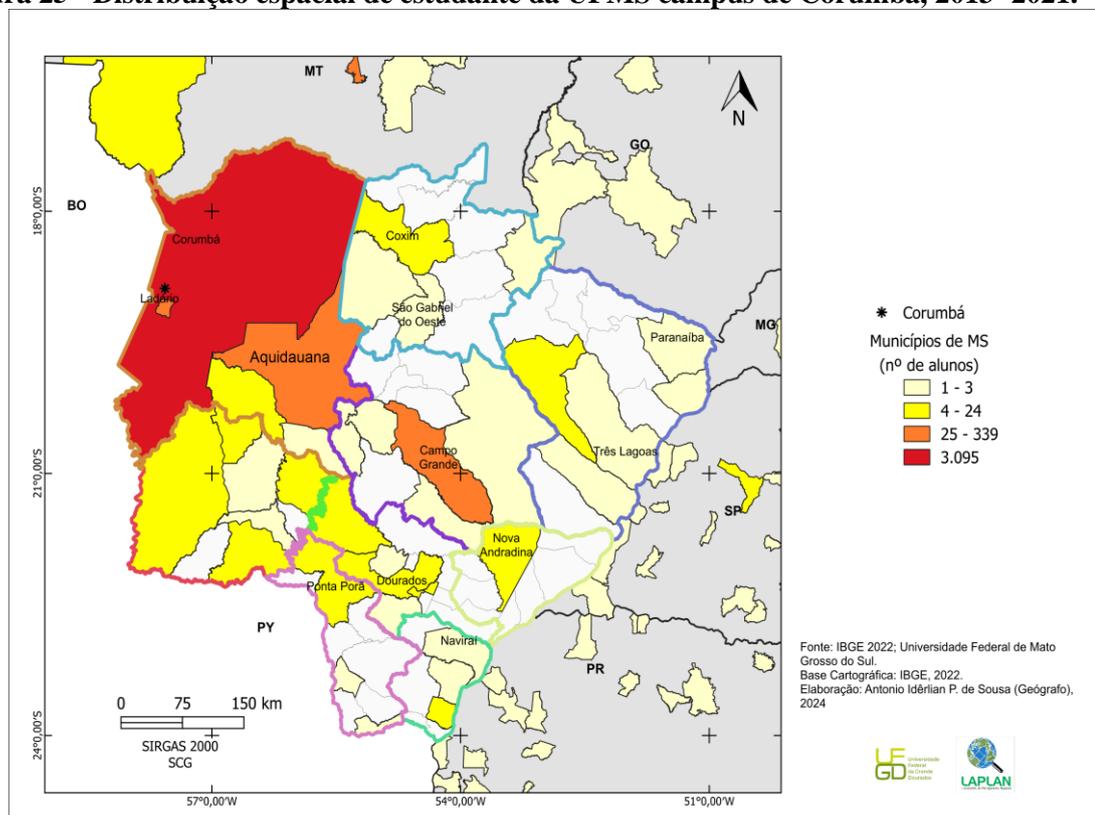
Devido à particularidade geográfica do município, localizado no extremo oeste da BR-262 e fazendo fronteira com a Bolívia, conforme ilustrado nas Figuras 24 e 25, também se observa um aumento na participação de acadêmicos locais, passando de 52,78% para 64,22% após a implementação da Lei de Cotas (Tabela 12).

Figura 24 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Corumbá 2011- 2012.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Figura 25 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Corumbá, 2013- 2021.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

3.4 Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus de Aquidauana

O câmpus de Aquidauana está localizado na região Centro-Oeste de Mato Grosso do Sul. Quando analisado em termos gerais, registrou que 87,56% de seus acadêmicos, entre os anos de 2013 e 2021, eram oriundos do próprio estado. Em seguida, destacam-se os estados de São Paulo, com 4,89%; Paraná, com 1,00%; Rio de Janeiro, com 0,97%; e Minas Gerais, com 0,85%, conforme a Tabela 13.

Ao analisar as Tabelas 13 e 14, observa-se que o estado de Mato Grosso do Sul apresentou um aumento de 2,77% no número de acadêmicos provenientes do próprio estado após a implementação da Lei de Cotas.

Segundo Maciulevicius (2023), Aquidauana é considerada a quarta cidade com maior população indígena no estado de Mato Grosso do Sul, com 9.428 indígenas entre seus 46.803 habitantes, o que representa cerca de 21% da população, de acordo com dados do IBGE (IBGE/Aquidauana, 2022). Ao analisar o quantitativo de matrículas de estudantes autodeclarados indígenas, a porcentagem aumentou de 4,81% no período de 2011-2012 para 22,04% entre 2013 e 2021 (UFMS/Números, 2023), indicando que a implementação da Lei de Cotas contribuiu para o acesso e a permanência dessa população no ensino superior.

Tabela 13 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em ampla concorrência, cotas, outras entradas e soma total, câmpus de Aquidauana.

Estados/País de origem	Ampla Conc.		Cota		Outras entradas		Soma total	
	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nº acad.	Porcent.
Acre	1	0,06%	1	0,08%	3	0,72%	5	0,15%
Alagoas	1	0,06%			1	0,24%	2	0,06%
Amapá			1	0,08%			1	0,03%
Amazonas					1	0,24%	1	0,03%
Bahia	7	0,39%	8	0,67%	2	0,48%	17	0,50%
Ceará	3	0,17%	4	0,34%	4	0,95%	11	0,32%
Distrito Federal	4	0,22%					4	0,12%
Goiás	5	0,28%	1	0,08%			6	0,18%
Maranhão	6	0,33%	2	0,17%	1	0,24%	9	0,26%
Mato Grosso	8	0,44%	11	0,93%	5	1,19%	24	0,70%
Mato Grosso do Sul	1572	86,80%	1077	90,73%	343	81,86%	2992	87,56%
Minas Gerais	12	0,66%	12	1,01%	5	1,19%	29	0,85%
Pará	9	0,50%	4	0,34%			13	0,38%
Paraíba	2	0,11%					2	0,06%
Paraná	22	1,21%	6	0,51%	6	1,43%	34	1,00%

Pernambuco	1	0,06%	2	0,17%	5	1,19%	8	0,23%
Piauí	4	0,22%			2	0,48%	6	0,18%
Rio de Janeiro	17	0,94%	7	0,59%	9	2,15%	33	0,97%
Rio Grande do Norte	3	0,17%	3	0,25%	1	0,24%	7	0,20%
Rio Grande do Sul	18	0,99%	3	0,25%	4	0,95%	25	0,73%
Rondônia	5	0,28%	1	0,08%			6	0,18%
Roraima	2	0,11%					2	0,06%
Santa Catarina	3	0,17%					3	0,09%
São Paulo	101	5,58%	40	3,37%	26	6,21%	167	4,89%
Sergipe			1	0,08%	1	0,24%	2	0,06%
Tocantins	2	0,11%	1	0,08%			3	0,09%
Myanmar	1	0,06%					1	0,03%
Japão	1	0,06%					1	0,03%
Portugal	1	0,06%					1	0,03%
Índia			1	0,08%			1	0,03%
Burundi			1	0,08%			1	0,03%
Total	1811	1	1187	100,00%	419	100,00%	3417	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

Tabela 14 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Aquidauana.

Estado/País de origem	Ampla concorrência	
	Nºacad.	Porcen.
Acre	2	0,22%
Amazonas	1	0,11%
Bahia	2	0,22%
Ceará	7	0,77%
Distrito Federal	2	0,22%
Goiás	1	0,11%
Maranhão	2	0,22%
Mato Grosso	11	1,21%
Mato Grosso do Sul	769	84,79%
Minas Gerais	9	0,99%
Pará	3	0,33%
Paraíba	2	0,22%
Paraná	9	0,99%
Pernambuco	4	0,44%
Piauí	2	0,22%
Rio de Janeiro	15	1,65%
Rio Grande do Norte	1	0,11%
Rio Grande do Sul	4	0,44%
Rondônia	2	0,22%
Santa Catarina	1	0,11%
São Paulo	58	6,39%
Total	907	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

Ao realizar a análise considerando o município de origem, observa-se que aproximadamente 80% dos acadêmicos do câmpus de Aquidauana têm origem em cidades próximas, o que sugere uma distribuição regional das matrículas para esse câmpus (conforme Tabela 15).

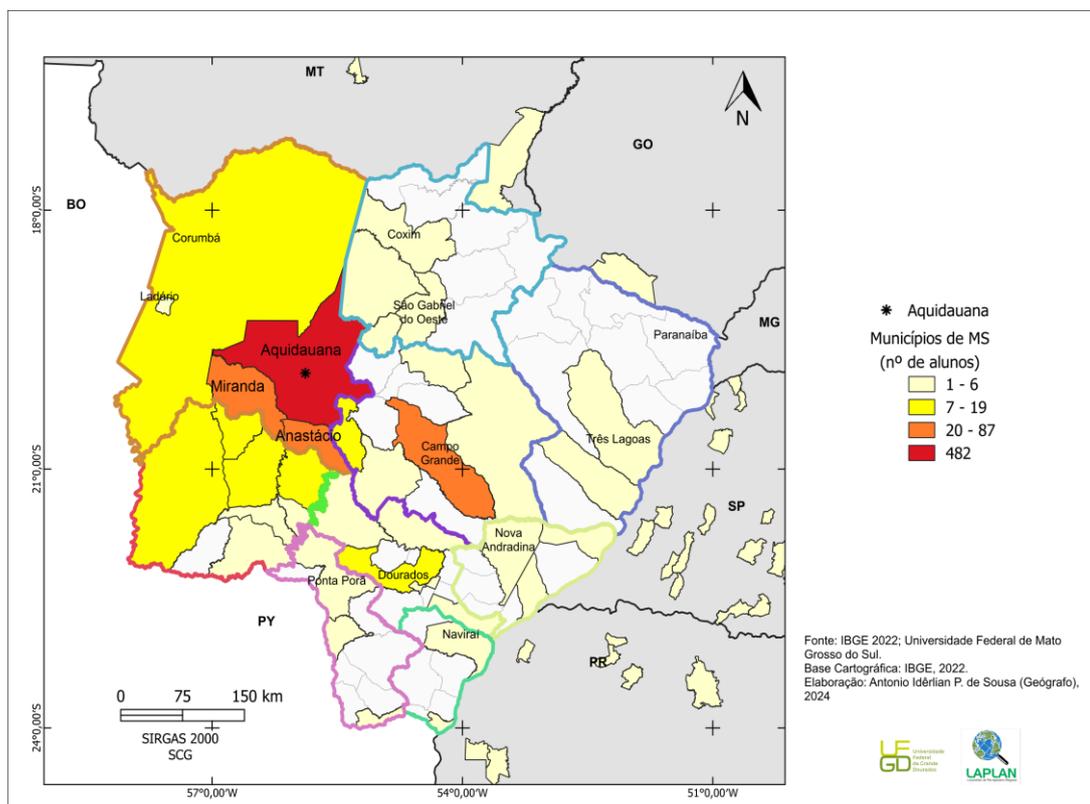
Tabela 15 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros Câmpus de Aquidauana.

Tipo de Distribuição	2011-2012		2013-2021	
	Nº acadêmicos	Porcentagem	Nº acadêmicos	Porcentagem
Regional	737	77,33%	2845	80,55%
Estadual	67	7,03%	224	6,34%
Nacional	149	15,63%	463	13,11%
Total	953	100,00%	3532	100,00%

Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

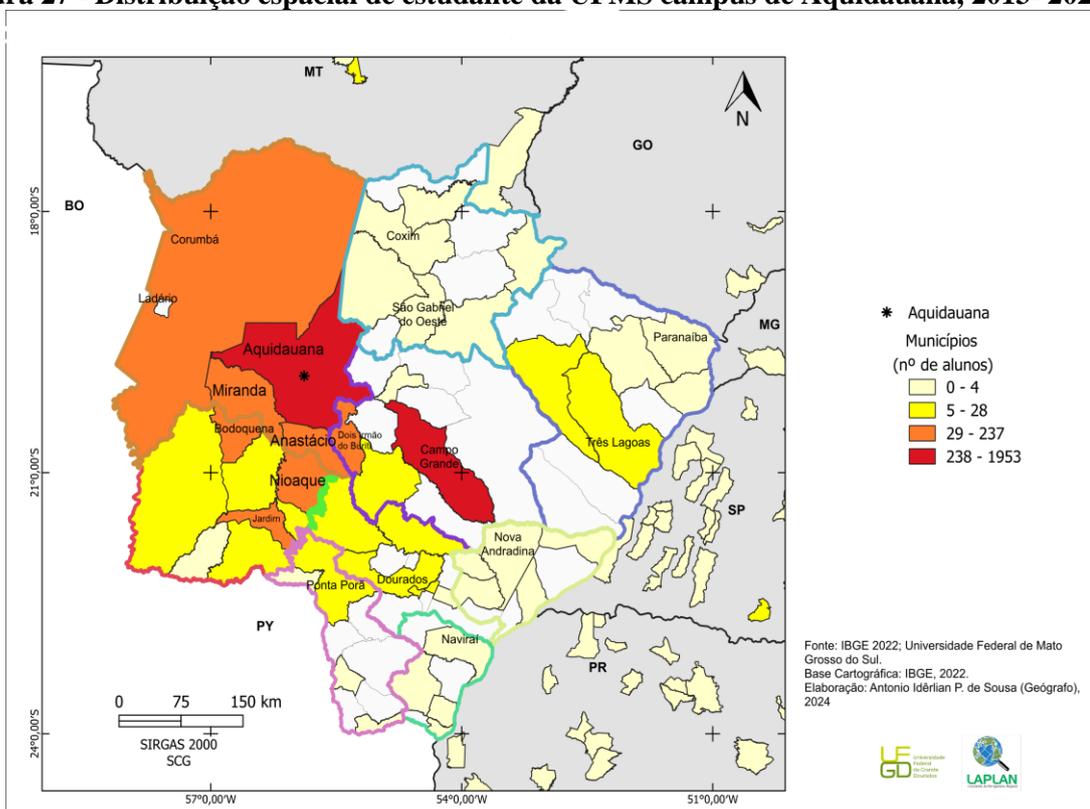
De acordo com as Figuras 26 e 27, pode-se inferir que a maioria dos acadêmicos é oriunda do município de Aquidauana. Ao desagregar os dados entre os municípios de Aquidauana e Anastácio, observa-se que essas localidades, frequentemente consideradas "cidades-irmãs", concentraram 59,71% das matrículas no período de 2013 a 2021 e 54,35% no período de 2011 a 2012.

Figura 26 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Aquidauana 2011- 2012.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Figura 27 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Aquidauana, 2013- 2021.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

3.5 Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus de Coxim

A cidade de Coxim está localizada na região norte do estado de Mato Grosso do Sul. Na análise apresentada, 73,78% dos acadêmicos matriculados no período de 2013 a 2021 são originários de Mato Grosso do Sul, seguidos pelos estados de São Paulo (6,39%), Mato Grosso (4,07%), Paraná (2,07%) e Rio de Janeiro (2,07%) (Tabela 16).

Ao avaliar a distribuição dos acadêmicos matriculados após a implementação da Lei de Cotas, observou-se um aumento de 0,61% no número de estudantes provenientes de Mato Grosso do Sul. Além disso, identificou-se crescimento na participação de acadêmicos oriundos dos estados de Mato Grosso e São Paulo (Tabelas 16 e 17).

Tabela 16 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em ampla concorrência, cotas, outras entradas e soma total, câmpus Coxim.

Estados/País de origem	Ampla Conc.		Cota		Outras entradas		Soma total	
	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.
Amazonas	1	0,17%	4	1,29%	4	1,29%	9	0,75%
Bahia	2	0,34%	2	0,65%	2	0,65%	6	0,50%
Ceará	10	1,70%	3	0,97%	3	0,97%	16	1,33%
Distrito Federal	3	0,51%	0		0	0,00%	3	0,25%
Espírito Santo	2	0,34%	3	0,97%	3	0,97%	8	0,66%
Goiás	7	1,19%	1	0,32%	1	0,32%	9	0,75%
Maranhão	6	1,02%	1	0,32%	1	0,32%	8	0,66%
Mato Grosso	23	3,92%	13	4,21%	13	4,21%	49	4,07%
Mato Grosso do Sul	435	74,11%	227	73,46%	227	73,46%	889	73,78%
Minas Gerais	9	1,53%	6	1,94%	6	1,94%	21	1,74%
Pará	2	0,34%	7	2,27%	7	2,27%	16	1,33%
Paraíba	2	0,34%	0		0	0,00%	2	0,17%
Paraná	9	1,53%	8	2,59%	8	2,59%	25	2,07%
Pernambuco	6	1,02%	3	0,97%	3	0,97%	12	1,00%
Piauí	2	0,34%	0	0,00%	0	0,00%	2	0,17%
Rio de Janeiro	11	1,87%	7	2,27%	7	2,27%	25	2,07%
Rio Grande do Norte	2	0,34%					2	0,17%
Rio Grande do Sul	7	1,19%					7	0,58%
Rondônia	4	0,68%	5	1,62%	5	1,62%	14	1,16%
Roraima	1	0,17%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,08%
São Paulo	41	6,98%	18	5,83%	18	5,83%	77	6,39%
Tocantins	2	0,34%	1	0,32%	1	0,32%	4	0,33%

Total	587	100,00%	309	100,00%	309	100,00%	1205	100,00%
-------	-----	---------	-----	---------	-----	---------	------	---------

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais

Tabela 17 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Coxim.

Estados/País de origem	Ampla Conc.	
	Nºacad.	Porcen.
Amazonas	1	0,30%
Bahia	3	0,91%
Ceará	4	1,22%
Goiás	2	0,61%
Maranhão	3	0,91%
Mato Grosso	8	2,44%
Mato Grosso do Sul	240	73,17%
Minas Gerais	7	2,13%
Pará	3	0,91%
Paraíba	2	0,61%
Paraná	9	2,74%
Pernambuco	6	1,83%
Rio de Janeiro	13	3,96%
Rio Grande do Sul	7	2,13%
Rondônia	2	0,61%
Santa Catarina	2	0,61%
São Paulo	14	4,27%
Sergipe	1	0,30%
Afeganistão	1	0,30%
Total	328	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais

Devido à sua localização interiorana, afastada das regiões mais populosas do Sul e Sudeste do país, Coxim registrou um maior percentual de acadêmicos provenientes do próprio estado (Tabela 18), exercendo uma atração regional sobre estudantes, com mais de 50% dos alunos oriundos de cidades próximas (Tabela 18).

Ao considerar o critério das cotas, verifica-se que o estado de Mato Grosso do Sul apresentou maior frequência de acadêmicos, o que indica a matrícula de estudantes tanto da cidade de Coxim quanto de municípios do seu entorno.

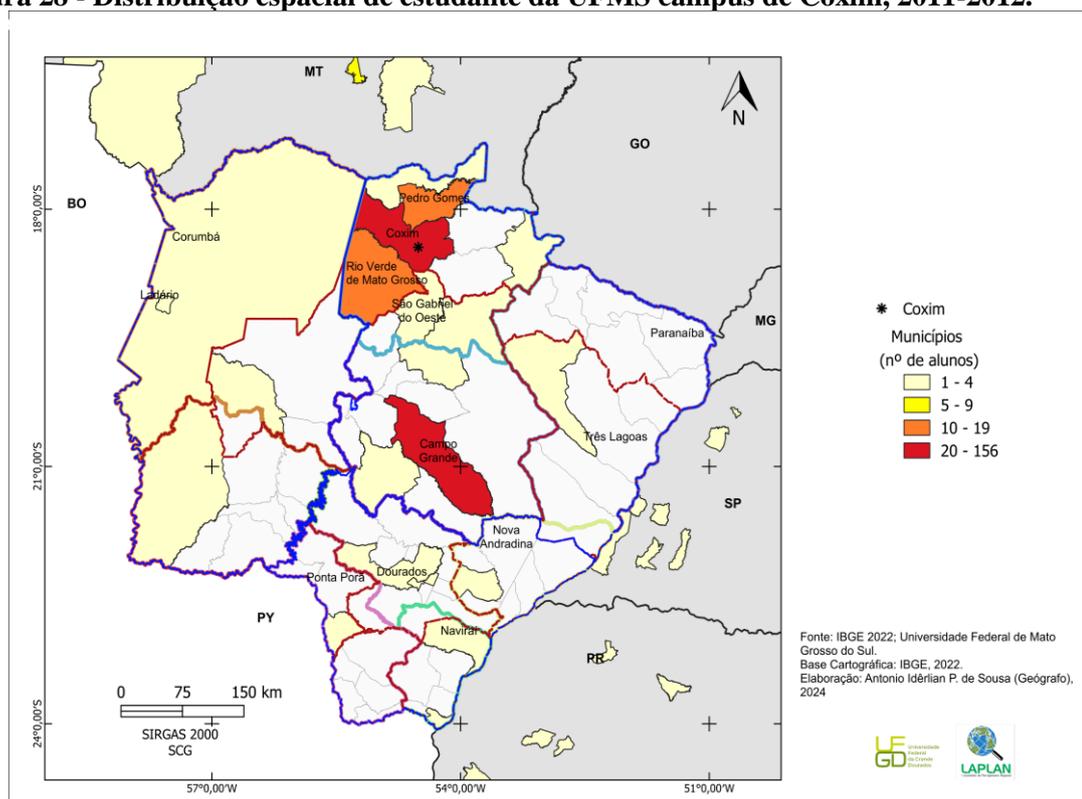
Tabela 18 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros, câmpus de Coxim.

Tipo de Distribuição	2011-2012		2013-2021	
	Nº acadêmicos	Porcentagem	Nº acadêmicos	Porcentagem
Regional	193	53,61%	692	58,74%
Estadual	59	16,39%	173	14,69%
Nacional	108	30,00%	313	26,57%
Total	360	100,00%	1178	100,00%

Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

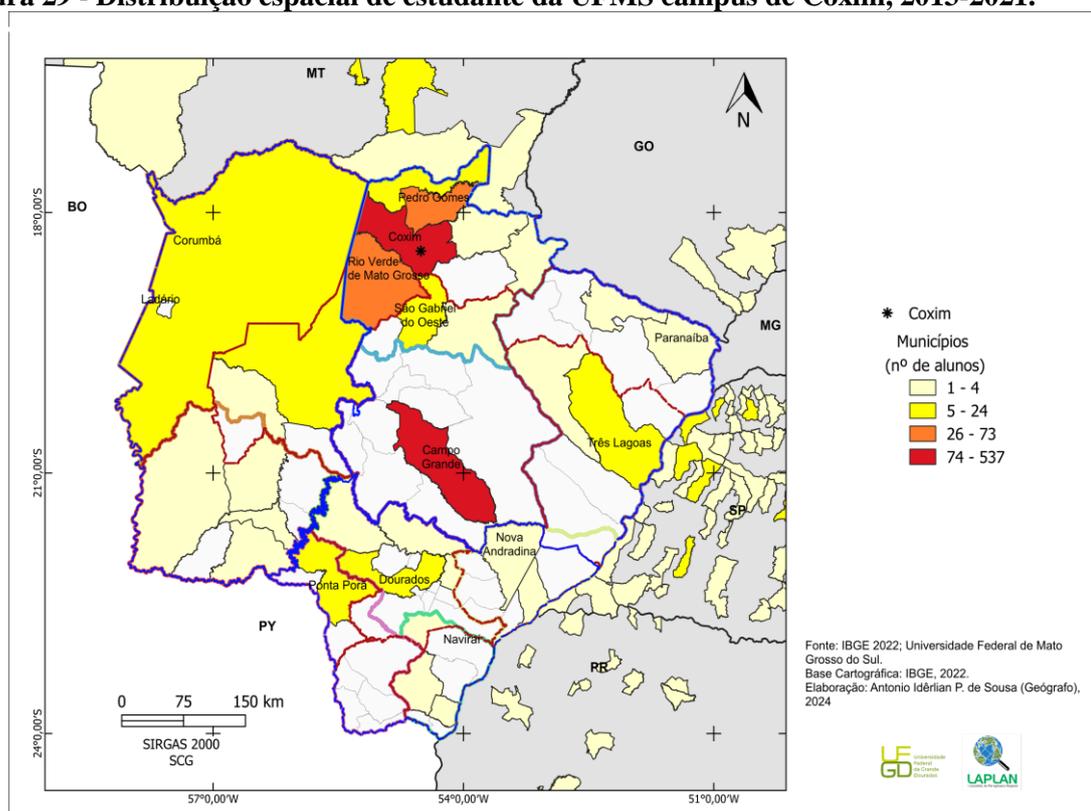
A análise das Figuras 28 e 29 confirma os dados apresentados na Tabela 18, evidenciando que a maioria dos acadêmicos tem origem na própria cidade de Coxim ou em cidades vizinhas, o que favorece a ocorrência de movimentos pendulares desses estudantes.

Figura 28 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Coxim, 2011-2012.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Figura 29 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Coxim, 2013-2021.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

3.6 Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do câmpus de Paranaíba

O câmpus de Paranaíba, ao ser avaliado quanto à distribuição dos acadêmicos por estado na categoria geral, no período de 2013 a 2021, apresentou 53,61% dos estudantes provenientes de Mato Grosso do Sul, seguido pelos estados de São Paulo (31,89%), Minas Gerais (3,85%), Mato Grosso (2,87%), Goiás (1,89%) e Paraná (1,64%), conforme a Tabela 19.

Ao analisar os dados após a implantação da Lei de Cotas, observa-se uma redução no número de acadêmicos oriundos de Mato Grosso do Sul. Essa diminuição está relacionada ao aumento da participação de estudantes de outros estados, os quais, anteriormente, não apresentavam registros de matrícula. No período de 2011 a 2012, conforme a Tabela 20, há registro de acadêmicos provenientes de apenas sete estados brasileiros. Já entre 2013 e 2021, segundo a Tabela 19, essa representatividade aumentou para 20 estados, além da presença de estudantes de mais quatro países — fato inexistente nos anos anteriores.

Tabela 19 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em Ampla concorrência, Cotas, outras entradas e soma total, câmpus de Paranaíba.

Estados/País de origem	Ampla Conc.		Cota		Outras entradas		Soma total	
	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.
Alagoas	1	0,15%	2	0,51%			3	0,25%
Bahia	7	1,04%	8	2,04%	1	0,66%	16	1,31%
Ceará	1	0,15%					1	0,08%
Distrito Federal	2	0,30%	1	0,25%			3	0,25%
Espírito Santo	2	0,30%	2	0,51%	2	1,32%	6	0,49%
Goiás	5	0,74%	12	3,05%	6	3,95%	23	1,89%
Maranhão			2	0,51%			2	0,16%
Mato Grosso	18	2,67%	9	2,29%	8	5,26%	35	2,87%
Mato Grosso do Sul	366	54,22%	203	51,65%	85	55,92%	654	53,61%
Minas Gerais	20	2,96%	22	5,60%	5	3,29%	47	3,85%
Pará			1	0,25%			1	0,08%
Paraíba	1	0,15%			1	0,66%	2	0,16%
Paraná	8	1,19%	9	2,29%	3	1,97%	20	1,64%
Pernambuco	1	0,15%					1	0,08%
Piauí			1	0,25%			1	0,08%
Rio de Janeiro	3	0,44%	1	0,25%	1	0,66%	5	0,41%
Rondônia	1	0,15%					1	0,08%
Santa Catarina	2	0,30%					2	0,16%
São Paulo	231	34,22%	120	30,53%	38	25,00%	389	31,89%
Tocantins	1	0,15%					1	0,08%
Japão	3	0,44%			1	0,66%	4	0,33%
Paraguai	1	0,15%					1	0,08%
Peru	1	0,15%					1	0,08%
Portugal					1	0,66%	1	0,08%
Total	675	100,00%	393	100,00%	152	100,00%	1220	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais

Tabela 20 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Paranaíba.

Estados/País de origem	Ampla Conc.	
	Nºacad.	Porcen.
Alagoas	1	1,30%
Mato Grosso	4	5,19%
Mato Grosso do Sul	54	70,13%
Minas Gerais	1	1,30%
Piauí	1	1,30%
Rondônia	1	1,30%
São Paulo	15	19,48%

Total	77	100,00%
-------	----	---------

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

Quando se realiza a análise considerando a distribuição acadêmica por municípios, a distribuição de acadêmicos classifica-se como regional (conforme Tabelas 21).

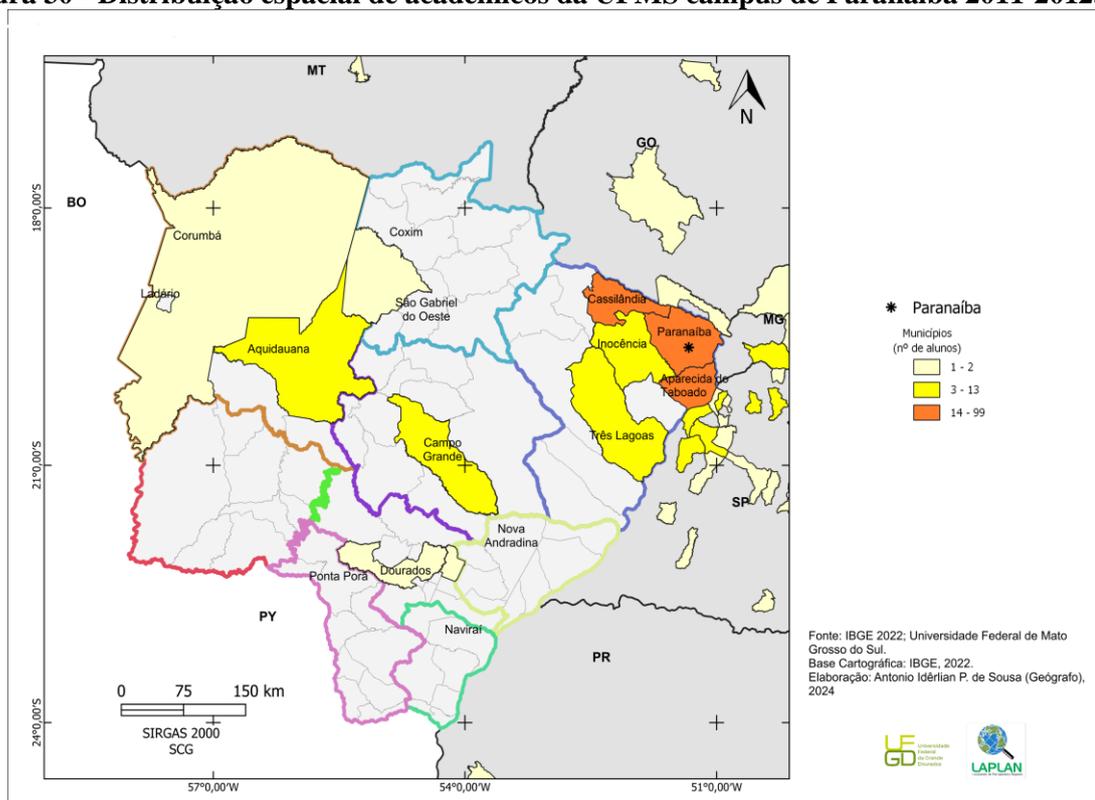
Tabela 21 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros Câmpus de Paranaíba.

Tipo de Distribuição	2011-2013		2013-2021	
	Nº acadêmicos	Porcentagem	Nº acadêmicos	Porcentagem
Regional	168	59,79%	702	58,55%
Estadual	14	4,98%	48	4,00%
Nacional	99	35,23%	449	37,45%
Total	281	100,00%	1199	100,00%

Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

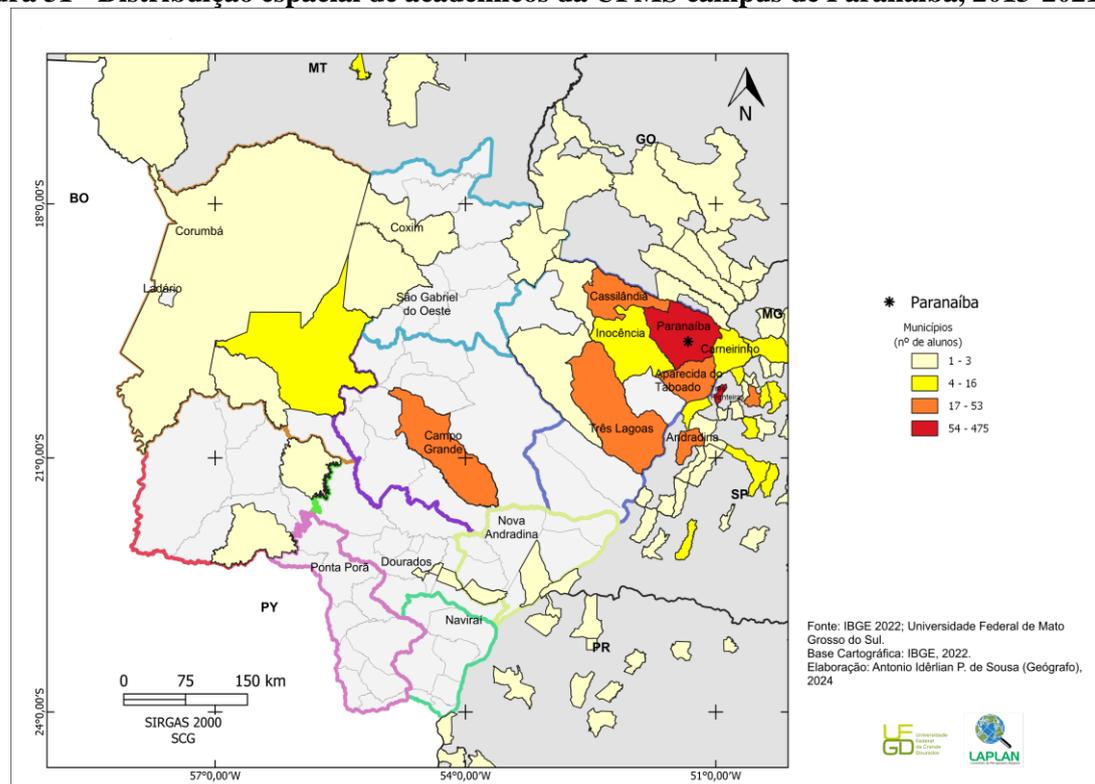
Esses resultados podem ser explicados pela localização da cidade de Paranaíba, situada na região leste do estado de Mato Grosso do Sul, próxima às divisas com os estados de Minas Gerais e São Paulo. Nas Figuras 30 e 31, observa-se a distribuição das cidades circunvizinhas, sendo que 59,79% dos acadêmicos (Tabela 21) têm origem em Paranaíba ou em municípios próximos, o que favorece a ocorrência de movimentos pendulares desses estudantes em direção à UFMS.

Figura 30 - Distribuição espacial de acadêmicos da UFMS câmpus de Paranaíba 2011-2012.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Figura 31 - Distribuição espacial de acadêmicos da UFMS câmpus de Paranaíba, 2013-2021.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

3.7 Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus de Chapadão do Sul

O câmpus de Chapadão do Sul, considerando o total de matrículas, apresentou 45,91% de seus acadêmicos oriundos do estado de Mato Grosso do Sul, seguido pelos estados de São Paulo (21,83%), Goiás (8,00%), Paraná (4,70%), Mato Grosso (3,57%) e Minas Gerais (3,01%) (Tabela 22). O perfil do câmpus difere dos demais da UFMS, por ser o único que oferece todos os seus cursos na modalidade de bacharelado — dois na área agrária, voltados para atender às demandas da região agrícola, e um terceiro na área de gestão, com foco na expansão do comércio e da indústria local.

Ao analisar os dados anteriores e posteriores à implantação da Lei de Cotas, observa-se um aumento de 2,36% na proporção de acadêmicos oriundos de Mato Grosso do Sul, além de uma redução de 8,28% na participação de estudantes provenientes de São Paulo. Considerando apenas os dados após a implantação da política de cotas, Mato Grosso do Sul concentra 41,74% dos acadêmicos, seguido por São Paulo (21,29%), Goiás (8,68%), Minas Gerais (4,76%) e Paraná (4,76%) (Tabelas 22 e 23).

Esses resultados indicam uma maior participação de estudantes locais, o que reduz os fluxos de mobilidade estudantil e favorece o ingresso de acadêmicos da própria região na disputa por vagas.

Tabela 22 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em ampla concorrência, cotas, outras entradas e soma total, câmpus Chapadão do Sul.

Estados/País de origem	Ampla Conc.		Cota		Outras entradas		Soma total	
	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.
Acre					3	2,54%	3	0,28%
Alagoas	11	1,87%	10	2,80%	0	0,00%	21	1,98%
Bahia	3	0,51%	7	1,96%	2	1,69%	12	1,13%
Ceará	2	0,34%	2	0,56%			4	0,38%
Distrito Federal	2	0,34%					2	0,19%
Goiás	47	7,99%	31	8,68%	7	5,93%	85	8,00%
Maranhão	6	1,02%	6	1,68%	1	0,85%	13	1,22%
Mato Grosso	20	3,40%	13	3,64%	5	4,24%	38	3,57%
Mato Grosso do Sul	280	47,62%	149	41,74%	59	50,00%	488	45,91%
Minas Gerais	12	2,04%	17	4,76%	3	2,54%	32	3,01%
Pará	5	0,85%	6	1,68%	1	0,85%	12	1,13%
Paraná	27	4,59%	17	4,76%	6	5,08%	50	4,70%
Pernambuco	5	0,85%	6	1,68%			11	1,03%

Piauí	2	0,34%	1	0,28%			3	0,28%
Rio de Janeiro	4	0,68%	1	0,28%			5	0,47%
Rio Grande do Norte	4	0,68%					4	0,38%
Rio Grande do Sul	15	2,55%	10	2,80%	3	2,54%	28	2,63%
Rondônia	3	0,51%	2	0,56%			5	0,47%
Santa Catarina	3	0,51%	2	0,56%	3	2,54%	82	0,75%
São Paulo	133	22,62%	76	21,29%	23	19,49%	232	21,83%
Sergipe					1	0,85%	1	0,09%
Tocantins	1	0,17%	1	0,28%			2	0,19%
Benin					1	0,85%	1	0,09%
Japão	2	0,34%					2	0,19%
Bolívia	1	0,17%					1	0,09%
Total	588	100,00%	357	100,00%	118	100,00%	1063	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

Tabela 23 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Chapadão do Sul.

Estados/País de origem	Ampla Conc.	
	Nºacad.	Porcen.
Acre	1	0,54%
Bahia	1	0,54%
Goiás	13	6,99%
Mato Grosso	1	0,54%
Mato Grosso do Sul	81	43,55%
Minas Gerais	9	4,84%
Paraná	12	6,45%
Pernambuco	1	0,54%
Rio de Janeiro	1	0,54%
Rio Grande do Sul	4	2,15%
Rondônia	5	2,69%
São Paulo	56	30,11%
Tocantins	1	0,54%
Total	186	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

Ao analisar a distribuição dos acadêmicos segundo os municípios de origem, observa-se que o câmpus de Chapadão do Sul apresenta uma configuração de alcance nacional, com aproximadamente 50% dos estudantes provenientes de cidades localizadas em outros estados brasileiros (Tabela 24; Figuras 32 e 33).

Tabela 24 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros Câmpus de Chapadão do Sul.

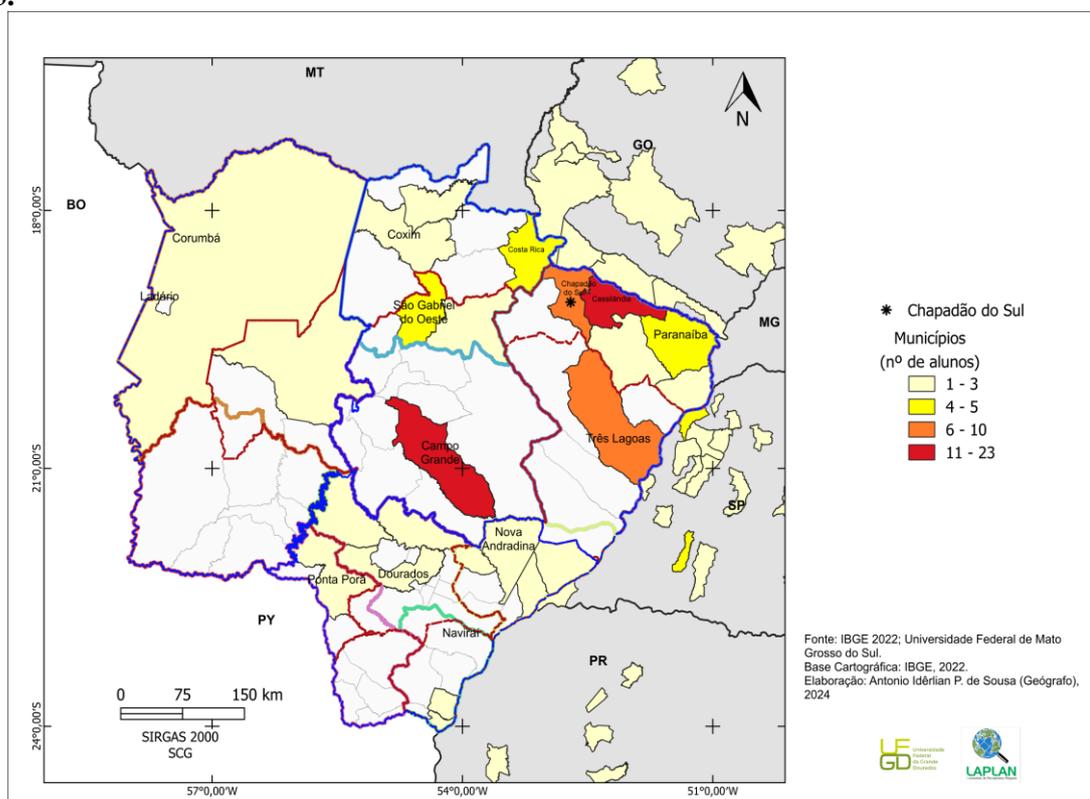
Tipo de distribuição	2011-2012		2013-2021	
	Nº acadêmicos	Porcentagem	Nº acadêmicos	Porcentagem
Regional	29	14,80%	276	26,14%
Estadual	63	32,14%	256	24,24%
Nacional	104	53,06%	524	49,62%
Total	186	100,00%	1056	100,00%

Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Obs: Para análise dos anos de 2013 a 2021, foram desconsiderados 7 registros que não apresentaram a cidade de origem.

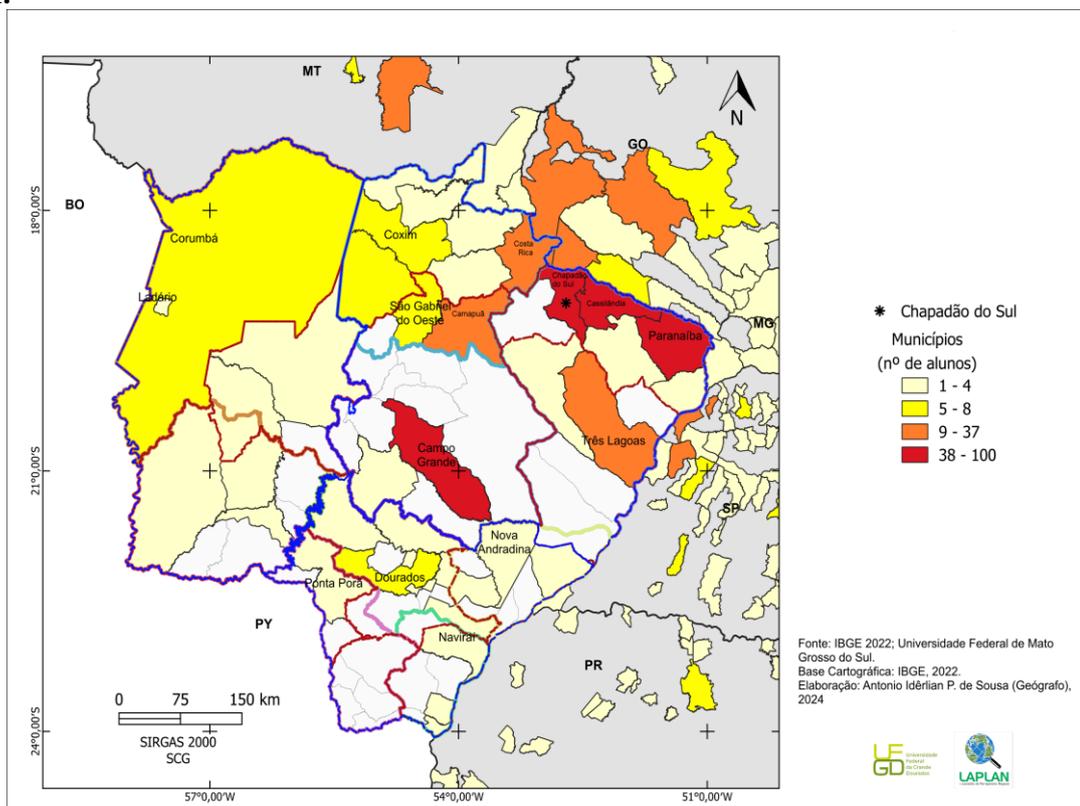
Apesar de o município de Campo Grande apresentar um quantitativo de matrículas semelhante ao de Chapadão do Sul, esse número não foi suficiente para alterar a classificação do câmpus quanto à abrangência territorial da origem dos acadêmicos.

Figura 32 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Chapadão do Sul, 2011-2013.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Figura 33 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Chapadão do Sul, 2013-2021.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

3.8 Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus Nova Andradina

Ao analisar os resultados da Tabela 25, observa-se que o câmpus de Nova Andradina apresentou 67% de seus acadêmicos oriundos do estado de Mato Grosso do Sul, seguido pelos estados de São Paulo (22,54%), Paraná (4,48%) e Minas Gerais (1,12%).

A comparação entre as Tabelas 25 e 26, que apresentam os dados antes e após a implantação da Lei de Cotas, revela um aumento de 4,04% na participação de acadêmicos de Mato Grosso do Sul e uma redução de 1,53% e 1,54% nas proporções de estudantes oriundos de São Paulo e do Paraná, respectivamente. Esses dados indicam que, após a implementação da política de cotas, houve uma diminuição na presença de acadêmicos de outros estados e um crescimento da participação local.

Tais resultados sugerem que, ao ampliar o acesso de estudantes oriundos da escola pública à universidade, a política de cotas contribuiu para a redução dos fluxos de mobilidade estudantil, favorecendo o ingresso de acadêmicos do próprio estado de Mato Grosso do Sul.

Tabela 25 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em ampla concorrência, cotas, outras entradas e soma total, câmpus de Nova Andradina.

Estados/País de origem	Ampla Conc.		Cota		Outras entradas		Soma total	
	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.
Acre					1	0,70%	1	0,12%
Alagoas	1	0,47%	1	0,22%			2	0,25%
Bahia	1	0,47%	2	0,45%			3	0,37%
Ceará			1	0,22%			1	0,12%
Distrito Federal			1	0,22%			1	0,12%
Goiás	1	0,47%			1	0,70%	2	0,25%
Maranhão			1	0,22%			1	0,12%
Mato Grosso	1	0,47%	6	1,35%	1	0,70%	8	1,00%
Mato Grosso do Sul	136	63,26%	309	69,44%	93	65,03%	538	67,00%
Minas Gerais	2	0,93%	6	1,35%	1	0,70%	9	1,12%
Pará			1	0,22%			1	0,12%
Paraná	13	6,05%	12	2,70%	11	7,69%	36	4,48%
Pernambuco	1	0,47%			1	0,70%	2	0,25%
Piauí	1	0,47%	1	0,22%			2	0,25%
Rio de Janeiro	3	1,40%	1	0,22%	1	0,70%	5	0,62%
Rio Grande do Norte					1	0,70%	1	0,12%
Rondônia			1	0,22%			1	0,12%
Santa Catarina	2	0,93%	4	0,90%			6	0,75%
São Paulo	52	24,19%	97	21,80%	32	22,38%	181	22,54%
Sergipe	1	0,47%					1	0,12%
Tocantins			1	0,22%			1	0,12%
Total	215	100,00%	445	100,00%	143	100,00%	803	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

Tabela 26 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Nova Andradina.

Estados/País de origem	Ampla Conc.	
	Nºacad.	Porcen.
Alagoas	1	0,46%
Bahia	1	0,46%
Goiás	1	0,46%
Mato Grosso	1	0,46%
Mato Grosso do Sul	136	62,96%
Minas Gerais	2	0,93%
Paraná	13	6,02%
Pernambuco	1	0,46%
Piauí	1	0,46%
Rio de Janeiro	3	1,39%

Santa Catarina	2	0,93%
São Paulo	52	24,07%
Sergipe	1	0,46%
Republica dominicana	1	0,46%
Total	216	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

Ao analisar a Tabela 27, observa-se um aumento na proporção de acadêmicos oriundos do estado de Mato Grosso do Sul no período posterior à implantação da Lei de Cotas, passando de 54,23% para 64,04%, o que representa um acréscimo de quase 10 pontos percentuais.

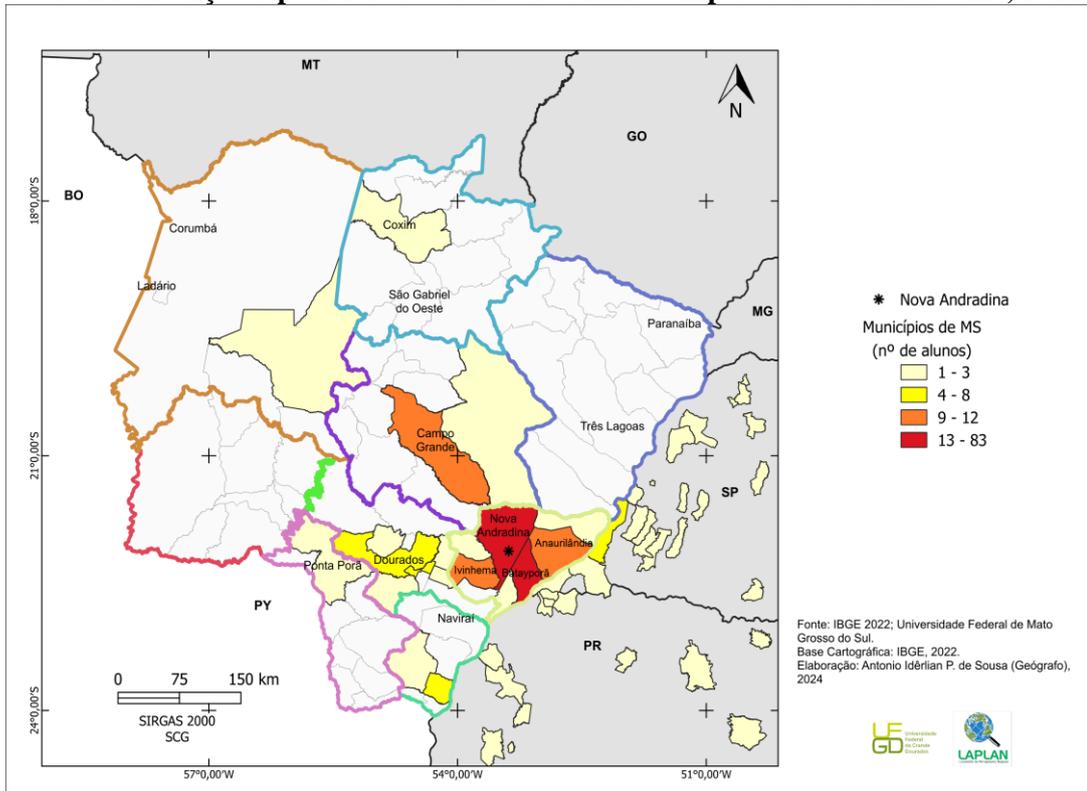
Tabela 27 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros Câmpus de Nova Andradina.

Tipo de distribuição	2011-2012		2013-2021	
	Nº acadêmicos	Porcentagem	Nº acadêmicos	Porcentagem
Regional	141	54,23%	805	64,04%
Estadual	32	12,31%	86	6,84%
Nacional	87	33,46%	366	29,12%
Total	260	100,00%	1257	100,00%

Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

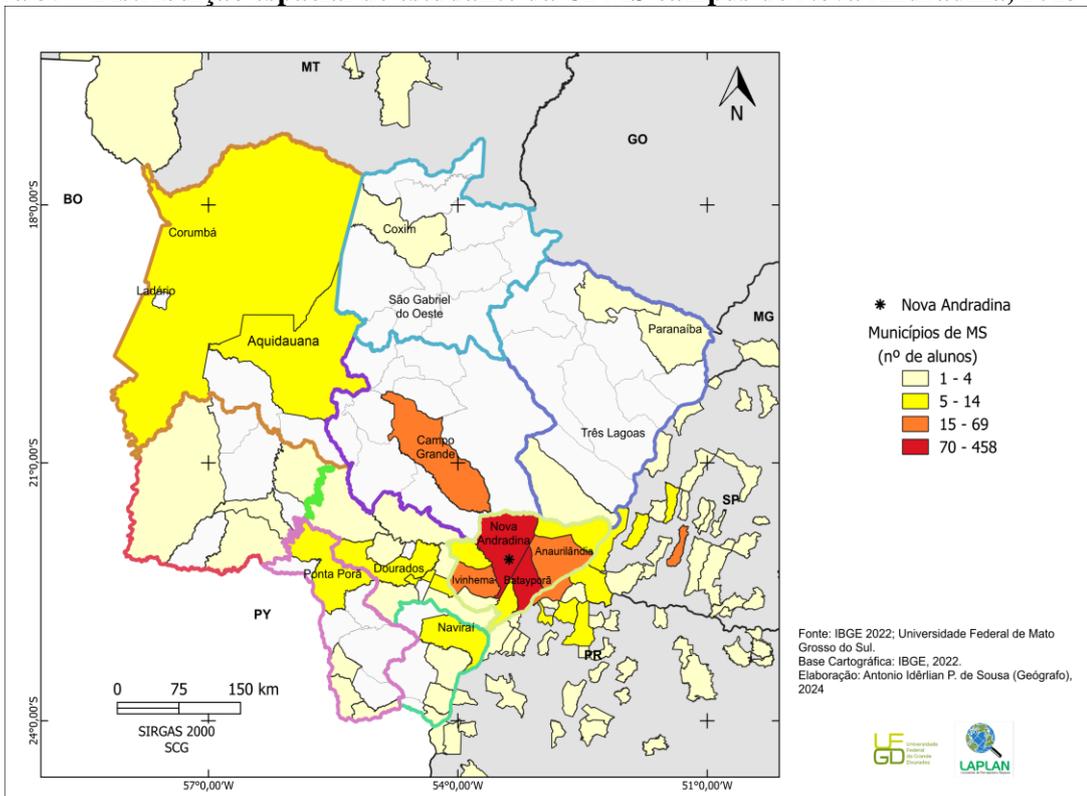
A partir de 2013, conforme os resultados obtidos, o câmpus de Nova Andradina passou a apresentar um perfil de atendimento regional, com 64,04% de seus acadêmicos provenientes de cidades próximas. Essa distribuição ultrapassa os limites do estado, abrangendo também áreas dos estados de São Paulo e Paraná, conforme ilustrado nas Figuras 34 e 35.

Figura 34 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Nova Andradina, 2011-2012.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Figura 35 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Nova Andradina, 2013-2021.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

3.9 Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus de Naviraí

No câmpus de Naviraí, ao se analisar os resultados da Tabela 28, observa-se que 73,61% dos acadêmicos matriculados são originários do estado de Mato Grosso do Sul, seguido pelos estados de São Paulo e Paraná, ambos com 7,90%, Mato Grosso com 4,25% e Minas Gerais com 0,52%. Ao comparar esses dados com os da Tabela 29, verifica-se um aumento de 7,25% na participação de acadêmicos oriundos de Mato Grosso do Sul, enquanto São Paulo apresentou uma redução de 0,86% e o Paraná, uma diminuição de 6,39% no total de acadêmicos matriculados.

Observa-se, ainda, uma maior participação de acadêmicos oriundos de outros estados e de outros países no período posterior à implementação da Lei de Cotas, em comparação com os anos anteriores.

Tabela 28 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em ampla concorrência, cotas, outras entradas e soma total, câmpus de Naviraí.

Estados/País de origem	Ampla Conc.		Cota		Outras entradas		Soma total	
	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.
Acre			1	0,25%	2	2,47%	3	0,26%
Alagoas	3	0,45%	3	0,75%			6	0,52%
Amazonas	1	0,15%					1	0,09%
Bahia	2	0,30%	3	0,75%			5	0,43%
Ceará					2	2,47%	2	0,17%
Distrito Federal	6	0,89%	1	0,25%			7	0,61%
Espírito Santo	1	0,15%					1	0,09%
Goiás			1	0,25%	3	3,70%	4	0,35%
Maranhão	2	0,30%	1	0,25%			3	0,26%
Mato Grosso	14	2,08%	28	7,04%	7	8,64%	49	4,25%
Mato Grosso do Sul	518	76,97%	284	71,36%	46	56,79%	848	73,61%
Minas Gerais	4	0,59%	1	0,25%	1	1,23%	6	0,52%
Pará	1	0,15%	1	0,25%	1	1,23%	3	0,26%
Paraíba	1	0,15%					1	0,09%
Paraná	48	7,13%	34	8,54%	9	11,11%	91	7,90%
Pernambuco	2	0,30%	1	0,25%			3	0,26%
Rio de Janeiro	6	0,89%	1	0,25%			7	0,61%
Rio Grande do Sul					3	3,70%	3	0,26%

Rondônia	6	0,89%	3	0,75%			9	0,78%
Santa Catarina	1	0,15%	1	0,25%			2	0,17%
São Paulo	53	7,88%	32	8,04%	6	7,41%	91	7,90%
Sergipe	1	0,15%	2	0,50%	1	1,23%	4	0,35%
Paraguai	2	0,30%					2	0,17%
Japão	1	0,15%					1	0,09%
Total	673	100,00%	398	100,00%	81	100,00%	1152	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais

Tabela 29 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Naviraí.

Estados/País de origem	Ampla Conc.	
	Nºacad.	Porcen.
Acre	2	0,92%
Alagoas	1	0,46%
Bahia	2	0,92%
Distrito Federal	3	1,38%
Mato Grosso	3	1,38%
Mato Grosso do Sul	144	66,36%
Minas Gerais	6	2,76%
Pará	2	0,92%
Paraná	31	14,29%
Pernambuco	1	0,46%
Piauí	1	0,46%
Rio Grande do Sul	1	0,46%
Rondônia	1	0,46%
São Paulo	19	8,76%
Total	217	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

Ao analisar a Tabela 30, observa-se um aumento no número de acadêmicos originários do estado de Mato Grosso do Sul após a implantação da Lei de Cotas. O câmpus de Naviraí é caracterizado por um atendimento regional: no período de 2013 a 2021, 61,44% dos seus acadêmicos são provenientes de cidades próximas.

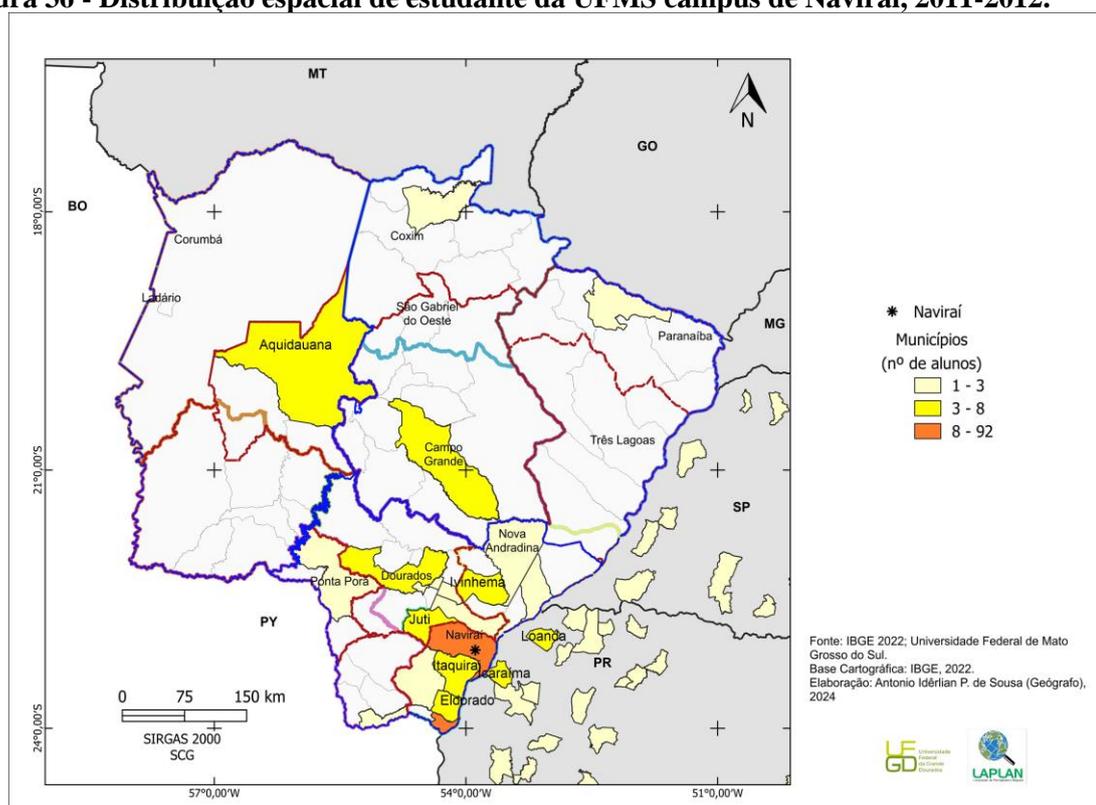
Tabela 30 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros Câmpus de Naviraí.

Tipo de distribuição	2011-2013		2013-2021	
	Nº acadêmicos	Porcentagem	Nº acadêmicos	Porcentagem
Regional	121	52,16%	706	61,44%
Estadual	32	13,79%	161	14,01%
Nacional	79	34,05%	282	24,54%
Total	232	100,00%	1149	100,00%

Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

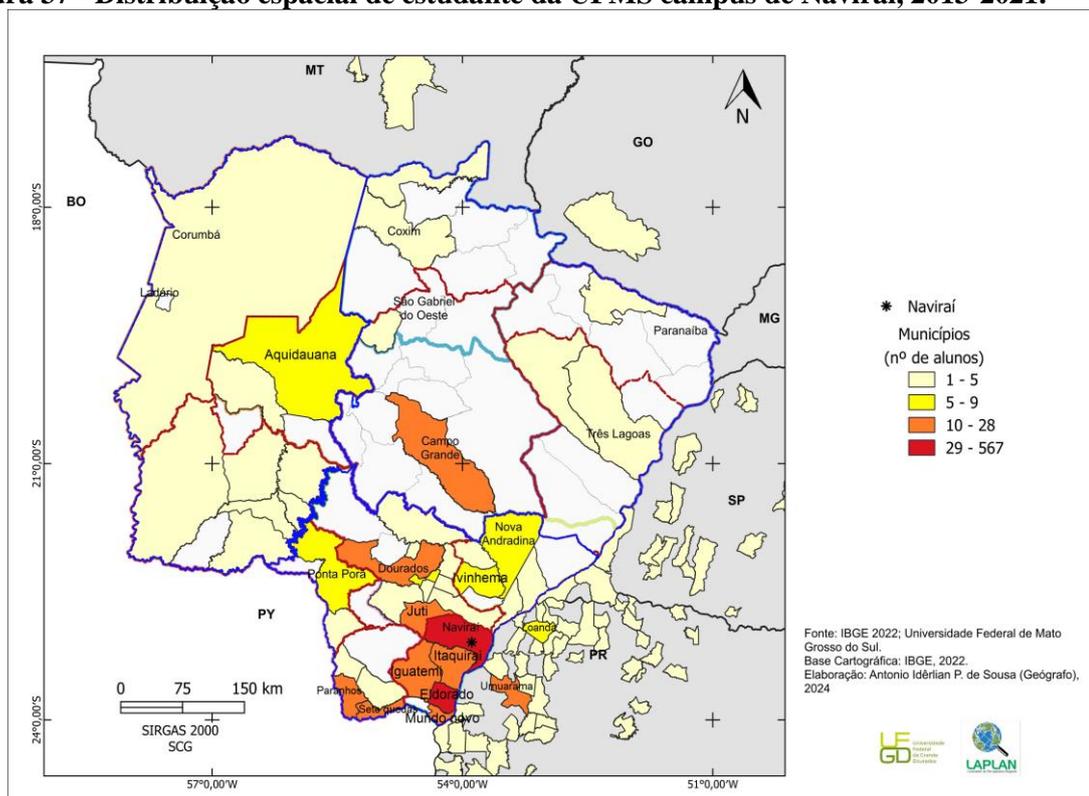
Nos mapas das Figuras 36 e 37, observa-se a influência da distribuição dos acadêmicos em relação à origem nas cidades vizinhas do estado de Mato Grosso do Sul, principalmente dos estados do Paraná e São Paulo, reafirmando, em escala de câmpus, que a distância é um fator determinante na escolha do câmpus.

Figura 36 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Naviraí, 2011-2012.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Figura 37 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Naviraí, 2013-2021.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

3.10 Análise da distribuição por origem das matrículas de acadêmicos do Câmpus de Ponta Porã

No câmpus de Ponta Porã, ao analisar os resultados da Tabela 31, observa-se que a soma total de acadêmicos matriculados é composta por 72,77% de estudantes originários do estado de Mato Grosso do Sul, seguidos por São Paulo (7,70%), Mato Grosso (5,83%), Paraná (2,59%), Minas Gerais (1,94%) e Rio de Janeiro (1,70%). Ao comparar as Tabelas 31 e 32, observa-se um aumento de 4,91% nos acadêmicos do estado de Mato Grosso do Sul e de 2,66% no estado de Mato Grosso, além de diminuições de 1,43% em São Paulo, 1,78% no Paraná, 1,81% em Minas Gerais e 3,32% no Rio Grande do Sul. No critério de cotas, Mato Grosso do Sul representa 66,76%, seguido por Mato Grosso com 12,33%, São Paulo com 9,38%, Paraná com 2,68% e Minas Gerais com 1,88%. Para o critério de ampla concorrência, Mato Grosso do Sul concentra 78,58% dos acadêmicos matriculados, seguido por São Paulo (7,10%), Paraná (2,76%), Minas Gerais (1,97%) e Mato Grosso (1,31%).

Esses resultados indicam que o câmpus de Ponta Porã, após a adesão à Lei de Cotas, obteve um aumento no número de acadêmicos originários do estado de Mato Grosso do Sul. Ao

avaliar o número de estados com registro de acadêmicos matriculados, observa-se um crescimento na participação de acadêmicos de outros estados. Em 2011 e 2012 (Tabela 32), havia registro de acadêmicos de 17 estados diferentes; esse total subiu para 23 no período de 2013 a 2021 (Tabela 31).

Tabela 31 - Número de matrícula de estudante nos anos de 2013 a 2021 por localidade de origem, considerando matrículas em ampla concorrência, cotas, outras entradas e soma total, câmpus de Ponta Porã.

Estados/País de origem	Ampla Conc.		Cota		Outras entradas		Soma total	
	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.	Nºacad.	Porcen.
Acre					1	1,00%	1	0,08%
Amazonas	1	0,13%			1	1,00%	2	0,16%
Bahia	6	0,79%	1	0,27%			7	0,57%
Ceará	3	0,39%	2	0,54%	1	1,00%	6	0,49%
Distrito Federal	4	0,53%	1	0,27%	1	1,00%	6	0,49%
Goiás	3	0,39%	2	0,54%			5	0,41%
Maranhão	4	0,53%	2	0,54%	3	3,00%	9	0,73%
Mato Grosso	10	1,31%	46	12,33%	16	16,00%	72	5,83%
Mato Grosso do Sul	598	78,58%	249	66,76%	51	51,00%	898	72,77%
Minas Gerais	15	1,97%	7	1,88%	2	2,00%	24	1,94%
Pará	6	0,79%	2	0,54%	2	2,00%	10	0,81%
Paraíba	2	0,26%			1	1,00%	3	0,24%
Paraná	21	2,76%	10	2,68%	1	1,00%	32	2,59%
Pernambuco	1	0,13%			1	1,00%	2	0,16%
Piauí	2	0,26%					2	0,16%
Rio de Janeiro	11	1,45%	5	1,34%	5	5,00%	21	1,70%
Rio Grande do Norte	1	0,13%					1	0,08%
Rio Grande do Sul	5	0,66%	1	0,27%	2	2,00%	8	0,65%
Rondônia	6	0,79%	3	0,80%	1	1,00%	10	0,81%
Roraima			1	0,27%	1	1,00%	2	0,16%
Santa Catarina	1	0,13%			3	3,00%	4	0,32%
São Paulo	54	7,10%	35	9,38%	6	6,00%	95	7,70%
Sergipe	1	0,13%					1	0,08%
Tocantins	1	0,13%	5	1,34%			6	0,49%
Paraguai	5	0,66%					5	0,41%
China			1	0,27%			1	0,08%
Portugal					1	1,00%	1	0,08%
Total	761	100,00%	373	100,00%	100	100,00%	1234	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023 as 21:28.

Nota: Dados referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

Tabela 32 - Número de matrícula de estudante em ampla concorrência nos anos de 2011 a 2012 por localidade de origem câmpus de Ponta Porã.

Estados/País de origem	Ampla Conc.	
	Nºacad.	Porcen.
Alagoas	1	0,40%
Amazonas	2	0,79%
Bahia	2	0,79%
Distrito Federal	1	0,40%
Goiás	2	0,79%
Maranhão	1	0,40%
Mato Grosso	8	3,17%
Mato Grosso do Sul	171	67,86%
Minas Gerais	9	3,57%
Pará	3	1,19%
Paraná	11	4,37%
Pernambuco	1	0,40%
Rio de Janeiro	5	1,98%
Rio Grande do Sul	10	3,97%
Rondônia	1	0,40%
Santa Catarina	1	0,40%
São Paulo	23	9,13%
Total	252	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados disponível no endereço eletrônico <https://numeros.ufms.br/graduacao/alunos/historico>. Acesso em 23/01/2023.

Nota: Dado referente a porcentagem estão apresentados com aproximação para duas casas decimais.

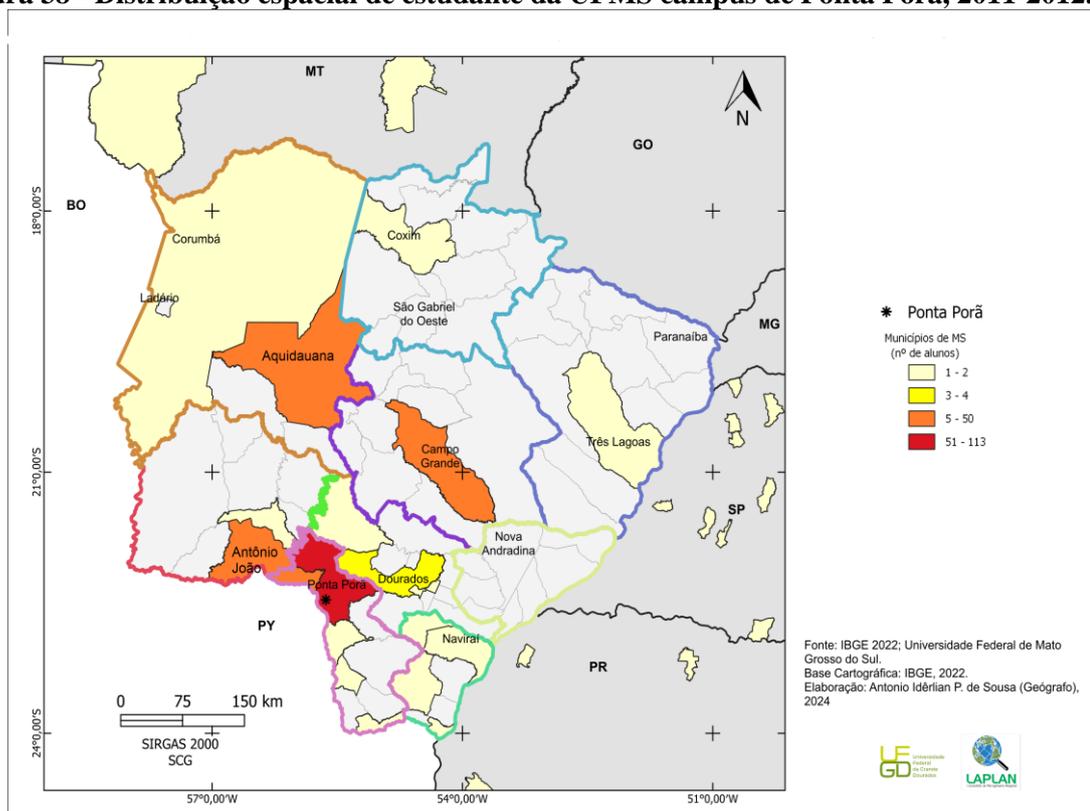
Ao realizar a análise por município, observa-se uma tendência de aumento de aproximadamente 10% no número de acadêmicos oriundos do estado de Mato Grosso do Sul antes e depois da implementação da Lei de Cotas. Esse aumento reflete-se na maior participação de acadêmicos das cidades vizinhas, conforme pode ser observado nas Figuras 33 e 34. No período de 2013 a 2021, cerca de 66,39% (Tabela 33) dos acadêmicos são provenientes de cidades próximas, configurando uma distribuição regional.

Tabela 33 - Análise de distribuição de acadêmicos considerando apenas os municípios brasileiros do Câmpus de Ponta Porã.

Tipo de distribuição	2011-2012		2013-2021	
	Nº acadêmicos	Porcentagem	Nº acadêmicos	Porcentagem
Regional	154	57,46%	806	66,39%
Estadual	28	10,45%	140	11,53%
Nacional	86	32,09%	268	22,08%
Total	268	100,00%	1214	100,00%

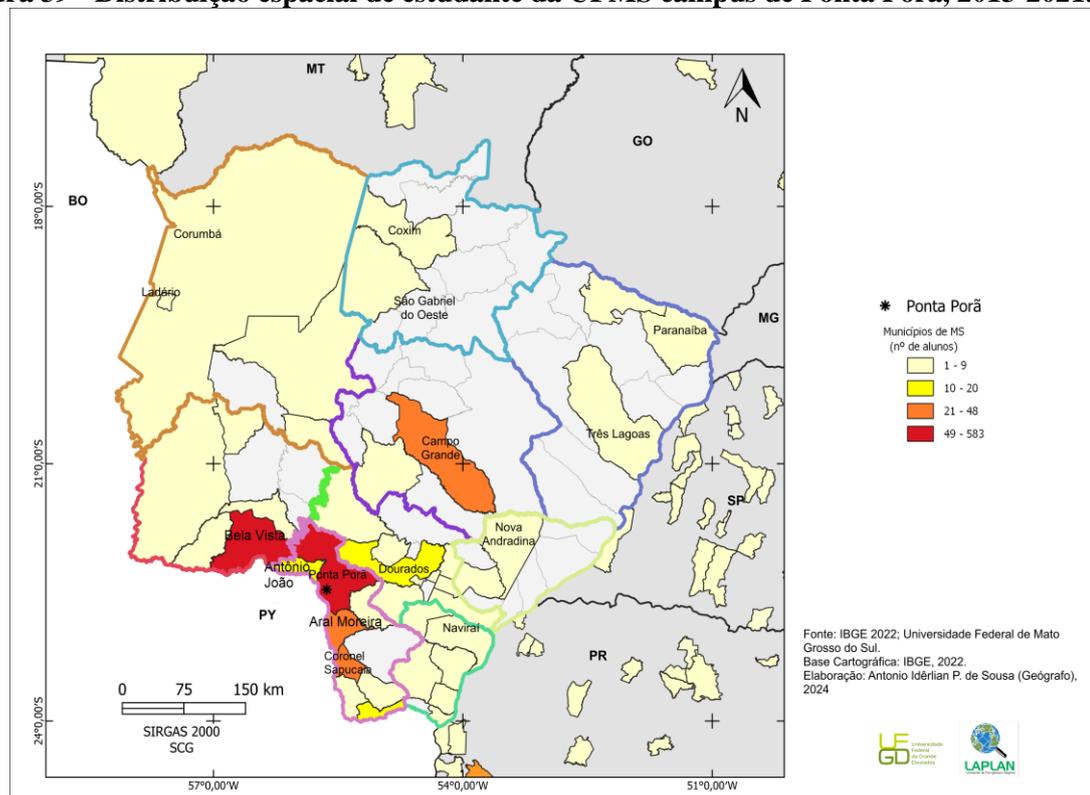
Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Figura 38 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Ponta Porã, 2011-2012.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Figura 39 - Distribuição espacial de estudante da UFMS câmpus de Ponta Porã, 2013-2021.



Fonte: AGETIC – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, abril de 2024.

Conforme os resultados obtidos por meio da análise da distribuição das matrículas dos acadêmicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), observa-se que seus câmpus atendem à população regional, uma vez que todos recebem a maioria de seus acadêmicos dentro de um perímetro regional. Neste estudo, não foi adotada a divisão utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nem as definições territoriais do Estudo de Dimensão Territorial, produzido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE) do governo de Mato Grosso do Sul, pois as análises realizadas extrapolaram as divisas estaduais.

Ao atender à população do município e do entorno, a Instituição de Ensino Superior (IES) colabora com as transformações e o desenvolvimento territorial, pois, por meio do ensino, proporciona a qualificação da população, disponibilizando ao mercado recursos humanos altamente capacitados e atraindo investimentos de empresas que buscam locais com essas características.

A oferta de empregos para a população do território está inclusa na combinação de efeitos diretos, destacando-se a disponibilização de mão de obra qualificada. A formação de profissionais amplia as oportunidades na região, evitando a migração de jovens para os grandes centros e viabilizando sua fixação em áreas carentes de recursos humanos, demonstrando o impacto positivo que a implantação de uma instituição de ensino superior pode exercer sobre seu território (Gumiero, 2022, p. 155).

As ações que uma IES exerce sobre seu território não podem se limitar apenas à formação de mão de obra qualificada. A Constituição Brasileira de 1988, no caput do artigo 207, estabelece que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988). É nesse contexto que as IES proporcionam ao seu entorno a participação em atividades que enriquecem o território com ações culturais, de pesquisa e extensão. Teramatsu e Straforini (2022, p. 143) discutem os benefícios diretos das IES disponíveis para a população local, como o uso das estruturas físicas (laboratórios, centros de pesquisa e treinamento, hospitais, clínicas, bibliotecas, museus, parques tecnológicos, incubadoras e demais instalações e equipamentos científicos, culturais, esportivos e recreativos), que beneficiam diretamente a comunidade do território e seu entorno.

Além do uso dessas estruturas, destaca-se o ganho gerado pela produção de conhecimento científico por meio da pesquisa e extensão, que são propulsores do desenvolvimento regional. A comunidade acadêmica (professores, pesquisadores, alunos e

servidores) pode ser engajada em projetos de desenvolvimento com base territorial, gerando conhecimento aplicado para a implementação de estratégias programáticas que atenuem as desigualdades regionais (Teramatsu; Straforini, 2022, p. 143; Viera, 2017, p. 282).

Viera (2017) discute como as IES têm possibilitado transformações nos territórios onde estão instaladas, posicionando as instituições superiores como agentes da promoção de mudanças sociais e econômicas no desenvolvimento regional: “Atores relevantes da transformação econômica e social, podendo influenciar de forma decisiva o desenvolvimento regional. Esses impactos positivos advindos das atividades das IES, de geração e disseminação do conhecimento, e os mecanismos pelos quais se transmitem ao território, ocorrem por intermédio de múltiplas interações espaciais.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os textos e resultados analisados, pode-se inferir que a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) é uma instituição em processo de expansão, ampliando sua atuação para abranger cidades estratégicas do estado. Em sua missão institucional, afirma-se: “Desenvolver e socializar o conhecimento, formando profissionais qualificados para a transformação da sociedade e o crescimento sustentável do país.” A UFMS vem buscando concretizar sua missão por meio da adoção de políticas inclusivas, como a reserva de vagas para acadêmicos que atendem aos critérios da Lei nº 12.711/2012, conhecida como “Lei de Cotas”, além da implementação de modelos diferenciados de seleção, que possibilitam um acesso mais democrático aos cursos da instituição.

Adicionalmente, a universidade tem adotado medidas voltadas à permanência desses acadêmicos e à sua integração na vida universitária, promovendo sua inserção nas atividades cotidianas da instituição.

Pode-se considerar que as políticas implementadas a partir do processo seletivo de 2013 alteraram o perfil discente da UFMS, com a inserção de estudantes provenientes de classes sociais mais vulneráveis. Isso contribuiu para a diminuição da participação de acadêmicos migrantes das regiões Sul e Sudeste, e para o aumento da presença de estudantes oriundos das regiões Norte, Nordeste e, especialmente, do Centro-Oeste — com destaque para o estado de Mato Grosso do Sul.

Apesar de a UFMS apresentar uma abrangência nacional na distribuição das matrículas, os dados indicam que, após a implementação das políticas de ações afirmativas por meio da Lei de Cotas, houve um aumento significativo na participação de estudantes oriundos do próprio estado de Mato Grosso do Sul.

Com base nos dados apresentados, também se observa uma diversificação na origem geográfica dos acadêmicos. Ao se analisar individualmente cada câmpus, nos períodos de 2011–2012 e de 2013–2021, verifica-se um aumento no número de estados de origem dos estudantes. Ademais, o número de países de origem mais que dobrou no período considerado.

Ao se examinar a distribuição dos acadêmicos da UFMS por municípios de origem, nota-se uma predominância de atendimento regional, com a universidade recebendo majoritariamente estudantes das cidades de seu entorno. A exceção é o câmpus de Chapadão do Sul, que apresenta uma distribuição considerada nacional, com a maioria de seus acadêmicos oriunda de outros estados brasileiros. Esse resultado pode estar relacionado ao perfil dos cursos ofertados — exclusivamente de bacharelado —, embora esse aspecto não

tenha sido objeto de investigação no presente estudo, o que aponta para a necessidade de pesquisas futuras.

Este trabalho buscou evidenciar, por meio da análise da distribuição das matrículas de acadêmicos da UFMS no período de 2011 a 2021, as mudanças no perfil estudantil após a implementação das políticas de ações afirmativas, especialmente a Lei de Cotas. Os resultados mostram o aumento da participação de estudantes oriundos de escolas públicas do estado de Mato Grosso do Sul. Ao longo do estudo, ficou evidente que a universidade, por meio da expansão territorial de seus câmpus e das políticas públicas de educação superior, vem cumprindo seu propósito de atender à comunidade regional, promovendo a interiorização do ensino superior público no estado de Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

ABREU, S.. Planejamento governamental: a sudeco no espaço mato-grossense Contexto, propósitos e contradições. 2001. 328 f. Tese Doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo. São Paulo 2001.

AGUILLERA, F., F.; SILVA e W. G.. Dinâmica e articulação econômica do município de Naviraí-MS no contexto da geografia regional Sul-matogrossense, **Geografares [Online]**, 29 | 2019, posto online no dia 17 outubro 2019, acesso: 05/02/2023. URL: <http://journals.openedition.org/geografares/567>.

ALBUQUERQUE R, A. & PEDRON, C. D. 2018. Os objetivos das ações afirmativas em uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública brasileira: a percepção da comunidade acadêmica. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 99, n. 251, p. 54-73, jan./abr. 2018. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3449>.

ALMEIDA, M. M. DE. A geopolítica da expansão das universidades federais/nacionais no Brasil e na Argentina de 2003 a 2015/ Marcelo Matias de Almeida –Dourados: UFGD. 2017. 253 f. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. DOURADOS, MS 2017.

ALMS 2006_ Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Disponível em : <https://al.ms.gov.br/Noticias/75387/navirai-devera-ter-campus-da-ufms> Acesso em 20/02/2023.

ALMS_2003 Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Disponível em : <https://al.ms.gov.br/Noticias/46286/semy-pede-obras-do-campus-da-ufms-em-paranaiba> Acesso 09/01/2023.

ALVES, J. A. B., GUMBOWSKY, A. Impactos econômicos da Universidade do Contestado (UnC) no desenvolvimento do município de Canoinhas, SC **INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 55-68, out./dez.** 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v18i4.1534>.

AQUIDAUANA, Plano Municipal de Educação 2015/2025. Prefeitura municipal de Aquidauana, Mato grosso do Sul.

ARTES, A.; UNBEHAUM, S.; SILVÉRIO, Valter. (orgs.) 2016. Ações Afirmativas no Brasil: experiências bem-sucedidas de acesso na pós-graduação. São Paulo: **Cortez: Fundação Carlos Chagas**. 288 p, v. 1.

BENFICA, T. A. H.. HISTÓRIA DO CURSO DE HISTÓRIA DO CPTL/UFMS (1970-1985)* [http://ndh.ufms.br/wp-anais/AnaisdaSemanaDeHistoria/documentos/textos%20completos/tiago_alinor_hoissa_benfica_-_historia_do_curso_de_historia_do_cptl-ufms_\(1970-.pdf](http://ndh.ufms.br/wp-anais/AnaisdaSemanaDeHistoria/documentos/textos%20completos/tiago_alinor_hoissa_benfica_-_historia_do_curso_de_historia_do_cptl-ufms_(1970-.pdf) XV semana de História Políticas Mídia Movimentos sociais 29 a31 de outubro de 2015. ISSN 2318-7964.

BENFICA, T.A.. H. História e universidade: a institucionalização do campo histórico na Universidade Estadual de Mato Grosso/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1968-

1990). / Tiago Alinor Hoissa Benfica. – Dourados, MS : UFGD, 2016. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados 2016.f. 377.

BENFICA, T., A., H.. História do ensino superior em Mato Grosso: das iniciativas frustradas à criação de um sistema universitário **Rev. Bras. Hist. Educ. 19 • Jan-Mar 2019 •**
<https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e052>.

BENÍTEZ, Sacha A.C. A la sombra de los perobales. Historia del poblado de Punta Porã. Géneis de dos ciudades, 1870-1902. Asunción: Imprenta Salesiana. 2019

BONITO, 2010. **Camara municipal de Bonito**. Disponível em:
<https://www.camarabonito.ms.gov.br/imprensa/galeria-de-fotos/ufms-inaugura-novas-instalacoes-no-campus-de-bonito> 2010. Acesso em 10/01/2023.

BRASIL , 2007 b. Ministério da Educação. **Diretrizes gerais do programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais REUNI**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>.

BRASIL, 1977. **LEI COMPLEMENTAR Nº 31, DE 11 DE OUTUBRO DE 1977**. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp31.htm#art39.

BRASIL, 2007. **Decreto no 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2007a.

BRASIL_2010- **DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.

BRASIL_2012- **LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm.

CAMPOS, L., S. **VIDA DE ESTUDANTE: um estudo sobre as microterritorialidades dos estudantes da UFMS em Três Lagoas – MS. 2021. 122 f.** Dissertação Programa de Pós-Graduação em Geografia do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. TRÊS LAGOAS, MS 2021.

CARDOSO R., P.; CASTRO, A. P.; FRIO, G., S.; FOCHEZATTO, A.. Migração estudantil: uma análise do impacto da política de cotas e do programa universidade para todos. In: **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI** / organizadores: Fernando Cezar de Macedo, Aristides Monteiro Neto, Danilo Jorge Vieira. – Brasília: IPEA, 2022. 636 p.

CARDOSO, F.H. *Avança, Brasil: proposta de governo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 172 p. ISBN: 978-85-99662-68-7. Available from Scielo Books <<http://books.scielo.org>>.

CARVALHO, J. A. de S.. **Educação Pública Primária no Sul de Mato Grosso: Em Foco o Município de Aquidauana (1920-1950)** /Joyce Almeida de Sena Carvalho. – Campo Grande, MS – 2019. Dissertação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Educação, câmpus de Campo Grande, Programa de Pós Graduação em Educação.

CARVALHO, L. B. de implantação e consolidação da escola normal no sul de Mato Grosso: Escola Normal Jango de Castro, Aquidauana (1949-1975). Lucina Belissimo de Carvalho – Campo Grande, MS: UFMS, Campus de Campo Grande, 2014. 132 f.; 30 cm.

CASTRO, A. A.; CABRAL NETO, A.. **O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina**. Revista Lusófona de Educação, 21, 69-96. 2012.

CGB-AEU/CPNV COLEGIADO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO - BACHARELADO - DO CÂMPUS DE NAVIRAÍ, **RESOLUÇÃO Nº 131-CGB-AEU/CPNV/UFMS, DE 7 DE JULHO DE 2023**. Disponível em : https://boletimoficial.ufms.br/boletin_oficial_n8086_p_110.

CMAQUUIDAUANA. Câmara municipal de Aquidauana **Direção da UFMS confirma permanência do curso de Turismo**. Disponível em: https://cmaquidauana.ms.gov.br/ver_not.asp?PagAtual=103&id_cam=980. 14 de abril de 2014.

CPCS/PDU, 2018. Plano de desenvolvimento da unidade, Câmpus de Chapadão do Sul, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://cpcs.ufms.br/files/2019/04/PDU-CPCS-Final.pdf>

CPNA/PPC/HISTÓRIA 2022, **RESOLUÇÃO Nº 394-CAS/CPNA/UFMS, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022**, Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em História - Licenciatura, do Câmpus de Nova Andradina/UFMS Disponível em: <https://boletimoficial.ufms.br/bse/publicacao?id=473708>

DÁRIO, V. J. Assistência estudantil, domesticação e libertação em debate: o contexto da UFMS, campus de COXIM, Rondonópolis – MT 2019, Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso ,170 f.

E- MEC 2024. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>.

FAPEC, 2020. **Apoio a implantação do Curso de Arquitetura e Urbanismo no CPNV/UFMS**. Disponível em: <https://fapec.org/projetos/apoio-a-implantacao-do-curso-de-arquitetura-e-urbanismo-no-cpvn-ufms/> Acesso em : 23/01/2023.

FARIA, Susan. Aumentam para 48 os projetos de expansão universitária. Brasília: MEC, 2006. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6729&catid=212:educacao-superior. Acesso em 04/01/. 2023. anexo http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs_expbox2.pdf.

FREITAS, R. N.T. de B.. Veredas da Memória: a conquista do ensino superior em Mato Grosso/ Renata Neves Tavares de Barros Freitas. – Cuiabá: **EdUFMT**, 2004.

GUMIERO, R., G. Expansão e Interiorização do ensino superior na Universidade Federal da Grande Dourados -MS: Uma avaliação do REUNI. **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI** / organizadores: Fernando Cezar de Macedo, Aristides Monteiro Neto, Danilo Jorge Vieira. – Brasília: IPEA, 2022.

HESSEL R. J.. Iconografia monçoeira: imagens e ideologia. Rodolfo Jacob Hessel – 2006 143 f.. Dissertação de Mestrado em História Social da Pontifícia Universidade Católica São Paulo, São Paulo 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 2021. Produção da extração vegetal e da silvicultura 6) PEVS Rio de Janeiro INSS: 01038435 Prod. Extr. veg. e Silv., Rio de Janeiro, v. 36, p. 1-8, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/74/pevs_2021_v36_informativo.pdf. Acesso em: 21/02/2023.

IBGE 2023. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36320-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2022-para-brasil-e-unidades-da-federacao>.

IBGE/AQUIDAUANA- Cidade de Aquidauana 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, DISPONIVEL EM: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/aquidauana/panorama>.

IBGE/BONITO[?] -**Cidade de Bonito panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/bonito/panorama> Acesso em: 04/02/2023.

IBGE/NAVIRAÍ – Cidade de Naviraí 2017 Disponível em: - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/navirai/historico> acesso em: 23/2023 as 21:26 h.

IBGE/PARANAÍBA- Cidade de Paranaíba- 2020 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/paranaiba/pesquisa/38/46996?tipo=cartograma> Acesso em: 23/01/2023 as 17:34 h.

IBGE/PONTA PORÃ[?] - Cidade de Ponta Porã. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/ponta-pora/panorama> Acesso em: 08/02/2023.

LOPES, S. A. F.. Origem geográfica e estratégias de escolarização – um estudo sobre estudantes migrantes do interior de Minas Gerais para a Capital. 2008, 121 f.. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

MACIULEVICIUS, P. 2023. **Com 116,3 mil em MS, Estado dobrou população indígenas em 12 anos**. Disponível em: [https://www.agraer.ms.gov.br/com-1163-mil-em-ms-estado-dobrou-populacao-indigenas-em-12-anos/#:~:text=Os%20cinco%20maiores%20munic%C3%ADpios%20de,\)e%20Miranda%20\(8.866\)](https://www.agraer.ms.gov.br/com-1163-mil-em-ms-estado-dobrou-populacao-indigenas-em-12-anos/#:~:text=Os%20cinco%20maiores%20munic%C3%ADpios%20de,)e%20Miranda%20(8.866)).

MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. **Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no brasil: aspectos democráticos e inclusivos**. Perspectivas, São Paulo, v.42, p.161-192, jul./dez. 2012.

- MATOS-DE-SOUZA, R., LAZARINI, T, GONZÁLEZ-MONTEAGUDO, J., & BARROSO-TRISTÁN, J. M. (2021). Migração e educação: Um estudo sobre a invisibilização do migrante nas políticas educacionais brasileiras e distrital. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 29(24). <https://doi.org/10.14507/epaa.29.5540>.
- MATTOS, M. A. DE O.. Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2018, 112f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP - realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) 2018.
- MAYMONE, H.. **Da farmácia e odontologia à Universidade**: memórias. Campo Grande: Núcleo de Imprensa Universitária, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1989.
- MELLO U. Centralized Admissions, Affirmative Action and Access of Low-income Students to Higher Education. Postprint of: *American Economic Journal: Economic Policy*, 14(3), 2022, 166-97.
- MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M.A. S.. **A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula**. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 179-198, 2006. Editora UFPR.
- MT 1968, Assembleia legislativa de Mato Grosso, **LEI nº 2.881, de 29 de novembro de 1.968**. Cria o Instituto de Ciências humanas e letras de Três Lagoas.
- NAVIRAÍÁ [?] Aspectos geográficos. Disponível em: <https://navirai.ms.gov.br/conheca/>
- NUNES, E. S.; SILVA, J. G.; QUEIROZ, S. N. Migração inter-regional no Brasil: o que há de novo? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, 2017.
- OLIVEIRA, M. R. C. de. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em seus alicerces: acontecimentos, institucionalidades e discursos (1962-1979). / Márcia Regina Cassanho de Oliveira. – Campo Grande, MS, 2016. 492 f.; Tese de Doutorado.
- OTERO S.; BARAHONA N.; DOBBIN, C.. **Affirmative Action in Centralized College Admission Systems: Evidence from Brazil**. Institute for Economic Policy Research (SIEPR). Stanford, 2021.
- PACHECO, C. R. C. 2013. Programa de ações afirmativas na ufsm: o ensino superior público sob o olhar de seus gestores. **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.**, Santa Maria v. 2 n. 4 Jul/dez. 2013 p. 7-21 <http://dx.doi.org/10.5902/21762171989>.
- PDI/UFMGD, 2013-2017 Plano de desenvolvimento Institucional. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/PDI-2013-2020/PDI%20Vers%C3%A3o%20Final/PDI%20UFMGD%202013-2017%20-%20COMPLETO.pdf>
- PDI/UFMS 2020-2024. Plano de desenvolvimento Institucional. Disponível em: <https://pdi.ufms.br/files/2022/05/pdi-2020-2024-realinhado-2022-raw.pdf>
- PDU/CPAR, 2020 **RESOLUÇÃO Nº 536-CAS/CPAR/UFMS, DE 21 DE AGOSTO DE 2023**. Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) do Câmpus de Paranaíba da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, para o período de 2020 a 2024. Disponível em:

https://cpar.ufms.br/files/2023/08/RESOLUCAO-N-536-CAS_CPAP_UFMS-DE-21-DE-AGOSTO-DE-2023.pdf

PELEGRINI, T. ; SA, C. ; FRANCA, M. T. A. . **Factors associated with the mobility of college students in Brazil: an analysis using a gravity model.** Higher Education (2023) 85:203–223 <https://doi.org/10.1007/s10734-022-00829-5>

PIEREZAN, A.; NOGUEIRA, C. V.. DE CAMPO A CÂMPUS: **Uma década de investigação científica no câmpus de Nova Andradina, da universidade Federal de Mato Grosso do Su.** Curitiba, Pr: CRV, 2016.

PMCHS_ Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul [2022?] Disponível: <http://www.chapadaodosul.ms.gov.br/o-municipio/> acesso 29/12/2022.

PMNA 2009_ Prefeitura Municipal de Nova Andradina. (PMNA, 2009) Disponível em: <https://www.pmna.ms.gov.br/noticias/geral/campus-da-ufms-de-nova-andradina-e-inaugurado>. Acesso 04/01/2023.

PONTA PORÃ, 2022 Prefeitura municipal de Ponta Porã disponível em: <https://pontapora.ms.gov.br/v2/ponta-pora-e-o-2o-municipio-mais-rico-do-agro-do-ms-e-o-16o-do-pais/> acesso em: 02/02/2023.

POZZI, A. O processo de implantação do ensino superior na região do pantanal de Mato Grosso do Sul - Corumbá: (1961-2002). 2006. 114 f. Dissertação Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, 2006.

PPC/MAT/PPP, 2020. **Projeto Pedagógico de Matemática.** Câmpus de Ponta Porã, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Disponível em: <https://cPPP.ufms.br/files/2022/12/PPC-MAT-Dez2022.pdf>.

PPC/PEDAGOGIA/PPP, 2022. **Projeto Pedagógico de Pedagogia.** Câmpus de Ponta Porã, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Disponível em: <https://cPPP.ufms.br/files/2022/12/PPC-PED-Dez2022.pdf>

QUEIROZ P. R. C. **As curvas do trem e os meandros do poder o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908).** Campo Grande - MS 1997. Editora UFMS. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. ISBN : 85-85917-05- 9.

QUEIROZ, P. R. C. Mato Grosso/Mato Grosso Do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio) **Diálogos, DHI/PPH/UEM**, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

ROLIM, C.; SERRA, M. Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/29>.

SANTANA, E. B. 2010. As políticas públicas de ação afirmativa na educação e sua compatibilidade com o princípio da isonomia: acesso às universidades por meio de cotas para afrodescendentes, **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 736-760, out./dez. 2010.

SANTOS, A. P. O.; MARQUES, E. P. S. Políticas afirmativas e os ingressantes por cotas na graduação da UFMS: Análise dos cursos de medicina e pedagogia. **Rev. Educação e**

Fronteiras, Dourados, v. 12, n. esp. 2, e023024, 2023. e-ISSN: 2237-258X. DOI: <https://doi.org/10.30612/eduf.v12iesp.2.17400>.

SANTOS, L. de M. “**Sanear, educar, povoar**”: um estudo sobre o Território Federal de **Ponta Porã (1943 - 1947)** / Lúcia de Moura Santos – 2018. 135 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

SANTOS, S. A., CAVALLEIRO, E., BARBOSA, M. I. da S., & RIBEIRO, M.. 2008. Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do Estado. **Revista Estudos Feministas**, 16(3), 913-929. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300012>.

SEMADE. SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Estudo da dimensão territorial do estado de Mato Grosso do Sul**: regiões de planejamento. Campo Grande, 2015.

SEMAGRO 2020- Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar. Dados estatísticos dos municípios. Disponível em: <<http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/Chapad%C3%A3o-do-Sul-2019.pdf>> Acesso em: 24 abr. 2023.

SILVA, C. A. C.. A formação do professor mato-grossense - considerações históricas preliminares **coletâneas do nosso tempo** v. 1 n. 01 (1):2011. Pg.114-125.

SILVA, C. R. M. DA; GARNICA, A. V. M. **Licenciaturas Curtas e a formação docente no Sul do Mato Grosso uno**. *Zetetiké*, Campinas, SP, v.26, n.2, mai./ago.2018, p.282-298. DOI: <https://doi.org/10.20396/zet.v26i2.8649664>.

SILVA, V. da V.. **Deslocamentos e resistências: a trajetória de esposas de militares da marinha na região de corumbá/MS**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

SOUZA, M. DE; ALMEIDA, E. P., L. (2019). Políticas públicas para a educação superior no Brasil e a mobilidade estudantil interna. *Trayectorias Humanas Trascontinentales*, (4). <https://doi.org/10.25965/trahs.1526>.

SZERMAN, C. The effects of a centralized college admission mechanism on migration and college enrollment: evidence from Brazil / Christiane Szerman. - 2015. 65 f. Dissertação (mestrado) - Fundação Getulio Vargas, Escola de Pós-Graduação em Economia.

TRUBILIANO, C. A. B. Algumas considerações sobre a Ferrovia Noroeste do Brasil: migração e ocupação em Campo Grande MT/MS (1905-1940). **MÉTIS: história & cultura** – v. 13, n. 27, p. 233-251, jan./jun. 2015.

UFGD -2023, Relação dos Cursos de Graduação da UFGD, Disponível em: https://dadosabertos.ufgd.edu.br/dataset/cursos-de-graduacao/resource/cca3cb93-d360-475e-b379-4bfcd6688fe?view_id=785dcb96-2c10-4320-84d2-d898a701f7b6.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. UFMS 2009. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Relatório de Gestão 2009. Disponível em: http://www.new.ufms.br/wp-content/uploads/2015/12/relatorio_de_gestao_2009.pdf.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. UFMS 2021 - RESOLUÇÃO Nº 124-COUN/UFMS, DE 31 DE AGOSTO DE 2021. Disponível em: https://proaes.ufms.br/files/2021/10/Res.-124_2021_Aprova-Programa-de-Assistencia-Estudantil-1.pdf.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. UFMS 2023. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://ingresso.ufms.br/vagas-ociosas/>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. UFMS -**Números**, 2023. Disponível em: <https://numeros.ufms.br/graduacao-alunos>. Acesso em: 05 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. UFMS, 2012. Relatório de gestão exercício 2012. Disponível em: https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2015/12/relatorio_de_gestao_2012.pdf.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. UFMS/ 2020 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PDI UFMS – ANO BASE 2020 p. 29. Disponível em: <https://pdi-ppi.ufms.br/files/2021/06/relatorio-de-avaliacao-do-pdi-ano-base-2020.pdf>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. UFMS/AQUIDAUANA. Câmpus de Aquidauana Universidade Federal de Mato Grosso do Sul [2020?]. Disponível em: <https://cpaq.ufms.br/category/cpaq/>. Acesso em: 24 jun. 2022 .

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. UFMS/CPNV _ Câmpus de Naviraí. Disponível em: <https://cpnv.ufms.br/historico-do-campus-de-navirai-cpnv> Acesso em: 14/12/2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. UFMS/CPX. Campus de Coxim Universidade federal de Mato Grosso do Sul [2020?] Acesso em: 24 jun. 2022 Disponível: em: <https://cpcx.ufms.br/historico-do-campus>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. UFMS/PARANAÍBA. Câmpus de Paranaíba Universidade Federal de Mato Grosso do Sul [2022?]. Disponível em: <https://cpar.ufms.br/institucional/historico/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. UFMS-2020. Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024. Disponível em: <https://pdi.ufms.br/files/2020/03/Plano-de-Desenvolvimento-Institucional-2020-2024-UFMS.pdf>.

VANALI, A. C.; SILVA P. V. B. da. Ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu: análise da universidade federal do Paraná. **Cad. Pesqui., São Paulo, v.49 n.171 p.86-108 jan./mar.** 2019.

VASCONCELOS, M. S.; GALHARDO, E.. 2016. O programa de inclusão na UNESP: valores, contradições e ações afirmativas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.l.], p. 285-306, may 2016. ISSN 1982-5587. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8553>>. Acesso em: 27 out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.21723/RIAAE.v11.esp.1.p285>.

VIEIRA, D. J. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? *In*: MONTEIRO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A.

(Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2017.